



revista
movimento
crítica, teoria e ação

Ano 4. n14-15. Jul. 2019/Dez. 2019.

20 
ANOS
1999-2019
MES

MOVIMENTO ESQUERDA SOCIALISTA

Editora
Movimento





Dedicamos este número especial da *Revista Movimento*,
em comemoração aos 20 anos do Movimento Esquerda
Socialista, a nosso saudoso camarada Enrique Morales
(1954-2015). *Até o socialismo sempre!*





Editores Etevaldo Teixeira
Roberto Robaina
Diretor Thiago Aguiar
Responsável Movimento Esquerda Socialista

Organização do volume Israel Dutra e Thiago Aguiar
Projeto gráfico e diagramação Adria Meira
Transcrições, traduções e revisão Charles Rosa
Pedro Micussi
Thiago Aguiar

Periodicidade Trimestral | 14ª e 15ª edição.
Ano 2019.

Autores que contribuem nesta edição: Charles Rosa, Israel Dutra, Luciana Genro, Nancy Fraser, Pedro Fuentes, Pedro Micussi, Rebeca Martínez Roberto Robaina, Thiago Aguiar.

Movimento : crítica, teoria e ação / Movimento Esquerda Socialista. ano 4, v.1, n.14-15 (abr.2019 -jun.2019) .
Porto Alegre : Movimento, 2019.

Trimestral.

ISSN 2448-1491

1. Marxismo — Brasil. 2. Marxismo — Mundo.
3. Socialismo. 4. Política — Brasil. 5. Política —
Internacional.

CDD 335.4

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Melchionna e Silva
CRB10/1813

Editora Movimento
Rua Bananal, 1679, Bairro Arquipélago
90090-010 - Porto Alegre-Rio Grande do Sul - Brasil

Impresso no Brasil
2019



Índice

Celebramos os 20 anos do MES nos preparando para novos combates 7

Israel Dutra

20 Anos do MES

“Nós reivindicamos um projeto de defesa da igualdade e da liberdade” – Entrevista com Roberto Robaina e Pedro Fuentes 27

Charles Rosa, Pedro Micussi e Thiago Aguiar

Derrotar o projeto autoritário de Bolsonaro e construir uma alternativa socialista como estratégia 49

Coordenação Nacional do MES

Documentos históricos dos 20 anos do MES

Carta de princípios do MES (1999) 85

Coordenação Nacional do MES

Notas sobre a ruptura com o PT e algumas propostas (2003) 89

Coordenação Nacional do MES

Levante juvenil e popular no Brasil: o povo venceu o primeiro round! (2013) 107

Coordenação Nacional do MES

Lutar, com um PSOL mais forte, por outro Brasil (2014) 121

Coordenação Nacional do MES

Entrevista com Nancy Fraser

A luta feminista e o MES: uma breve introdução à entrevista de Nancy Fraser 133

Luciana Genro



“O feminismo dos 99% não é uma alternativa à luta de classes, é outra frente dentro dela” – Entrevista com Nancy Fraser

Rebeca Martínez



Celebramos os 20 anos do MES nos preparando para novos combates

Israel Dutra¹

“E hoje
Depois de tantas batalhas
A lama dos sapatos
É a medalha
Que ele tem pra mostrar
Passado
É um pé no chão e um sabiá
Presente
É a porta aberta
E futuro é o que virá, mas, e daí?”

Gonzaguinha

O MES completa 20 anos. A presente edição da Revista Movimento é dedicada por completo ao importante evento que marca duas décadas de nossa história. Apesar de jovens, podemos dizer que poucas organizações na história política da esquerda brasileira alcançaram essa marca com tamanho vigor. Longe da autoprocamação, desejamos transformar nossos êxitos em força social e militante para novos e amplos impulsos. Ainda não cumprimos uma maratona, mas nossa história sem dúvida deixou para trás a visão de curto prazo, que alguns adversários nos chegaram a prognosticar. Diante das muitas provas, vitórias e algumas derrotas, podemos celebrar e somar forças para enfrentar as tarefas imediatas: derrotar a tentação autoritária de Bolsonaro e avançar na construção de uma alternativa socialista.

Há uma frase que diz mais ou menos o seguinte: “Quem, com 20 anos de idade, não é socialista, não tem coração, mas

¹ Sociólogo e dirigente nacional do PSOL e do MES.



quem é socialista por mais de 20 anos perdeu a razão”. A máxima comum nos círculos que deixaram de confiar na classe e na revolução, muitas vezes repetida por Lula como forma de sua sabedoria política, é desafiada pelo corpo militante, de quadros e dirigentes que celebra essa data. Não apenas porque viemos de mais longe, sendo parte das melhores tradições da luta socialista no país e no mundo, mas porque queremos construir um forte polo para os embates do aqui e agora.

Naquele tarde quente de 6 de novembro de 1999, quando centenas de militantes tomaram lugar na Casa de Portugal para participar da fundação do MES, 10 anos nos separavam da queda do Muro de Berlim e 120 anos do nascimento de Leon Trotsky, ocorrido em 7 de novembro de 1879. O tempo se acelerou e se condensou para a busca de uma alternativa que superasse o reformismo da direção do PT, abrindo novas e sinuosas estradas políticas, como realizaríamos na fundação do PSOL, cinco anos mais tarde.

A edição está ordenada por uma série de textos fundamentais para nossa história. Publicamos documentos históricos e atuais, além de uma entrevista com Nancy Fraser, prefaciada por Luciana Genro, expressão da centralidade da luta feminista no mundo e nas fileiras de nossa organização.

Esboçamos abaixo, de forma resumida, algumas questões que ajudam a/o leitor/a a conhecer melhor nossas batalhas, para as quais nós militantes entregamos coletivamente a nossa melhor e mais esperançosa parte.

1) Seattle, Quito e Porto Alegre

O ano de 1999 encerrou o breve século XX. No centro das preocupações, estava o chamado “bug do milênio”, prova da importância irreversível da tecnologia de armazenamento, processamento e transmissão de dados. O século XX foi marcado pela sequência mais impressionante de acontecimentos, concentrados no tempo e no espaço, que a humanidade ja-



mais havia acessado. No âmbito da luta política, a ofensiva neoliberal devastava direitos e diminuía a capacidade de resistência da classe trabalhadora brasileira. O MST era o principal movimento social brasileiro, com o recuo da luta urbana e operária ao longo dos anos noventa. Contudo, o signo já era de mudança: a maré começava a virar. O desgaste do governo FHC, que foi reeleito com base na estabilidade do Real, era sentido na grande Marcha dos Cem Mil, em Brasília, em agosto daquele ano de 1999. O PT voltava a ampliar sua bancada e a ter vitórias eleitorais importantes, especialmente no Rio Grande do Sul, onde tinha obtido uma conquista contra o neoliberalismo, na eleição polarizada que consagrou o bancário Olívio Dutra como novo governador em 1998. No cenário internacional, mudanças estavam em curso.

A cidade de Seattle, até então conhecida pelo pioneirismo musical nos anos noventa, conheceu uma batalha que marcaria a entrada de um novo ator: o movimento antiglobalização, durante a “Rodada da OMC” em 30 de novembro de 1999, que foi inaugurado numa batalha campal que antecipou enfrentamentos urbanos, irrompendo uma juventude capaz de questionar o jogo das finanças e do neoliberalismo.

Em 23 de janeiro de 2000, após a virada do século, em Quito, uma rebelião popular encabeçada por indígenas, junto à baixa oficialidade militar e a setores do movimento de trabalhadores, derrubava o governo de Mahuad, tomando o palácio e buscando instaurar um “parlamento dos povos”. A cena dos indígenas da CONAIE inaugurava um novo tempo político: o ciclo de rebeliões, que, combinadas com processos eleitorais, questionaria o neoliberalismo no continente. Dois meses depois da fundação do MES, bebemos dessa fonte, estampando em nossos materiais a bandeira colorida das nações indígenas e dando boas vindas à “época das rebeliões”. Em agosto de 2000, uma delegação do MES esteve em Lima para apoiar o levante democrático que liquidaria a última das



ditaduras da região, de Fujimori e Montesinos. Seguiriam-se as guerras da água e do gás na Bolívia (2000, 2003 e 2005), o *Argentinazo*, em dezembro de 2001, e o ponto alto com a derrota do golpe imperialista na Venezuela, em 2002, com a recondução de Chávez ao Palácio Miraflores pelas mãos do povo.

O rico processo de construção da esquerda tinha em Porto Alegre um ponto de apoio. Com a queda do Muro e a rápida direitização da social-democracia internacional, com os governos Blair e Schröder, o processo de Porto Alegre, quando a ala esquerda do PT governava a cidade e o estado, despertou a curiosidade dos socialistas de todo mundo. O Fórum Social Mundial foi um processo interessante, de confluências, mas que também revelava a estratégia reformista e de conciliação de classes da direção do PT, além da capitulação dos chamados setores socialistas da esquerda do PT, isolando a ala radical do partido, apostando na “ampliação da democracia via orçamento participativo”. A tentativa de buscar uma face mais amena para a esquerda levou à domesticação da direção do Fórum, processo concluído quando da vitória de Lula.

No ano de 2003, em unidade com setores bolivarianos, o MES desafiou essa linha, convidando e bancando a visita de Chávez, uma vez que a maioria da direção do Fórum e do PT estavam contra sua presença, num momento de auge da convergência entre essa experiência e nossa jovem corrente, representada no mandato de Luciana Genro. Fomos defensores do processo venezuelano. No ato fundacional do MES, dirigentes operários venezuelanos fizeram uso da palavra. Não foram poucas as vezes em que estivemos prestando solidariedade ativa ao processo em Caracas. Mantendo nossa independência política, enviamos militantes para atuar no processo, no interior do PSUV, orgulhando-nos do caminho percorrido e nos alinhando ao atual “bolivarianismo crítico” que combate o imperialismo sem prestar nenhum apoio ao



governo de Maduro.

Assim foi forjado o MES: nesse espírito e nesse combate.

Nossa batalha política no PT foi crucial para forjar uma nova direção. Duas tarefas práticas foram votadas no Encontro fundacional de 1999: a participação na greve geral de 10 de novembro, quando, com a vanguarda militante, paralisamos a principal garagem de Porto Alegre; e a preparação da greve do CPERS, ao lado da categoria dos educadores, em março do ano seguinte.

Sem sectarismos, apostamos em seguir ao lado dos movimentos sociais, quando o germe da cooptação e da paralisia já se verificava nos governos locais. A primeira grande prova foi a presença na luta do magistério gaúcho, na experiência do governo Olívio, atuando na direção com as companheiras oriundas do MSTB (Movimento Sindical de Transformação pela Base, corrente sindical combativa do CPERS, que tinha em Neida Oliveira e Neiva Lazarotto suas principais expressões). Luciana Genro, deputada estadual à época, foi punida pela bancada do PT por votar junto à categoria.

No âmbito nacional, com as devidas lições da adaptação petista, demos o combate contra a intervenção do Diretório Nacional no Rio de Janeiro, onde foi burocraticamente retirada a candidatura de Vladimir Palmeira para apoiar Garotinho, então no PDT. O combate contra essa adaptação não nos fez cair no esquerdismo, tanto que ganhamos Pedro Ruas e vários quadros oriundos do PDT alguns anos mais tarde. Naqueles anos, lutamos para a construção de um polo político em unidade com os setores à esquerda do PT, como o “Refazendo” no Rio de Janeiro e o bloco político “Socialismo ou Barbárie”, conformado após o encontro nacional petista em 2001. Uma longa história.

A localização de Luciana Genro como deputada federal foi estratégica para demarcar as diferenças com a estratégia de Lula no poder. Uma conquista fundamental, que tornou pos-



síveis as tarefas “preparatórias” do ano de 2003. O desafio era unir a esquerda consequente no PT – uma parte capitulou à direção de Lula e Dirceu – para dar uma batalha pública contra a rendição ao capital financeiro e à velha política. A II Conferência Nacional do MES, no meio de 2003, deu-se em meio a essa luta política: apontar para a uma construção a partir dos “radicais” do PT ou seguir na linha do “governo em disputa”. Parte das teses vencedoras já se encontravam no livro de Roberto Robaina, *Uma visão pela esquerda*. Assim, preparamos o embate ao lado dos servidores contra a reforma da previdência – um rubicão que o governo Lula cruzou – com os deputados Babá, João Fontes, além da própria Luciana e da destemida senadora Heloísa Helena.

Uma vez mais, uma aposta que se consolidava. Em janeiro de 2004, junto a outras organizações, era lançado no Rio o “Movimento por uma Esquerda Socialista e Democrática”. Em 5 e 6 de junho de 2004, foi fundado em Brasília o Partido Socialismo e Liberdade.

2) A síntese como elemento central

A fundação do MES combinou-se com uma importante luta política e teórica com antigos camaradas que provinham da nossa mesma tradição. Entre 1999 e 2001, a organização internacional da qual éramos parte passou por uma discussão abrangente – da qual participou uma parte dos companheiros do Brasil que estavam na CST – sobre seus próprios marcos políticos e da estratégia. Além das polêmicas conjunturais sobre a guerra nos Bálcãs e as tarefas da política brasileira, algo mais profundo estava em discussão. Conceitos como “situação revolucionária mundial” e “Frente contrarrevolucionária” eram revistos para apontar o fortalecimento de uma estratégia que marcaria como as escolhas do MES: a hipótese do reagrupamento.

Essa questão determinou nossa localização como corrente



e como construtora estratégica do próprio PSOL. Ao buscar a síntese como elemento central da construção política, sem deixar de lado a importância de um projeto leninista e internacionalista, pôde-se abrir um processo de maior experiência com grupos que não provinham da mesma cultura política.

Isso nos fez construir relações fraternas onde as sínteses não eram apenas de “fachada”. A incorporação/fusão com vários grupos, regionais, setoriais, atuava para mudar, dialeticamente, a própria “alma” da corrente. Assim, saímos mais enriquecidos de cada uma dessas experiências.

Além da experiência fundacional com MSTB, podemos citar a relação com o grupo de socialistas do Rio Grande do Norte, que, após o encontro nacional do PT de 2001, aderiu ao MES, com atuação entre trabalhadores da UFRN e protagonismo na FASUBRA; a CS, corrente transitória do Pará, com força no Movimento Estudantil da UFPA; o MTP do Rio de Janeiro, atuante em Niterói e região; o PRS de Pernambuco; o grupo ligado a Mário Agra em Alagoas; a experiência que fizemos com Poder Popular – MTL, que não pôde avançar como um todo, fruto de problemas teóricos e políticos que resultariam na própria desagregação desta organização nacionalmente, mas que nos uniu com os camaradas da regional São Paulo. Tal união foi fundamental para pensarmos num modelo de juventude mais ampla, a partir da experiência que realizavam no movimento juvenil e na expansão do projeto da Rede Emancipa como movimento social de educação popular.

Cada uma dessas experiências, com encontros e desencontros, foi nos fazendo mais diversos e enraizados. Sem a arrogância de uma única tradição teórica ou política, fomos avançando em acordos estratégicos, evitando cair no ecletismo e no dogmatismo.

Com relação à construção internacional, concretizamos também a linha do “reagrupamento”. A partir de uma equi-



pe comum com os companheiros peruanos, buscamos novas sínteses. Tentamos junto ao MST argentino, para em seguida concretizar uma importante unificação entre os setores quartistas. Desde 2012 participamos, na condição de observadores da IV (SU), buscando uma confluência histórica entre as diferentes vertentes da IV: por um lado, nós, oriundos do morenismo; por outro, a corrente de tradição mandelista, que tinha rompido com sua principal seção, a DS brasileira, por conta da rendição da mesma ao governo social-liberal do PT.

Com o desenvolvimento da nossa relação, participamos do XVII Congresso da IV Internacional, já na condição de simpatizantes, votando em nossa VI Conferência Nacional do MES, a luta para unificarmos os caminhos numa mesma publicação. Já os camaradas do MST preferiram seguir uma via própria. A partir das relações na IV, já estamos almejando chegar a novas sínteses. A relação especial com a ala internacionalista do DSA e com a CS chilena vai soldando uma interessante composição internacional para uma nova esquerda, socialista, libertária e radical.

3) Nosso lugar no PSOL

Uma “regra de ouro” para qualquer militante do MES diz respeito a sua vinculação com o PSOL. Sempre afirmamos que o destino do MES está diretamente ligado ao destino do PSOL. Ampliando o campo de visão, podemos dizer que o projeto da esquerda no país está ligado ao destino do PSOL, portanto a luta do MES para enraizar e lutar para que suas ideias ajudem a fortalecer o PSOL é estratégica.

Além do aporte fundamental, a partir da tribuna parlamentar com os “radicais”, para que a separação com o social-liberalismo do PT pudesse encontrar eco em setores de massa, o esforço concentrado da campanha para legalização foi um teste. Juntando 500 mil assinaturas, em parceria com a CST, MTL e outras correntes, pavimentamos o caminho



para o que seria um “abrigo para a esquerda socialista”, nas palavras de Heloísa Helena, nos primeiros anos de formação do PSOL. Hoje, contudo, é muito mais do que isto. A entrada de setores como a APS de Ivan Valente, Chico Alencar e Plínio de Arruda Sampaio, na segunda leva de ruptura com o PT, dessa vez movidos pelo escândalo do “mensalão”, fortaleceu o PSOL, deixando-o com mais musculatura, mas também fazendo-o mais complexo pelo peso que as correntes orientadas ao chamado “programa democrático e popular” ganhavam no Partido. A luta política interna ganhava um componente adicional, a dialética entre a ampliação e a disputa pelos rumos do PSOL. A riqueza partidária levou a momentos de tensão extrema, congressos conflitados, mas também de diversidade nos realinhamentos internos, um sintoma da vivacidade interna do Partido.

Nossa permanente questão dentro do PSOL foi buscar ampliá-lo e vinculá-lo ao movimento de massas. Isso deveria ser feito aproveitando oportunidades, sem cair em diluição ou perda de identidade. Lutamos para agregar setores oriundos do PT, do PSTU, trabalhistas históricos, esquerda cristã e democratas radicais, contribuindo para atração de agrupamentos políticos, sociais e personalidades que ampliassem o lastro do Partido na sociedade.

Destacamo-nos também por demarcarmos um campo à parte do PT, partido que esteve à frente do governo durante 13 anos. Nunca aceitamos a ideia de que o PSOL fosse um satélite do campo petista, nucleado ao redor da liderança de Lula. Garantir a existência de uma oposição de esquerda aos anos de PT no governo foi um dos patrimônios mais sólidos acumulados pelo PSOL. Hoje podemos buscar unidades e ações em comum, mas com uma linha própria, independente e reconhecida como tal pelos setores mais avançados do movimento de massas.

Parte dessa batalha foi incorporar com centralidade a luta



contra a corrupção, como uma agenda central da esquerda. Em polêmica com outras vertentes que minimizavam a pauta, lutamos para que o PSOL fosse identificado com essa bandeira, questão fundamental para que a esquerda tenha credibilidade diante do movimento de massas.

Localizamo-nos junto a Marcelo Freixo, quando estávamos à frente da Fundação Lauro Campos, em seguida ao relatório da CPI das Milícias, popularizado nas telas de cinema pelo filme de José Padilha “Tropa de Elite 2”. Estivemos entre os que apostaram na “Primavera Carioca” como forma de emergência de uma nova esquerda, em 2012 e 2016. Também nos perfilamos como defensores da luta contra as milícias, polemizando com setores petistas que diziam que o fascismo estava chegando a todo instante, banalizando o risco real – e infelizmente atual – das bandas paramilitares cariocas.

Nos congressos do PSOL, estivemos em diferentes composições, unindo as forças da chamada esquerda partidária, com base na luta contra as distorções, pelo peso da adaptação à prefeitura de Macapá. Levamos adiante esta luta nos últimos três congressos, apontando para o retrocesso da estratégia da direção do partido, que a levava a defender de forma acrítica a experiência do Amapá, em troca da garantia de sua maioria congressual com os votos dessa delegação.

O PSOL consolidou-se como referência da esquerda no país. O crime brutal contra Marielle Franco ecoou nas periferias e favelas de todo Brasil. A resistência contra a violência política, contra as mulheres e a negritude ganhou um símbolo incontestável. A responsabilidade do PSOL aumentou muito.

4) A bússola das ruas

A carta de princípios do MES aponta que só a luta muda a vida. Essa pré-dica orientou o conjunto das nossas ações. A “bússola” das lutas e das ruas marcou essencialmente nossa intervenção. Assim foi na origem, com a grande greve do



CPERS, assim foi na luta da reforma da previdência em 2003 ou em outros tantos momentos da luta do povo: controladores aéreos, bombeiros, sempre combinando a luta parlamentar com a primazia da ação independente dos trabalhadores e sua auto-organização. Assim foi nos primórdios da luta da juventude, com agrupamentos como “Desodebeça” e “Romper o Dia”, com os quais nos associamos às lutas democráticas presentes nos enfrentamentos da juventude brasileira, como foram as revoltas de Salvador e Florianópolis, em 2003 e 2005, antecipando o potencial mobilizador da luta contra os aumentos da tarifa de transporte.

Quando as massas entraram em cena, nos levantes que ficaram conhecidos como “Jornadas de Junho de 2013”, nossa corrente jogou-se de conjunto, sendo parte ativa dessa luta. Nossa análise inicia-se dois anos antes, quando, junto aos levantes da “Primavera Árabe”, definimos que o mundo vivia uma onda mundial de indignação. Tal indignação, difusa, colocaria em xeque as formas tradicionais de representação política e social, aí incluídos os partidos de centro-esquerda, os sindicatos tradicionais e as direções das velhas esquerdas. Apoiamos de forma decidida a luta dos “indignados” na Espanha, voltando nossas forças e energias para construir na juventude um polo dinâmico, radical e independente, com forte vetor das ruas.

Em janeiro de 2013, com a previsão de alta das tarifas adidas para o meio do ano letivo, em reunião em São Paulo, a Direção Nacional do MES afirmou, numa circular extraordinária, que a luta contra o aumento das tarifas poderia ser o gatilho da indignação popular e que isso seria o eixo da orientação. No começo de abril de 2013, quando ainda muitas delegações voltavam do “Acampamento Internacional das Juventudes em Luta”, a luta contra o aumento da tarifa transbordou nas ruas de Porto Alegre. Rapidamente, além de se somar às ações de rua, a bancada do PSOL na Câmara



Municipal, com Fernanda Melchionna e Pedro Ruas, pediu na justiça a revisão do aumento da tarifa. A combinação da ação parlamentar com a centralidade da luta das ruas tinha uma vitória exemplar. A ação se espalhou pelo Brasil e levamos em São Paulo a faixa “Vamos repetir Porto Alegre”. Em 13 de junho, quando a negociação conduzida pela comissão de segurança do ato, na qual tínhamos lugar, foi rompida de forma unilateral pela Polícia Militar paulista, levando a pesada repressão noticiada em rede nacional, a solidariedade contra os abusos policiais ganhou a maioria social. Era Junho acontecendo.

A partir da efervescência de Junho, novos fenômenos se desdobraram. Atuamos de forma consciente nas grandes greves, como a dos rodoviários em 2014 e a greve da saúde de Porto Alegre, estando no núcleo fundamental dessas batalhas da classe, escolas de guerra para nossa militância. Apoiamos as greves de garis e de metroviários, bem como os movimentos sociais e populares que davam um salto: a luta das ocupações de moradia, como a do MTST em São Paulo ou a luta por habitação popular vitoriosa em Porto Alegre.

Outros movimentos ganharam corpo e, uma vez mais, nossa presença foi uma constante. A luta ambiental na assembleia da água em São Paulo com os ativistas de Itu; a luta pela democratização da mídia; a entrada em cena da chamada “Primavera Feminista”, que, de norte a sul do país, lutou contra Eduardo Cunha, com o Movimento Juntas impulsionando as principais atividades.

O salto de qualidade foi dado quando se pôde vocalizar tais lutas: a candidatura de Luciana Genro à presidência em 2014 abriria um novo espaço para a esquerda emergente, apoiando-se nas lutas da juventude, das mulheres e do ativismo LGBT.

Nossa corrente seguiu apostando na emergência da nova esquerda. As eleições de 2016 apontaram para seguir nessa



direção. Elegemos vereadores em Porto Alegre, após uma batalha na qual Luciana apresentou-se como candidata, obtendo 13% dos votos para a esquerda radical: nossa bancada teve Fernanda (a mais votada), Roberto Robaina e Professor Alex. Na esteira da primavera das mulheres, elegemos Fernanda Miranda em Pelotas e tivemos uma conquista maior, que nos colocou noutro patamar: a eleição de Sâmia Bomfim na maior cidade do país. Com David Miranda, fruto da parceria com Glenn Greenwald e da luta por asilo para Snowden, garantimos nosso primeiro mandato na capital carioca. Também conquistamos a reeleição de Sandro Pimentel em Natal. O tempo novamente se aceleraria.

Nossa defesa da luta contra o impeachment de Dilma na forma de eleições gerais colocou uma política correta como forma de disputar a direção do movimento de massas. Nos enfrentamentos ao governo de Temer, nossa ação foi destacada com a construção presente na greve geral de abril de 2017 e com uma coluna combativa que esteve, junto com a CSP-Conlutas, na primeira fileira do “Ocupa Brasília” em 24 de maio de 2017.

Em 2018, elegemos uma bancada de deputados federais e estaduais, com a marca de uma concepção: a de “tribunos do povo”, como queria Lenin. Foi desse modo que Luciana sempre vocalizou nossa política. Também foi assim que Sâmia cresceu na luta contra o projeto da “farinata” (escandalosa proposta de alimentação reprocessada na merenda escolar de João Doria) e contra o Samprev, reforma da previdência municipal. Fernanda seguiu o mesmo caminho em apoio à luta popular em Porto Alegre e emperedando o Ministro da Educação, como voz do tsunami de 15 de maio. Roberto Robaina faz o mesmo tipo de enfrentamento encabeçando a oposição parlamentar e social contra Marchezan em Porto Alegre, Sandro em sua luta com trabalhadores da segurança em Natal e David, junto com Glenn, na estratégica luta pelas liberdades



– da qual foi um exemplo prático de unidade de ação a manifestação, em 2019, da OAB e da ABI no Rio de Janeiro.

Encontramos na bela citação de Daniel Bensaïd (que, aliás, era entusiasta da unificação com MES desde 2003, quando nossa direção se reuniu com ele e François Olivier) um bom resumo dessa concepção:

É também por isso que a concepção do militante revolucionário não é, para Lênin, a do bom sindicalista combativo, mas a do “tribuno do povo”, intervindo “em todas as camadas da população”, para apreender a forma concreta em que se entrelaça uma multiplicidade de contradições. (...) A definição de membro do partido (É precisamente a forma partido que permite intervir sobre o campo político, agir sobre o possível, não sofrer passivamente os fluxos e refluxos da luta de classes). Aí reside o essencial da “revolução” segundo Lênin. Através desta distinção do partido e da classe, do político e do social, torna-se possível pensar a relação de um com o outro, “a representação do social na política”, que permanece, segundo Badiou, “o ponto-chave”.

Encontrar, a “quente”, a chave de uma representação autêntica na política revolucionária, é nossa obsessão permanente para lutar de forma ativa e não resignada para superar a dramática crise de direção.

5) Uma paixão internacionalista

Como já mencionado acima, nosso DNA é internacionalista. Em todos os grandes acontecimentos das últimas décadas, pudemos nos orgulhar de que estivemos envolvidos. Muitas vezes, quando os levantes populares paralisavam as grandes cidades, nossos quadros estavam lutando para entrar em aeroportos interditados, no vetor oposto dos que queriam deixar os países em crise. Assim foi em Lima, Caracas, Tegucigalpa, Quito ou Santiago. A paixão pela revolução e pelo internacionalismo nos levou a acompanhar e participar de perto desses acontecimentos, não apenas apoiando, mas,



sobretudo, aprendendo. Levamos nossa solidariedade à Revolução Tunisiana, estreitando laços com seus protagonistas. Estivemos com delegações na Palestina insurgente, nas montanhas do Curdistão, nas ruas de Lahore, no coração da Europa, na Praça Tahir do Cairo, nas greves gerais ibéricas. Nossos parlamentares defenderam e defenderão ativistas, deputados, lutadores com nomes de difícil pronúncia, perseguidos ou em condições de risco, nos vários continentes do mundo. Nós nos relacionamos com a juventude negra de *Black Lives Matter* estadunidense, fomos vanguarda na denúncia da ocupação brasileira do Haiti (ampliando essa denúncia com soldados que estiveram à frente das barbaridades cometidas pela Minustah), com a esquerda sul-africana. Nossas companheiras atuaram nas lutas das mulheres, nas lutas pelo direito ao aborto, com os panos verdes em Buenos Aires, nas escolas de formação feministas da IV Internacional e como parte da solidariedade e coordenação internacional da luta. Realizamos acampamentos internacionais que organizaram a juventude em luta, como o que contou com a participação de Marielle Franco, Eduard Snowden, delegações internacionais e colocou a necessidade da luta por um mundo “sem muros, nem fronteiras”.

O internacionalismo é o maior fio condutor de nossa tradição. Através dele, passamos à frente o bastão das gerações anteriores: dos revolucionários do século XX, de Lênin, Luxemburgo e Leon Trotsky, passando pelos que fundaram a IV Internacional, à dura luta da corrente latino-americana de Nahuel Moreno. Nossa ousadia e reconhecimento nos levaram a muitos seminários internacionais com a presença de figuras como Hugo Blanco, François Chesnais, Anibal Ramos e Ernesto González.

Por internacionalistas que somos, reconhecemos que há um novo cenário na América Latina e no mundo. Ao contrário dos que apregoavam longa vida para os fenômenos de ex-



trema-direita como Trump, Erdogan e Bolsonaro, apostamos que a polarização iria impor-se, gerando mais instabilidade e, todavia, mais potencialidade para resistir e defender novas alternativas. Rebeliões percorrem o mundo: Hong Kong, Iraque, Porto Rico, Haiti, Equador, Catalunha, Chile, Líbano, Honduras... O mapa-múndi está crivado de revoltas.

Junto ao ato dos 20 anos do MES, realizaremos um seminário internacional de suma importância. Também avançaremos com camaradas quartistas em seminários para buscar maior integração no Brasil. A realidade internacional abre oportunidades. As recentes crises da esquerda revolucionária no planeta indicam-nos que é preciso exercer a democracia interna e o respeito às diferenças, confiando no internacionalismo e numa direção coletiva, capaz de suplantar a ideia equivocada de “partido-mãe”.

6) Novas sínteses e novas coordenadas para o futuro: vamos longe!

A VI Conferência do MES, realizada em abril de 2018, reafirmou as linhas gerais de nossa construção: buscar novas sínteses, atualizar o programa e enraizar-se junto ao povo. Nosso resultado eleitoral conferiu-nos novas posições de força: temos Sâmia, Fernanda e David atuando no centro da política nacional. Sandro é deputado estadual no Nordeste e Mônica Seixas em São Paulo, como parte da “bancada ativista”. Luciana Genro retomou um lugar no parlamento, com um potente mandato estadual gaúcho. Roberto Robaina tem cumprido as tarefas de dirigente, mas também de tribuno, em Porto Alegre, onde nossa experiência com o movimento de massas é mais avançada. Ali, também, temos a presença do mandato de Alex Fraga, referência na luta da educação. Já mencionada, Fernanda Miranda organiza uma importante intervenção em Pelotas. Participamos, além disso, do mandato aliado de Fábio Felix no Distrito Federal. Tais conquistas



podem ser revalidadas e ampliadas na disputa de 2020, onde disputaremos em várias esferas.

Nossa construção deve ganhar raízes nas esferas partidárias, nas quais ganhamos novas regionais e tivemos uma vitória ao consolidar uma política para a setorial de mulheres do PSOL num encontro que selou sua retomada. Temos o desafio de seguir impulsionando uma juventude militante e revolucionária, com centenas de ativistas independentes, a partir do Juntos; o desafio do movimento popular-territorial, com o Emancipa chegando às periferias das grandes cidades; com o crescimento da fileira da negritude, tonificando a luta antirracista; pudemos eleger conselheiras tutelares em várias cidades, com destaque para a eleição de Patrícia Felix no Rio de Janeiro. Com a aproximação da Frente Nacional de Lutas, conduzida por figuras emblemáticas da luta da reforma agrária no Brasil, como José Rainha e Diolinda, avançamos na luta popular e de massas no campo. Temos avançado em nossa ação sindical, através da luta da educação, da saúde, de municipais e bancários e buscando pontes e sínteses com as baixas oficialidades dos militares, das polícias e das forças de segurança.

Todas essas conquistas, contudo, devem estar a serviço das tarefas centrais: a “mãe de todas as batalhas” é derrotar Bolsonaro e seu projeto autoritário. Para isso, fazemos um chamado às ruas, construindo a unidade de ação com todos os que se opõem a esse projeto, mas confiando apenas nas forças do povo. Os exemplos do Equador e do Chile nos motivam. Tomar as ruas também para construir uma nova alternativa, uma nova esquerda, com novas coordenadas e novas sínteses.

Na questão programática, é preciso incorporar cada vez mais os elementos estratégicos das lutas feminista, antirracista, indígena, quilombola, ambiental e ecossocialista que atravessam o planeta. Um programa capaz de vocalizar um



projeto, com temas econômicos, políticos e sociais, capaz de ganhar a maioria social para uma verdadeira independência nacional.

Vamos dar a batalha das ideias, com a *Revista Movimento*, com a Escola Marx e com nosso novo site, a serviço dessas sínteses. Uma nova esquerda está se forjando. Com a referência de um marxismo revolucionário aberto, retomando o melhor da tradição leninista, mas também com Trotsky, Rosa e Gramsci.

Como conclusão, uma homenagem merece ser feita às várias camadas e gerações que se encontram nesses 20 anos: dos fundadores, da velha geração, de Pedro Fuentes, nosso veterano, Roberto Robaina e Luciana Genro, os dirigentes fundamentais, Etevaldo Texeira e outros camaradas (como o velho Enrique Morales) que vem de longe, aos militantes e quadros que se entregam, muitas vezes em condições adversas, nas rodoviárias, sindicatos, diretórios, no campo e na cidade, de um país complexo e continental. A eles também enviamos nossas referências mais sinceras: nossos quadros são nosso maior ativo. São os alicerces de nossa construção. Nem a burguesia nem a burocracia conseguem quebrá-los. Por isso, somos o Movimento Esquerda Socialista.



20 Anos do MES







“Nós reivindicamos um projeto de defesa da igualdade e da liberdade” – Entrevista com Roberto Robaina e Pedro Fuentes

Charles Rosa¹, Pedro Micussi e Thiago Aguiar²

Em 1999, militantes trotskistas fundavam o Movimento Esquerda Socialista. Originário de uma tradição revolucionária que remonta aos anos 1940 na Argentina, sob inspiração de Nahuel Moreno, o MES completa 20 anos sem se esquecer de uma história comum no Brasil, de resistência à ditadura militar, do estímulo à fundação do Partido dos Trabalhadores e da CUT no início dos anos 1980, da Convergência Socialista e da luta contra a degeneração da direção do PT.

Sobretudo, a história do MES confunde-se com a história do PSOL. Inspirados pela hipótese do reagrupamento internacional dos revolucionários e dispostos a manter de pé as bandeiras históricas do socialismo e da liberdade, abandonadas pelo PT, as e os militantes do MES declararam-se expulsos do partido, em dezembro de 2003, junto com os parlamentares radicais retirados das fileiras petistas por não aceitar a traição contra as esperanças do povo brasileiro de um governo de conciliação que se iniciava colocando um banqueiro transnacional no comando do Banco Central e dividia o poder com as velhas oligarquias, apoiando a posse de José Sarney na presidência do Senado, para atacar os trabalhadores com uma reforma da previdência neoliberal que Fernando Henrique Cardoso não conseguira fazer.

Tudo isso é uma história já conhecida. Da luta pela legalização do novo partido para conquistar nas ruas centenas de milhares de assinaturas às batalhas para transformar o PSOL

¹ Membro da equipe internacional do MES.

² Membros da equipe editorial da Revista Movimento.



numa ferramenta pela emancipação do povo brasileiro; da atividade estudantil, popular, sindical e parlamentar às Jornadas de Junho de 2013 e à campanha de Luciana Genro à Presidência da República em 2014, o MES buscou unir seu destino ao movimento de massas no Brasil e ao internacionalismo militante. Nessas duas décadas, nossa corrente nacionalizou-se, tornou-se amazônica, sulista, nordestina, paulista, carioca, mineira, jovem, mulher, negra, trabalhadora e socialista. Conscientes de nossos limites e dos enormes desafios à frente, temos, no entanto, o direito a ter orgulho do que fizemos até aqui.

Nesta edição especial de nossa *Revista Movimento*, entrevistamos Roberto Robaina e Pedro Fuentes, fundadores do Movimento Esquerda Socialista, e falamos sobre esta importante efeméride para nossa militância e sobre os rumos de nossa organização.

***Movimento* – O MES está completando 20 anos. Fale-nos um pouco sobre a fundação da corrente em 1999. O que estava em jogo quando se decidiu pela criação da corrente?**

Roberto Robaina – Quando nós fundamos o MES estava claro que o PT, mais precisamente sua direção, já estava adaptada ao regime burguês e ao capitalismo e que, portanto, seria necessário construir um polo alternativo: uma nova esquerda capaz de desenvolver uma política independente, marxista, socialista. Era evidente ainda que essa construção passava necessariamente pela confluência com outras forças de esquerda no interior do PT e pelo diálogo com forças que não mais estavam no PT. Nosso objetivo, sobretudo, era desenvolver uma política socialista que tivesse como eixo uma recomposição das forças de esquerda – forças independentes que defendiam um projeto revolucionário – e que não fosse prisioneira nem da social-democracia nem do stalinismo. Era necessário



ainda levar em conta que na medida em que o Muro de Berlim havia caído e que havia tido uma grande mudança na situação mundial e na subjetividade da esquerda: era necessária uma recomposição. Essa era uma leitura internacional que nós tínhamos. A construção do MES foi um primeiro passo na construção de um núcleo orgânico que perseguisse esse objetivo de recomposição da esquerda socialista.

M – Como a experiência internacional contribuiu para a formação da corrente? Quais eram os debates travados naquela época?

Pedro Fuentes – Eu acho que a experiência internacional foi decisiva para a construção do MES. Mas aí devemos remontar a um pouco antes da fundação do MES. Ao longo da década de 1990, estivemos em contato permanente com o grupo argentino da velha direção do MAS (*Movimiento al Socialismo*). Começamos junto com os jovens companheiros bancários de Porto Alegre que estavam na Convergência Socialista e que seguiram a nossa política. Para dizer a verdade, a nossa política era, no começo, um pouco indefinida. Estávamos numa situação de muitas turbulências após a queda do Muro de Berlim e nos orientamos para procurar na Europa uma visão que nos desse mais estabilidade para a elaboração política. Tínhamos um grande desafio, o desafio de não ter uma armação política herdada do velho MAS, ainda da época em que Nahuel Moreno estava vivo. Ele morreu em 1987 e, desde então, permanecemos muito tempo com boa parte de sua elaboração que foi se tornando não só insuficiente, mas também equivocada, uma vez que se tratava de outro período mundial. Uma elaboração anterior à queda do Muro de Berlim, quando se abriu um período muito contraditório no qual, ao mesmo tempo em que se fortaleceu o consenso neoliberal, também houve situações de ascenso das massas,



como o *Caracazo* na Venezuela, as revoluções democráticas contra as burocracias do Leste Europeu, a quase vitória de Lula nas eleições de 1989 com uma imensa mobilização política de massas no Brasil. Com o tempo, percebemos que estávamos utilizando categorias de outras etapas, como “situação revolucionária mundial” e “frente contrarrevolucionária”. Elas nos conduziam a pensar que, estando numa situação revolucionária mundial, o maior problema das massas eram os agentes contrarrevolucionários. Logo, era muito necessário e indispensável autoproclamar o partido revolucionário para afirmar e resolver a crise de direção. A realidade demonstrou que isso tudo não funcionava e decidimos partir para uma ótica mais ampla a partir do que se via na Europa. Junto com os companheiros bancários, Roberto Robaina e Luciana Genro do Rio Grande do Sul, um pequeno grupo que começou na Convergência Socialista, começamos a definir uma nova política de reagrupamento que levou à fundação do MES.

No processo posterior à queda do Muro, vimos que havia condições para iniciarmos um reagrupamento de forças. Neste sentido, podemos dizer que o internacionalismo foi fundamental em vários aspectos para a criação do MES. Eu tentei ingressar de novo na LCR francesa, já que nosso projeto independente na França não estava dando certo. Aqui mesmo no Brasil, vimos que não daria certo um novo grupo um pouco além da Convergência, em ruptura com o PT, naquilo que viria a ser o PSTU. Daí, o MES começa a nascer, nos ombreando com outros setores.

Quando estávamos dentro do PT, as correntes de reagrupamento estavam em processo de reafirmação por várias razões. Especialmente porque já estavam ocorrendo mobilizações de resistência ao auge do neoliberalismo, como a contracúpula antiglobalização de Seattle (1999) ou o lançamento do Fórum Social Mundial (2001). Uma situação de respostas novas, muito além dos partidos autoproclamados



“revolucionários”. É neste contexto que nós começamos a ver a realização do esgotamento do PT, algo que já havíamos diagnosticado havia muitos anos. Ao mesmo tempo, começamos a sentir influências internacionais que nos favoreciam. Sempre destaco a reunião que tivemos com Daniel Bensaïd e François Sabado durante o II Fórum Social Mundial (2002). Depois, tivemos uma aproximação maior com um setor latino-americano do Secretariado Unificado da IV Internacional, principalmente com Ernesto Herrera, um velho amigo nosso, e com Charles-André Udry, antigo secretário de Mandel. Eles enxergavam que a Democracia Socialista (DS), uma das maiores organizações trotskistas do SU, seguia agarrada ao PT, enquanto nós éramos uma força viva dentro do PT que procurava uma saída. Assim, começa-se um movimento de construção para um novo partido, onde o MES jogou um papel fundamental junto com forças internacionais. Tenho a lembrança de que fizemos um seminário na subsede do Sindicato, em Porto Alegre, onde vieram personalidades como Gerard Duménil e Charles-André Udry, outros companheiros latino-americanos da IV, o próprio Luis Bonilla-Molina, enviado diretamente por Hugo Chávez. Este evento nos deu um contexto de apoio internacional para iniciar a construção do “Movimento por um Novo Partido”, processo que não caiu do céu, mas de uma elaboração conjunta. Eu sempre falo para os nossos companheiros, sobretudo os mais novos, da importância que possui a análise internacional para o acerto de nossos prognósticos que embasam a nossa política no terreno nacional. E, neste caso, o nascimento do MES e a fundação do PSOL são provas cabais disso.

M - O MES foi fundado, no interior do PT, poucos anos antes da vitória de Lula para a presidência. Como a corrente avaliava a trajetória do partido?



RR – A nossa concepção era muito consolidada a respeito do fato da ala majoritária do PT, o núcleo ao redor do Lula, ser um setor adaptado aos interesses do capitalismo, às ideias de sustentação do regime democrático-burguês, ainda que numa situação de oposição ao governo de turno. As experiências de governos estaduais e a estratégia política desse núcleo majoritário já eram bastante conhecidas por nós. Sabíamos tratar-se de práticas ligadas à elaboração histórica da social-democracia e das experiências que a própria social-democracia realizou na Europa, onde se converteu em gestora dos interesses do capital. Isso era algo de que não tínhamos dúvidas.

Havia no interior do PT uma ala à esquerda, com posições de esquerda, mas mesmo essas posições de esquerda eram prisioneiras de uma elaboração que era comum no PT. A essa elaboração comum do PT que nós nos opúnhamos. Ainda que fosse uma oposição minoritária, ela nos orientava no sentido de não confiar na capacidade do PT de realmente liderar uma transformação estrutural revolucionária, em sua capacidade de buscar conquistas mais profundas no terreno de bandeiras por lutas democrático-burguesas, ou de bandeiras de transição como a reforma agrária, ou a luta contra a submissão do Brasil ao imperialismo.

Nossa ideia era de que o grande objetivo estratégico do PT era conquistar a eleição presidencial. Conseguir fazer com que o Lula fosse presidente da República e, a partir daí, mudar o país. Mas isso sem deixar claro que qualquer processo de mudança por essa via, de que qualquer possibilidade com a eleição do Lula, só poderia realmente se desenvolver a partir de um grande conflito, a partir de um processo de ruptura do regime político. O PT apostava na possibilidade de eleger o Lula sem romper o regime político. Nós entendíamos que esse era um tipo de elaboração que desarmava, já que achar que o Lula poderia ser eleito sem uma ruptura do regime político levaria, necessariamente, de modo a obter a sua eleição,



a uma crescente adaptação e uma crescente tentativa de se obter confiança junto à classe dominante por meio da ideia de que a eleição do Lula não seria uma ruptura. De tal modo que o PT foi se transformando e, antes mesmo de ganhar, conseguiu realmente produzir uma relação de confiança com a burguesia, de forma que a vitória do Lula foi de fato possível, ou seja, aceita pela burguesia. Não houve uma ruptura no regime. Esta foi a tragédia do PT, conseguiu ganhar e não mudou o regime político, ou seja, não produziu uma ruptura, ao contrário, deu continuidade ao regime da Nova República. A resultante tem sido o que nós vemos agora.

M – Como se decidiu romper com o PT e quais eram os desafios da fundação do novo partido?

PF – Como já disse antes, teve fundamental importância o contexto internacional que estávamos observando. Ao mesmo tempo, teve importância a nossa antiga caracterização sobre o caminho que trilhava o PT. Sobretudo, a partir do nosso trabalho em Porto Alegre. Luciana Genro, então deputada estadual, teve que enfrentar o governo progressista de Olívio Dutra, apoiado pela DS, cuja política já vinha se adaptando à política nacional do PT de Lula e José Dirceu, aquela mesma política que respaldou a intervenção no Diretório Estadual do Rio de Janeiro contra Vladimir Palmeira e a favor de uma aliança com Anthony Garotinho. Começamos então a organizar um bloco de esquerda no interior do PT junto com outros setores insatisfeitos, como o próprio Vladimir Palmeira e correntes radicais. Isso nos deu presença e força política que culminou em 2002, ano da chegada de Lula ao poder. Em plena campanha eleitoral, quando estávamos lançando Luciana Genro como deputada federal e em tese deveríamos ter cautela por ser uma candidatura do próprio PT, nós começamos a assinalar as críticas que reuníamos contra a direção



burocrática do PT, principalmente por ocasião da assinatura da famosa “Carta ao Povo Brasileiro”. Ou seja, já tínhamos um pouco evidente a rota de colisão que estava sendo delineada. Um pouco depois da posse de Lula em 2003, repercutiu na DS a rebelião da senadora eleita Heloísa Helena, que se recusou a endossar a escolha de Henrique Meirelles (então deputado federal eleito pelo PSDB) como presidente do Banco Central. Lembro-me de ter visto no noticiário o anúncio de Meirelles e me lembro de ter pensado que era um tanto inevitável que isso acontecesse, dada a trajetória da burocracia do PT até chegar ao poder.

M – Após a formalização do partido, havia o desafio de consolidá-lo. Já são mais de 15 anos de PSOL. Que balanço vocês fazem desta experiência?

RR – O PSOL é evidentemente um partido cujas capacidades e possibilidades de realmente oferecer um processo de organização de uma alternativa política para a crise nacional – e, portanto, de uma saída para o país – ainda estão para serem provadas. Mas evidentemente que o balanço que fazemos é muito positivo. Estamos convencidos de que, se nós não tivéssemos dado aquele passo, o nível de desorganização da esquerda no Brasil seria trágico hoje. Trata-se de um processo difícil, mas o PSOL é um polo. O PSOL é um fato da política nacional. Ele é a principal referência de muitas lutas, das lutas LGBT, da luta das mulheres, do movimento negro e do movimento antirracista em termos de expressão política. É também a principal referência de uma ideia que busca manter as bandeiras históricas da esquerda, como a luta contra a desigualdade, por exemplo. Dessa forma, ele se tornou referência de luta por muitas bandeiras que estiveram, inclusive, historicamente ligadas ao PT, mas que, ao longo de sua trajetória, foram sendo abandonadas por ele e, sobretudo, por



seus governos. Então o balanço do PSOL é muito evidente: um partido que conseguiu se tornar um fato, que conseguiu crescer, que conseguiu ser a esperança pra muita gente. Agora o desafio é fazer com que não haja frustrações.

O grande desafio do PSOL agora é se enraizar cada vez mais na luta do povo, cada vez mais ser um organizador dessas lutas, da luta da juventude. Seu desafio, portanto, é ser uma expressão e um sujeito político capaz de ser porta-voz e ao mesmo tempo impulsionador e organizador das lutas dos sujeitos sociais anticapitalistas, antirracistas, anti-LGB-Tfobia. Esse é o desafio. O balanço é evidente, não acho que haja dúvidas quanto a isso. A construção do PSOL foi um fato histórico da esquerda brasileira. A grande questão é que o PT, evidentemente, completou um ciclo. A história da esquerda brasileira pode ser lida por ciclos: houve o ciclo de hegemonia do PC, houve então o ciclo de hegemonia do PTB, o ciclo de hegemonia do PT e agora o grande desafio é saber se o PSOL vai ter capacidade diretiva de ordenar a construção desse novo ciclo, que é necessário.

M – Nossa ação parlamentar – de início, com os mandatos de Luciana Genro e, hoje, com diversos camaradas nas esferas nacional e locais – foi uma importante trincheira de lutas neste período. Como a corrente avalia a luta parlamentar?

PF – A respeito da luta parlamentar, não me considero um especialista neste tema. Entretanto, posso dizer algumas coisas. Foi uma enorme prova de fogo para o MES o desenvolvimento dos mandatos estaduais e federais de Luciana Genro nos anos 1990 e 2000. Um aprendizado enorme! Depois veio um interregno, quando não tivemos mais parlamentares federais até 2018, mas seguimos crescendo como MES. Eu acabei aprendendo que ter um mandato auxilia muito uma orga-



nização revolucionária como a nossa, ao nos tirar um pouco do microclima e das pequenas questões que preocupam as organizações vanguardistas. Um deputado é obrigado a dialogar com o movimento de massas, não só com a vanguarda. Logo, este é o aprendizado que fez Luciana e que agora estão fazendo Sâmia, Fernanda, David, Sandro, Mônica e Roberto: a preocupação de responder às massas.

Neste quesito, também existem perigos que devemos ter em mente. Eu acho que o trabalho do MES em Brasília é um exemplo para a esquerda, ao combinar bem ação parlamentar com a mobilização social. Nós sempre nos preocupamos em não separar os mandatos das lutas sociais. Um exemplo disso foi quando Luciana apoiou a greve dos professores de Porto Alegre durante o governo de Olívio Dutra e foi afastada pelo PT por um mês de suas funções na Assembleia Estadual do Rio Grande do Sul, correndo o risco até mesmo de ser expulsa. Não à toa, fomos vanguarda em votar contra a Reforma da Previdência em 2003, pois já estávamos curtidos pela experiência feita no Rio Grande do Sul. Assim ocorre também com todos os nossos outros parlamentares. Todos eles são ativistas e militantes, antes de mais nada. O mandato é uma alavanca que a um só tempo ajuda a difundir as ideias do partido e da corrente e ajuda as mobilizações. Sandro Pimentel no Rio Grande do Norte é outro grande exemplo que quero citar, com seu apoio aos vigilantes. Da mesma forma, Sâmia Bomfim, quando vereadora em São Paulo, esteve ao lado da luta dos servidores públicos contra o Sampaprev e ao lado dos movimentos sociais que denunciavam a “ração humana” de João Doria. Fernanda Melchionna, quando ingressou com uma ação para rebaixar o valor das tarifas de ônibus em Porto Alegre (2013), ou mesmo agora, quando denunciou na ONU o descompromisso de Bolsonaro com os direitos humanos. O Roberto também tem usado seu mandato para inserir o PSOL no movimento de massas. E poderia citar muitos ou-



tros exemplos, pois esta é nossa marca quando estamos num mandato, combinando luta por dentro das instituições com mobilização social. Evidentemente, sabemos que não vamos derrotar a burguesia, os governos burgueses e os regimes autoritários através do Parlamento. Isso só pode ser feito pelas mobilizações de massa. Mas a luta parlamentar pode ser uma ajuda importante neste sentido, organizando e impulsionando movimentos de massa.

M – A fundação do Juntos marcou o MES em anos recentes. Em que medida os acontecimentos de junho de 2013 influenciaram a corrente?

RR – Quando o PT começou a governar o país em janeiro de 2003, uma das características centrais da atuação política do núcleo de sua direção e do governo foi a desmobilização da sociedade. Isto é, a cooptação de instituições, dos movimentos sociais, do movimento sindical, do movimento camponês, a tentativa de reduzir a capacidade de ação das entidades estudantis, ligando-as aos interesses do governo. E o governo tinha uma natureza social-liberal e de colaboração de classes com os interesses do capital. De tal forma que a capacidade mesma de mobilização da classe trabalhadora e da juventude diminuiu muito por conta dessa política que era uma política hegemônica da classe e da juventude. O PSOL foi um ponto de resistência e de ruptura com essa orientação, mas durante os dez anos que separam 2003 de 2013, embora tenha havido mobilização e luta nesse período, a marca da situação nacional não foram as mobilizações. De tal forma que, antes de 2013, o próprio regime do discurso – e isso começava a ter muita força inclusive no interior do PSOL – era de que o povo brasileiro não tinha capacidade de se mobilizar, a ideia de que a mobilização era algo inexistente ou muito fraca. 2013 quebrou isso. Junho rompeu esse regime do discurso de que



o povo brasileiro não se mobiliza, de que a juventude não se mobiliza.

Isso foi fundamental para o PSOL e foi fundamental para o MES, em particular, já que o MES no interior do PSOL era a corrente que mais se enfraquecia enquanto imperava o regime do discurso de que a mobilização não é o método correto ou o método fundamental para que as coisas se resolvam, para que a vida mude, para que a situação melhore. O discurso, a estratégia e o programa do MES são baseados na ideia da mobilização, da força da mobilização e da confiança de que a juventude e a classe trabalhadora vão obtendo na medida em que se mobilizam. Isto é, a confiança em si mesma, na sua força, na sua luta, na sua organização independente. 2013 rompeu esse regime do discurso anterior e abriu uma nova situação na qual a mobilização, as ruas e a ação direta passaram a ter peso. Ou seja, acabou essa invisibilidade da ideia da mobilização, e a mobilização se impôs como elemento central da disputa política em Junho de 2013. Quem conhece a história sabe. Esse é um orgulho nosso. Isso está documentado. E, embora, evidentemente, nossa corrente não seja a responsável – e seria bobagem dizer isso pelos acontecimentos espontâneos –, quem estuda história sabe que mesmos os acontecimentos espontâneos são “preparados”, assim entre aspas, quer dizer, animados, germinados, em ação consciente de militantes que atuam no dia a dia. No caso de Junho de 2013, nós, desde fevereiro daquele ano, apostamos na ideia da mobilização, contra o aumento das tarifas.

Naquele ano, tanto o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, quanto o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, e o governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, anunciaram que eles não iriam aumentar as passagens. Sobre tudo o Haddad: ele decidiu que não iria aumentar naquele janeiro, o que era comum no Brasil, os preços das tarifas de transporte no período de férias escolares. E nós fizemos a previsão de



que se o governo fizesse, como estava preparando, o aumento só em junho, no meio do ano, isso poderia desencadear uma mobilização muito forte. Nós escrevemos sobre isso e trabalhamos nisso. As primeiras mobilizações começaram em Porto Alegre, por ação nossa, impulsionadas junto a aliados. Obtivemos vitória em Porto Alegre e quando a mobilização chegou a São Paulo, quando finalmente o governo de São Paulo tentou aumentar as passagens, a mobilização de São Paulo se converteu numa mobilização nacional, e a partir de São Paulo se nacionalizou a luta. Junho de 2013 tem muitas conclusões para serem discutidas. O fato é que ele foi fundamental para nossa corrente, já que ela buscou justamente ser fiel ao que tinha de mais importante nas mobilizações de Junho de 2013: a ideia da autodeterminação democrática do movimento, a ideia da mobilização e a ideia do protagonismo da juventude.

Junho de 2013 também lançou a ideia do “não nos representam”, mostrando que o sistema político partidário da Nova República estava falido e que o PT já não era mais capaz de ser representante dos interesses da juventude. Enfim, mostrou a necessidade de se superar o PT. Evidentemente que a partir desse momento se estabeleceu uma luta política porque a burguesia brasileira também percebeu que o PT já não tinha mais capacidade de controlar o movimento de massas, e percebeu também que a ação de rua teria importância para definir o destino do país. Ela passou então a também trabalhar nesse sentido. Antes da resposta burguesa à Junho de 2013, que foi em março de 2015, tanto o PT quanto a burguesia, e todo o sistema partidário dominante, tentaram fazer de 2014 um ano normal, o ano da eleição, como se não tivesse ocorrido uma ruptura no regime político. Como se não tivesse ocorrido uma nova situação nacional totalmente diferente, na qual o regime anterior já não teria capacidade de canalizar as subjetividades abertas com aquela experiência de Junho



de 2013. Então eles foram para a eleição como se estivessemos em um país normal. Foi uma eleição que simplesmente tentou apagar Junho de 2013, e tentou aparentar uma normalidade na situação nacional que já não existia. Tentou-se aparentar essa normalidade reprimindo os efeitos que 2013 havia deixado, já que em 2014 houve a tentativa de seguir com esse movimento, mas que foi totalmente reprimida com leis de exceção e com a repressão direta das polícias militares durante a Copa. Foi uma repressão organizada, nacionalizada, que impediu que aquela mobilização de 2013 seguisse. Ou seja, quem parou em primeiro lugar o assenso de 2013 foi a repressão do governo Dilma, apoiado evidentemente pela burguesia, pela Globo e por todas as suas instituições durante a Copa de 2014.

M – Como você avalia o desafio de implantar a corrente na classe trabalhadora e nas massas populares?

PF – É um grande desafio. Eu costumo falar em “enraizamento”. Ligando às questões anteriores, precisamos falar de trabalho de base. Trabalho de base não se faz apenas pela internet, Whatsapp, Facebook, etc. Tais aplicativos são muito úteis para a nossa comunicação e difusão de informações, além de convocatórias de mobilizações como já ocorreu em praticamente todos os cantos do mundo. Agora mesmo, vemos o “Tsunami Democrático” em Barcelona, um aplicativo que convoca os jovens para os protestos independentistas. Entretanto, enraizar-se nas bases exige um trabalho paciente junto à classe operária. Saber escutar a classe operária, saber definir quais setores operários são mais dinâmicos, saber entrar nestes setores. Acredito que, hoje em dia, o MES está começando a entrar nos setores de professores. Temos muitas possibilidades neste setor, pois na luta pela educação juntamos três movimentos: professores, juventude e jovens



que voltam depois para serem professores e enfrentarem o governo protofascista de Bolsonaro. Temos também outro trabalho de base importante que está sendo feito nos bairros e comunidades periféricas, com a construção de cursinhos populares. Posso falar que o Emancipa-RJ vem desenvolvendo este trabalho de base com muita energia e conseguindo captar muitos ativistas jovens, professores inquietos e mulheres negras. Aqui temos um processo de entrar no movimento popular, em meio à guerra que Witzel faz contra os negros, onde vemos a mobilização de mães negras que veem seus filhos serem executados ou encarcerados por uma política de segurança pública racista. São mulheres que se organizam para lutar, se referenciando no PSOL e nós, como corrente do PSOL, estamos buscando formas para entrar de cabeça neste processo de massas nos bairros pobres. O Emancipa também vem conseguindo acessar a população desempregada, trabalhadores de Uber, trabalhadores informais, além das categorias profissionais mais “clássicas”, como professores. Como votamos em nossa conferência, a inserção do MES na classe operária é uma tarefa prioritária. Temos que chegar ao movimento dos trabalhadores. E a educação popular está sendo um passo importantíssimo neste rumo.

Um elemento interessante de nossa conjuntura é que quem quer lutar contra Bolsonaro neste momento, também deseja se organizar. As pessoas que agora se filiam ao PSOL, em sua grande maioria, não são passivas e querem construir uma ferramenta coletiva. E é o nosso papel organizar essas pessoas. A grande arte é descobrir como e onde as organizamos. Temos exemplos de organizações muito interessantes, como a dos policiais antifascistas ou dos vigilantes do Rio Grande do Norte. Mas a grande arte dos militantes do MES é descobrir como organizar os setores que querem enfrentar este governo, sem perder de vista que é na juventude que temos melhores condições para avançar no trabalho de base.



M – Roberto, você mencionou as eleições de 2014. A campanha presidencial de Luciana Genro daquele ano foi o momento de maior visibilidade de nossa corrente. Das bandeiras levantadas naquela ocasião, quais foram as mais importantes?

RR – Há muitas coisas para serem ditas sobre a campanha da Luciana Genro. O balanço da campanha da Luciana Genro foi unânime no PSOL. Houve um balanço interno positivo. A Luciana Genro conseguiu, em primeiro lugar, ser uma voz que rompia o acordo entre o sistema partidário que buscava anular Junho de 2013. Tanto que o eixo da campanha eleitoral da Luciana foi justamente resgatar o fato de que o Brasil havia acordado, que as mobilizações tinham mostrado a necessidade de uma nova política, e a Luciana tentou vocalizar essa necessidade na eleição de 2014, mostrando que Junho de 2013 tinha acontecido e que era necessário se manter fiel a ele. Diferentemente do sistema partidário que queria abafar Junho de 2013, que queria colocar novamente na invisibilidade os setores juvenis e os setores da classe trabalhadora que foram protagonistas desse acontecimento. A Luciana teve o mérito também de ser, de certa forma, uma candidatura que incentivou o que nós logo conheceríamos como a luta feminista, antimachista, pelos direitos das mulheres, ainda que obviamente essa não tenha sido uma experiência só nacional, mas sim uma luta mundial. Foi algo que vimos logo em seguida na Primavera Feminista, na eleição de 2016, no movimento de massas do “Ele Não” contra o Bolsonaro, e seguimos vendo no país esse assenso do movimento de mulheres que tem sido fundamental para a construção de uma alternativa política e social para a crise do capitalismo brasileiro, para a crise nacional.

Ao mesmo tempo, a Luciana colocou na pauta a inversão



da questão tributária. Embora fosse impossível isso ser um eixo da pauta da eleição, ela pontuou a necessidade de que os ricos pagassem a crise, defendendo, sobretudo, a necessidade da taxaço sobre as grandes fortunas. Ela fez a denúncia clara de que o capitalismo brasileiro tem essa característica particular: trata-se de um capitalismo que provoca brutal desigualdade social. A Luciana apresentou propostas econômicas de ruptura com o sistema financeiro, questionando, entre outras coisas, o problema da dívida. Portanto, foi uma campanha muito importante para a construção do PSOL, ainda mais sendo a Luciana Genro fundadora do partido. Foi uma campanha que ergueu uma bandeira sem manchas.

M – A corrente cresceu e se desenvolveu bastante ao longo dos últimos anos. Para encerrar, o que esperar para os próximos anos e décadas do Movimento Esquerda Socialista?

RR – O que esperar do futuro? Há uma luta nossa: nós reivindicamos um projeto de sociedade de defesa da igualdade e da liberdade. Não se pode mais defender um projeto de igualdade sem também defender a liberdade. Depois da experiência do stalinismo e dos fracassos que ele produziu, é evidente que não há como reconstruir a ideia comunista sem a afirmação dos princípios de igualdade e liberdade. Nós temos hoje uma relação de forças no mundo difícil. Toda a nossa intervenção é uma intervenção que tem que reconhecer que a subjetividade do mundo, e as necessidades postas pela luta, devem levar em conta que temos duas contradições fundamentais, não apenas uma.

Por um lado, a contradição fundamental entre os interesses da burguesia e do proletariado, entre a ideia da igualdade e do capitalismo ou, se preferir, do comunismo e do capitalismo. Esta sempre foi uma contradição fundamental, mas já não é mais no mundo atual uma contradição exclusiva. Há



agora outro eixo de contradição. Aquilo que o filósofo francês Alain Badiou chamou de contradição entre a modernidade e a tradição. A tradição sempre teve como característica a ideia de repetição de identidades, de afirmação da nacionalidade, o patriotismo contra o estrangeiro, da raça e da religião. Inclusive, a experiência do stalinismo também foi uma experiência de defesa da tradição, de defesa da identidade, do patriotismo e do Estado. Houve um período curto de grande liberdade, de modernidade, que foram os primeiros anos da Revolução Russa, com grande liberdade artística, criativa e literária, mas essa não foi a marca do stalinismo. O stalinismo também teve o componente de defesa da tradição.

Assim, há hoje no mundo subjetividades que combinam quatro determinações: o capitalismo e o comunismo, por um lado; a modernidade e a tradição, por outro. Essas subjetividades não possuem entre si uma hierarquia, já que também no capitalismo existe a subjetividade da modernidade. Logo, a contradição entre modernidade e tradição não ocorre entre modos de produção opostos, ela ocorre no interior mesmo do modo de produção capitalista porque a subjetividade moderna tem sua origem no capitalismo e tem mais força ainda com o seu desenvolvimento.

Nós tivemos uma experiência na história, quando houve o enfrentamento contra o nazismo e o fascismo, na qual existiu uma unidade entre os defensores da modernidade capitalista e os defensores do comunismo contra os defensores do capitalismo cujo eixo era a tradição, a ausência de liberdade e o obscurantismo – justamente a experiência do nazismo e do fascismo. Houve tal aliança na Segunda Guerra Mundial. Hoje no mundo existe isso ainda. Ainda há uma expressão do capitalismo ligado ao obscurantismo, à tradição e é necessário enfrentar essa tradição sabendo que é possível realizar alianças com setores capitalistas que não defendem essa linha obscurantista. Mas essas alianças pontuais não podem perder



de vista a contradição que segue existindo, e está cada vez maior, entre capitalismo e comunismo. Isso na medida em que há sete grandes capitalistas que detêm a mesma riqueza de metade da humanidade, um bilhão de desempregados no mundo, um capitalismo dominado por oligarquias financeiras... Logo, a afirmação da ideia comunista é fundamental, mas a ideia comunista para poder se desenvolver, para poder ganhar as massas, deve ser combinada com a defesa da modernidade e com a defesa da liberdade.

Dessa forma, o projeto do MES, a continuidade do MES, está ligado à necessidade de dois pontos programáticos fundamentais: a defesa da igualdade, como resposta necessária à contradição entre capital e trabalho, entre trabalhadores e burguesia, entre comunismo e capitalismo, e a defesa da liberdade em afirmação da modernidade contra o obscurantismo, contra a tradição, a xenofobia, a LGBTfobia, o ataque aos direitos civis e o racismo. Portanto, o MES se constrói a partir dessas duas marcas e, desse ponto de vista, o futuro do MES é o futuro da classe trabalhadora e da juventude. Eu tenho muita confiança de que nessas lutas nós vamos nos construir, já que essas lutas crescerão. As maiores batalhas estão no futuro, e nós estaremos nelas.

PF – Os próximos desafios são muito grandes, em relação ao que somos nós e o que é o PSOL. Mas devemos enfrentá-los, não podemos simplesmente dizer “não” aos desafios. O desafio de longo prazo, que não será resolvido rapidamente, tem a ver com construir uma alternativa que dê resposta à forte crise do regime e do sistema que vivenciamos no Brasil. Evidentemente, este desafio não será resolvido só a partir de uma organização nacional, mas dependerá bastante de um contexto internacional. E nós trabalhamos para isso. Não à toa, estivemos no Equador, acompanhando os desdobramentos do levante indígena que derrotou Lenin Moreno e que



provavelmente levará a uma reorganização dos movimentos de esquerda naquele país, deixando para trás o movimento em torno de Rafael Correa.

Eu acho que os velhos progressistas têm e terão muitas dificuldades para dar respostas às novas mobilizações, apesar de conservarem alguma ou bastante capacidade eleitoral, como vemos na Argentina. Este, aliás, é um problema tático que devemos discutir depois com muita profundidade. Pode ser que Correa, por exemplo, consiga continuar forte nas eleições. Mas nas lutas contra o neoliberalismo e os planos sociais ditados pelo FMI, além do autoritarismo e da repressão cada vez mais contundente, num contexto de polarização social e política, é preciso prosseguir na construção de novas alternativas. Não podemos pensar com braços e olhares pequenos. E aí estão processos como o do Nuevo Perú, da Convergência Social/Frente Ampla no Chile ou do DSA nos EUA. Por falar nos EUA, recebemos com bastante entusiasmo a informação do apoio de Alexandria Ocasio-Cortez e outras parlamentares de esquerda à candidatura de Bernie Sanders, reoxigenando o movimento para que Sanders alcance a Casa Branca em 2020.

Bem, acredito que o MES e o PSOL têm um grande futuro pela frente. O perigo é nos adaptarmos aos velhos progressismos, àquilo que já passou e se esgotou. O caminho para o novo está aberto. A estratégia para o novo está aberta, uma estratégia que precisa se vincular com a crise do capitalismo e com a realidade concreta, incorporando um programa de emergência bem explicado para as massas, que as convença da necessidade de taxar as grandes fortunas para garantir direitos sociais. E este é um movimento universal, não só local. Os “coletes amarelos” apontaram para isso na França, o levante equatoriano vai acabar apontando para isso também (embora a CONAIE não tenha um programa tão completo ainda). Com estas perspectivas, partimos para construir o futuro.



Por último, queria dizer mais algumas coisas. O capitalismo segue dominando o mundo, mas com uma dominação em crise que se vê cada vez mais rodeada de problemas. Na América Latina, parecia que o autoritarismo e o neoliberalismo estavam num processo imparável de crescimento, após os fracassos dos progressismos, e agora estamos vendo novas lutas de massas despontarem, como demonstram o Equador, Porto Rico, Colômbia, Peru, Haiti, etc. E é nossa tarefa localizar o Brasil em meio a esta situação em ebulição, a qual também se expressa nos EUA com Trump, emparedado por um processo de impeachment e governando uma potência com uma hegemonia a cada dia mais descendente.

Observando este quadro geral e com algumas tendências promissoras, temos também que saber que política não se faz só com perspectivas. Nós fazemos política para a situação concreta, mas sem a perspectiva geral tampouco podemos elaborar política para a situação concreta. Um exemplo disso é quando criamos o Juntos em 2011. Nosso principal trabalho de juventude foi consequência também de um trabalho internacional. Nós começamos a ver a Primavera Árabe, os Indignados na Espanha, *Occupy Wall Street* nos EUA, e o papel da juventude dentro destes processos. Com base nesta observação e aprendizagem, tivemos a política de fortalecer a construção da juventude, nascendo daí o Juntos.

Isso é o que nos dá entusiasmo para superar todos os tipos de momentos que estão por vir, os fáceis e difíceis. Não é um caminho simples o que temos pela frente, será um caminho duro. Por isso, é tão importante a tradição, é tão importante o evento de 20 anos do MES. Já temos uma longa história: 20 anos não são pouco tempo. Com tudo isso, estamos trabalhando para o futuro, com raízes que nos permitem enfrentar os novos desafios que surgem.





Derrotar o projeto autoritário de Bolsonaro e construir uma alternativa socialista como estratégia

Coordenação Nacional do MES

A ascensão de Jair Bolsonaro à presidência marca o colapso político e social a que o Brasil assiste, levando a uma regressão das condições de vida do povo. A desorganização da sociedade só pode ser entendida por uma combinação de crises: ambiental, social, econômica e política.

Queremos debater, neste documento, a essência do projeto de Bolsonaro, as melhores táticas para combatê-lo e a afirmação de uma estratégia socialista para a construção de uma alternativa que mude a vida dos milhões de brasileiras e brasileiros castigados pela guerra social contra o povo levada adiante pelos donos do poder. Também pretendemos apontar a dinâmica da resistência, as tarefas da esquerda socialista e os eixos de um programa para o fortalecimento do PSOL como alternativa.

Nas próximas páginas, estão sistematizadas as elaborações do Movimento Esquerda Socialista para uma resposta política em tempos de crise do capitalismo global e de sua expressão brasileira, o bolsonarismo.

I – Bolsonaro busca uma via autoritária e repressiva

Bolsonaro e seu clã tem buscado construir os passos para uma guinada autoritária e suas declarações são cada vez mais explícitas nesse sentido. As provocações de Carlos e Eduardo Bolsonaro, nas redes ou mostrando armas para fotos, incitam uma tentação autoritária. A luta para colonizar as instituições, perseguir opositores e fechar mais o regime está em curso. Bolsonaro isola-se a cada dia mais, mas busca reter e



organizar setores ao redor de sua política como ficou nítido no palanque de 7 de setembro, que reuniu Edir Macedo e Silvio Santos na tribuna de honra. O governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, por sua vez, é a expressão fluminense desta política protofascista.

Tal corte autoritário gera confusão e dificuldades na própria base inicial de apoio de Bolsonaro. O distanciamento de Witzel e o redemoinho de crises do PSL são a outra face da moeda da gestão de Bolsonaro. O despreparo enfraquece a guinada abertamente autoritária, levando ao interior das instituições do regime disputas entre facções, ampliando a possibilidade de unidades pontuais contra a política autoritária e repressiva do presidente.

A mobilização é a forma de derrotar Bolsonaro. O prognóstico de estagnação econômica é decisivo, pois interdita uma hipótese de sucesso do governo. Tal êxito poderia levar mais facilmente a uma corrente de massas com posições protofascistas, o que não ocorreu no país até o momento e afastou uma derrota histórica, já que a chegada da extrema-direita ao poder ocorreu pela via eleitoral.

A reação de centenas de milhares em defesa da educação nas cidades brasileiras e a mobilização mundial em defesa do meio ambiente, por outro lado, demonstram que o programa de choque da burguesia encontrará resistência. Os milhões de desempregados e subempregados compõem um panorama da crise social, ao qual se somam as filas de milhares nos mutirões de emprego nos centros das grandes cidades e os crescentes contingentes de miseráveis vivendo em situação de rua no país. Isso inclina a balança para o lado da luta democrática, apesar da inexistência de uma alternativa dos trabalhadores com perspectiva socialista, acentuada pelo retrocesso na consciência.

A indignação provocada pelo bárbaro assassinato de Agatha Félix pela polícia no morro do Alemão, no Rio de Janeiro,



é uma expressão dessa polarização. Uma criança de apenas 8 anos de idade morta de forma covarde desperta a indignação de milhões que estão sofrendo as consequências da política autoritária das forças de repressão estatal, sem acesso a condições dignas de serviço público, direitos, trabalho e moradia. A periferia brasileira tem um mal-estar represado que pode derivar em ações radicalizadas.

Nossa hipótese é apostar na polarização com Bolsonaro, atuando conscientemente para garantir seu isolamento, buscando uma maioria social para criar as condições de derrotá-lo e construindo, a médio prazo, uma alternativa política de poder. A luta democrática no Brasil é fundamental, tendo que levar em conta que somos, entre os grandes países, o mais desigual do mundo.

II - Neoliberalismo e autoritarismo como essência do projeto de Bolsonaro

Os primeiros meses do governo mostram o sentido da política do governo: autoritarismo e neoliberalismo marcam as escolhas de Bolsonaro. Após anos de crise econômica, a burguesia busca a recuperação dos lucros por meio da redução drástica dos custos do trabalho; da pilhagem dos recursos públicos; da desmontagem de direitos e serviços conquistados historicamente pelo povo brasileiro; da espoliação da terra, de recursos naturais e do meio ambiente; e da reorientação estratégica do país diante do capitalismo global em crise. A falsa aparência nacionalista é uma distração para o caráter entreguista de seu governo, serviçal de Trump.

Os dois enfrentamentos sociais mais importantes dos primeiros meses de governo revelam traços importantes do que virá e da dinâmica da necessária resistência. Os ataques à educação, à ciência e à tecnologia brasileira revelam, de uma só vez, a busca pela conversão forçada e final da educação pública à acumulação capitalista e a natureza anti-intelectual



e obscurantista dos agentes governamentais, como também mostrou a tentativa de Marcelo Crivella de apreender livros na Bienal do Rio. O aumento escandaloso das queimadas e da deflorestação mostram a voracidade do agronegócio, apoiador de primeira hora de Bolsonaro, em sua busca por converter florestas, terras indígenas e quilombolas em novas áreas de pastagem e de produção de grãos para exportação.

Na agenda política autoritária, por sua vez, há divisão na burguesia. Bolsonaro é um projeto de contrarrevolução preventiva¹. Por isso, ataca a ciência, a cultura e a imprensa, além do movimento operário, da esquerda, e dos direitos civis. Queremos construir um caminho alternativo para responder às duas tarefas mais importantes deste período: ampliar a resistência ao projeto de Bolsonaro e forjar uma alternativa e uma estratégia para mudar por completo o regime e o sistema. Essa estratégia hoje leva os socialistas a defenderem um programa de emergência diante da atual crise.

III – Uma expressão nacional da crise global

Bolsonaro coloca em risco a soberania brasileira como poucas vezes se viu, com sua política de alinhamento incondicional a Trump e ao alinhamento da diplomacia brasileira à agenda da extrema-direita internacional – como mostra explicitamente a indicação para a embaixada brasileira em Washington de Eduardo Bolsonaro, representante na América Latina da internacional neofascista liderada por Steve Bannon.

Como já afirmamos noutras oportunidades, o Brasil novamente está sintonizado com a conjuntura internacional. Isto se viu, nas últimas décadas, na vitória de Lula, que despertou esperanças de certo progressismo (e a frustração posterior);

¹ Chamamos de “contrarrevolução preventiva” a construção de uma alternativa contrarrevolucionária em momentos nos quais não está colocada uma situação revolucionária iminente. Ou seja, a contrarrevolução não é uma saída burguesa imediata diante da hipótese da revolução nesses casos. Tal saída contrarrevolucionária é uma medida preventiva diante de choques futuros e busca alinhar-se com o programa da extrema-direita mundial como foi visto no discurso de Bolsonaro na ONU.



na entrada em cena dos indignados em Junho de 2013; na eleição de um governo de extrema-direita (com uso intensivo de “fake news” e sob suspeita de manipulações externas), um exemplo dos resultados de “crises orgânicas” vistas em escala mundial; e, agora, com o capítulo amazônico da verdadeira luta internacional do clima, que mobiliza milhões nas ruas nos novos chamados a “greves climáticas” (que levaram milhões às ruas do mundo entre 20 e 27 de setembro) que se opõem à extrema-direita troglodita, negacionista e anticientífica global.

Mesmo os economistas burgueses têm apontado para o risco, em breve, de uma nova recessão global para a qual contribui, também, o aumento dos conflitos geopolíticos, dos quais a disputa comercial entre Estados Unidos e China, duas economias profundamente entrelaçadas e interdependentes, é uma expressão mais aparente. O acirramento do conflito com o Irã, acusado de estar por trás do ataque contra refinarias sauditas, repõe a tensão no tabuleiro internacional. A decadência estadunidense e a emergência da potência chinesa como ator fundamental dos negócios no mundo (veja o papel da China no comércio exterior do Brasil) geram novas e fortes divisões no seio da burguesia global. A reeleição de Trump não está assegurada e, caso a economia desacelere mais, a chance de uma derrota eleitoral começa a ganhar força.

Nos marcos do que podemos chamar de caos geopolítico, duas derrotas recentes marcam contratendências importantes e derrotas para Bolsonaro e a extrema-direita: na Venezuela, fracassou o engendro golpista organizado por Trump para impor à força um governo liderado Guaidó; na Argentina, por sua vez, as eleições primárias marcaram a derrota retribuinte de Macri, vitrine das políticas de ajuste neoliberais e do entreguismo continental.

Nos Estados Unidos, por sua vez, cresce a polarização política e social. Afloram as contradições no país e a reação



ao trumpismo tem trazido o fortalecimento das lutas democráticas (de imigrantes, negros e mulheres) e das lutas econômicas, por meio de greves, e por direitos sociais como a cobertura de saúde universal, a luta contra a privatização da educação e por salários mínimos dignos em diversas categorias. Ao mesmo tempo, fortalecem-se os socialistas, como mostram o crescimento importante do DSA, a eleição de parlamentares como Alexandria Ocasio-Cortez e Julia Salazar, além da mobilização ao redor da nova candidatura presidencial de Bernie Sanders.

Em todo o mundo seguem desenvolvendo-se rebeliões democráticas que mostram a importância da luta pelas liberdades diante do autoritarismo. Na Argélia e no Sudão, as massas questionaram ditaduras há décadas assentadas no poder. Recentemente, as lutas em Porto Rico e Hong Kong mostram o desenvolvimento das contradições nos dois maiores centros da acumulação capitalista global – Estados Unidos e China.

IV- A desconstrução do Estado Brasileiro

Diante da globalização capitalista e de sua crise, é preciso retraduzir a questão nacional. Deve-se enquadrar os problemas do Brasil numa compreensão global, incorporando, ao mesmo tempo, o elemento nacional como uma dimensão fundamental das lutas democráticas deste período. Defendemos uma estratégia classista e popular para a defesa da soberania nacional e para construir o enfrentamento contra a espoliação do patrimônio público, o aprofundamento da desnacionalização e da subordinação econômica do país.

Em repetidas oportunidades, Bolsonaro tem afirmado que seu governo busca a “desconstrução” do Brasil: seu objetivo central é atender aos interesses do capital transnacional e financeiro, orientando a política econômica à criação de oportunidades de negócio lucrativo para os capitais imobilizados



desta fração de classe. Além disso, como objetivos auxiliares, Bolsonaro busca atender à pressão do agronegócio pela expansão da fronteira agrícola e de pastagem; afrouxar as regras ambientais; e ampliar a atividade de mineradoras e do garimpo. A tendência de desindustrialização é marcante: tendo superado 30% do PIB no início dos anos 1980, a participação da indústria de transformação é de cerca de 11% da produção anual na atualidade.

Ao mesmo tempo, o governo estimula a desnacionalização de setores estratégicos, como de petróleo e energia, acenando para a privatização da Eletrobrás e da Petrobrás. Como parte dos compromissos que Bolsonaro entregou a Donald Trump em sua visita aos EUA, foi aprovado, em comissão da Câmara, o acordo de entrega da Base Espacial de Alcântara, no Maranhão. Quase vinte anos depois da pressão popular rejeitar a proposta durante o governo FHC, Bolsonaro dá um salto de qualidade na entrega da riqueza e do patrimônio nacionais. Polo da tecnologia espacial, o Centro de Lançamento de Foguetes ficará sob responsabilidade direta da NASA e do governo americano, que controlará, inclusive, a entrada e saída de materiais. Incrivelmente, Bolsonaro e Trump contaram com o apoio do governo do Maranhão e de deputados a ele ligados nessa votação.

Está clara, portanto, a necessidade de combinar a defesa dos temas nacionais e da soberania às lutas de resistência do povo brasileiro.

V – A crise da Nova República

A chegada ao poder da extrema-direita com Bolsonaro é o ponto culminante da crise do regime da Nova República. Como parte da combinação de crises múltiplas e deterioração das condições econômicas, é possível afirmar que o país passa por uma “crise orgânica”, uma situação recorrente em boa parte dos países, na qual – usando a definição de Antonio



Gramsci – há uma “ruptura entre as classes sociais e as representações tradicionais. É característica desse tipo de crise a falência total ou parcial do sistema político-partidário”. Nossa definição sobre a situação segue válida:

Estamos diante de uma situação reacionária. A eleição de Bolsonaro, acompanhada do avanço institucional de seus partidários e aliados, aponta que estamos transitando para um novo regime, que já não responde ao pacto de 1988, mas do qual ainda não sabemos quais serão as determinações mais gerais. A relação de forças se torna desfavorável e a crise política do regime da Nova República joga o pêndulo político para a direita.

A Nova República significou um pacto que soldou importantes conquistas sociais, avanços democráticos, mas que esteve alicerçado num pacto com as Forças Armadas que, ao contrário de outros países como Argentina, Uruguai e Chile, não removeu os entulhos da ditadura. A preservação da estrutura intacta custou caríssimo para os elementos democráticos do país. Além da presença ostensiva dos militares na vida política, no controle de importantes estatais, na separação entre as policiais civis e militares, num potente aparelho de espionagem contra os movimentos sociais, a cultura da guerra contra o povo espalhou-se nas periferias das grandes cidades. A polícia brasileira, herdeira das práticas do regime militar, é a que mais mata e que mais morre no planeta. Os tribunais militares – mesmo com os pequenos avanços institucionais das ouvidorias e corregedorias – são pilares da impunidade da cúpula da farda contra o povo e sua revolta. Um vídeo antigo de Nelson Jobim, recentemente revisitado nas redes, deixa claro o teor do acordo pra preservar o caráter das Forças Armadas.

Após a hipótese de uma ruptura real, com uma vitória de Lula em 1989, o núcleo de direção lulista aceitou as regras do jogo por completo nos anos 90. Tal projeto foi acompa-



nhado pela integração das câmaras setoriais, do pacto social e da gestão dos fundos de pensão – para depois se colocar na condição de “árbitro”, com o conselho social e político, numa aliança com José Alencar (industrial de Minas filiado ao PL, uma expressão primeira dos evangélicos no centro da política). As acusações de corrupção minaram paulatinamente a confiança de massas que o PT tinha adquirido com seu programa “melhorista” e sua máquina de disputa das direções do movimento.

Em junho de 2013, a irrupção do movimento de massas deixou evidentes os limites do regime e do governo social-liberal. Quando milhões foram às ruas para questionar as condições de vida e políticas, abalou profundamente o regime. A entrada em cena das lutas gerais – como a do MTST, as grandes greves de garis e rodoviários e a luta contra as atrocidades da polícia, os gastos e a corrupção da Copa – ampliou a polarização, tendo o PT atuado em unidade com toda a burguesia para parar o movimento.

A direita, habilmente, produziu o que chamamos de “simulacro”², com passeatas de verde e amarelo que galvanizaram o sentimento de descontentamento popular, consagrando um giro à direita da classe média contra o governo. Com a recessão no segundo governo Dilma, a insatisfação popular ganhou peso enorme e se abriu caminho para o golpe parlamentar do impeachment de 2016 e a ascensão do governo de Michel Temer, impopular e acossado por acusações de corrupção envolvendo a cúpula do MDB. O impasse político, por sua vez, só poderia ser resolvido em 2018 com a eleição de Bolsonaro, ainda dentro de um processo fraudulento e ilegítimo, que contaminou os resultados e a disputa eleitoral.

Para entender, contudo, o complexo papel que a Operação

² Chamamos de “simulacro” o processo de mobilização encabeçado pelos setores médios contra Dilma, sob a convocatória do MBL e grupos afins. É um simulacro porque imita o impulso das ruas de Junho, entretanto com signo oposto por sua direção e programa.



Lava Jato (OLJ) desempenhou nos últimos anos, é importante retomar o lugar que as camadas do aparelho de estado tiveram após as novas disposições da Constituição de 1988. O grupo de “procuradores” é uma expressão do fortalecimento de outras instituições dentro do mesmo regime – em especial o Ministério Público. Tais mecanismos, reconhecidos como democráticos inclusive por Dilma e Lula, geraram novas e variadas contradições entre os agentes que operavam dentro do aparelho de Estado.

Uma das principais condições do Estado patrimonialista brasileiro, a corrupção, seria um campo de disputa para tais contradições, que envolviam aspectos amplos da vida social – como a disputa política entre diferentes frações no interior do Poder Judiciário, disputas no terreno econômico e concorrencial. O aparelhamento das revelações e ações da OLJ, como revelado pelo brilhante trabalho de *The Intercept*, não pode interditar o debate sobre o caráter da operação: a força alcançada pelos procuradores (que os fez sentirem-se acima do bem e do mal) só se explica pelas contradições gerais do regime, ou seja, por sua crise orgânica. Conforme Glenn Greenwald afirma, não podemos abandonar a luta contra a corrupção da agenda política da esquerda. Algumas parcelas das camadas médias sempre tiveram aspirações democráticas dentro do aparelho de Estado (militares no começo do século ou atores do Poder Judiciário a partir dos anos 1990) de forma confusa e sem um projeto mais global, oscilando ora à esquerda ora à direita.

Ainda que instrumentalizada, cumprindo um papel na ascensão de Bolsonaro e na prisão ilegal de Lula³, a OLJ combinou traços de descontrole: todo um setor de capitalistas parasitários do Estado – as empreiteiras e outras empresas

3 Nossa posição sobre a prisão de Lula foi afirmada em diversos documentos e declarações (como em <https://movimentorevista.com.br/2018/04/posicao-principios-stf-prisao-lula/>). Quando terminávamos a redação deste documento, as mudanças no cenário da Lava Jato – maioria no STF declarando-se favorável à reconsideração das provas; um pedido de soltura por progressão de Lula vindo dos procuradores; e as declarações do ex-Procurador-Geral da República Rodrigo Janot – trouxeram novas definições sobre o futuro de Lula, bastante mais próximo de ser reconduzido à vida política fora da prisão.



outrora parte da estratégia lulista de financiar “campeãs nacionais” – teve seus negócios escusos relevados.

Com as revelações de *The Intercept*, ainda que com resistências de alguns procuradores (que não são um grupo homogêneo), desnudou-se o papel político que cumpriram Moro e Deltan para abrir caminho para chegada da direita ao poder. Isso não quer dizer que Moro (que tem posições reacionárias) não entre em conflitos com Bolsonaro, como se nota nas contradições diárias do governo – Bolsonaro busca medir forças no aparelho de Estado, algo evidente no caso da disputa pelas nomeações na Polícia Federal e pelo controle do porto de Itaguaí.

VI– Mal-estar social e crise econômica de grande profundidade

O que sustenta o plano econômico de Guedes e Bolsonaro é a disposição de guerra social contra o povo e a necessidade de manter um paraíso para o rentismo e os especuladores da banca. Isso conflita diretamente com o enorme fosso social – a marca do Brasil é a desigualdade social. A crise econômica e social tem reflexos evidentes em diversas escalas da sociedade brasileira. O visível aumento da população de rua nas cidades grandes e médias, o retorno de doenças consideradas extintas, como o sarampo, e o incremento da violência urbana são outros sinais de degradação da situação social do país. Neste contexto, o mal-estar generalizado promove uma dinâmica de adoecimento em vários níveis, que se expressa fortemente também na relevância que tem encontrado as questões relacionadas à saúde mental.

Naturaliza-se a violência policial como instrumento de repressão em territórios abandonados pelo Estado, incrementando a necropolítica e aprofundando o processo de genocídio da juventude negra nas favelas e periferias, como mostrou a tortura de um jovem negro num supermercado da zona de



sul de São Paulo.

Os economistas do governo chegaram a comemorar os dados que indicavam que o Brasil não cairia numa “recessão técnica”. O crescimento pífio do PIB no segundo trimestre é uma boia que os governistas buscam segurar, quando a economia real do país está no fundo do poço e o mundo está às vésperas de uma nova recessão. O cenário de estagnação econômica é real.

As condições do trabalho estão sendo precarizadas, com níveis de superexploração inauditos: a aprovação da reforma da previdência, a desregulamentação das normas de segurança do trabalho, bem como o afrouxamento da fiscalização e a destruição em curso da Justiça do Trabalho, são os estandartes da guerra que Bolsonaro e Guedes travam contra a classe trabalhadora brasileira. A aprovação da Medida Provisória 881 – “Liberdade Econômica” – corrobora tal movimento.

Até onde vai o consenso burguês diante da demora na recuperação econômica é uma incógnita. O crescimento potencial do PIB nas condições atuais e nos próximos anos é baixo, talvez de 1%, pelo que se pode ler de relatórios do FMI e de outros economistas.

O desemprego ronda os 13 milhões de brasileiros, com níveis ainda maiores de subempregados e pessoas que estão fora do mercado de trabalho. Dados recentes da PNAD Contínua (IBGE) mostraram leve recuo, em julho, da taxa de desemprego para 11,8%. A queda, no entanto, foi conduzida pelo aumento da informalidade que já atinge 41,3% da população ocupada, um recorde, enquanto a formalização segue estagnada e a renda do trabalho apresentou queda de 1%. São milhões que buscam sua sobrevivência em “bicos”, no trabalho informal ou nos novos exércitos de proletários reais da economia digital em aplicativos como Rappi, Uberats e Ifood. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por



Amostra de Domicílios do IBGE divulgada no fim de setembro, os trabalhadores na informalidade eram 41,4% da população ocupada no país: 11,8 milhões trabalham sem carteira assinada e 24,3 milhões trabalham “por conta própria” – um número recorde.

Então, é possível, caso a estagnação se mantenha e a pressão social aumente, haver alguma divisão no campo burguês hoje atuando no consenso de uma agenda liberal dura? Algumas sinalizações, mesmo de economistas neoliberais como Samuel Pessoa, indicam a necessidade de aumento do estímulo fiscal diante da persistência da crise e do fato de a economia estar 5% menor do que em 2013, último ano antes da recessão. André Lara Resende, formulador do Plano Real, tem sido um crítico do consenso neoliberal e defendido que a ampliação dos investimentos e o estímulo fiscal não levariam a aumento da inflação.

A renda média dos trabalhadores teve um tombo de cerca de 30% de valores brutos de 2014 para 2019. Também em 2019, verificou-se queda acentuada no investimento estrangeiro (a maior em 23 anos) e o fechamento de muitas unidades e fábricas por todo o território nacional.

Por outro lado, o agronegócio – que sustentou a campanha de Bolsonaro e cujos representantes parlamentares compõem, em conjunto com a bancada evangélica e com o *lobby* das armas e polícias, a base de apoio do governo – aposta na agenda de abertura comercial, vista na aceleração de acordos lesivos ao país, como o acordo UE-Mercosul. A forte reação externa contra o aumento das queimadas, por outro lado, pode levar tal estratégia ao fracasso, caso sejam impostas sanções à carne e a produtos agrícolas ou campanhas de boicote em mercados consumidores europeus.

As declarações de Blairo Maggi – ex-ministro da Agricultura, ex-governador do Mato Grosso e maior produtor de soja do país – de que temia perda de mercados, por conta da crise



com a França pelas queimadas, mostram que o setor está preocupado e que o apoio incondicional a Bolsonaro pode sofrer fissuras. Semanas antes, Roberto Rodrigues, ex-ministro de Lula e outra importante liderança do setor, festejava as propostas de flexibilização ambiental, liberação de agrotóxicos e abertura comercial de Bolsonaro.

Os banqueiros, por sua vez, principal suporte da agenda Guedes, celebram, mais uma vez, lucros recordes. Apenas no segundo trimestre de 2019, o Itaú-Unibanco anunciou lucro de R\$ 7 bilhões, com aumento de 10% em relação ao mesmo período de 2018. O Bradesco teve lucro no trimestre de R\$ 6,46 bilhões, com aumento de escandalosos 25,2%. Já o Santander lucrou R\$ 3,6 bilhões no trimestre, com aumento de 21% em relação ao mesmo período de 2018. Dias após o anúncio destes lucros trimestrais pornográficos, Itaú e Bradesco, os dois maiores bancos privados do país, anunciaram planos de demissão voluntária para eliminar milhares de postos de trabalho.

Fica evidente que não há, no horizonte, nada que indique uma recuperação robusta da economia e uma melhora no nível de vida das massas no médio prazo. Pelo contrário, as dificuldades políticas do governo e a crise econômica devem seguir influenciando-se mutuamente, agora também sob o risco da emergência de uma nova recessão global. A crise argentina, com o fracasso do governo Macri, levou à turbulência nos mercados de capitais brasileiros. Ao que parece, 2020 também será mais um “ano perdido” na economia brasileira.

VII – Os primeiros meses de governo Bolsonaro

Os primeiros meses do novo governo apresentam uma situação bastante complexa e contraditória em que se ampliaram qualitativamente os ataques aos trabalhadores e o autoritarismo em diversos níveis. Ainda que as previsões mais pessimistas sobre os níveis de repressão política do gover-



no Bolsonaro não tenham se confirmado, é evidente que há uma dinâmica de mudança de parâmetros de controle, além de uma agenda antidemocrática que se percebe nos mais variados níveis: demissões políticas de servidores de carreira (como no caso do INPE); interferência nas eleições de reitores e diretores dos institutos e universidades federais; e tentativas de censura e controle da produção cultural, artística e cinematográfica, com ameaças de fechamento da Ancine e substituições de chefias do Iphan.

Ao mesmo tempo em que faz cortes no financiamento dos serviços públicos, o governo mantém a mesma lógica da velha política que tanto diz combater e prometeu a liberação de mais de R\$ 5 bilhões em emendas para os parlamentares da base aliada, sendo R\$ 178 milhões somente no dia da votação da reforma da previdência. Da mesma forma, o governo também contraria todo seu discurso moralista ao abafar notórios casos de corrupção de dentro do governo, como os casos de Queiroz e Flávio Bolsonaro, e o escândalo das candidaturas “laranjas” do PSL, envolvendo o ministro do Turismo Marcelo Álvaro Antônio e o presidente do partido Luciano Bivar.

A questão militar é outro elemento de contradição. Mourão exerce um papel de diferenciação e articulação com setores da burguesia em busca de uma governabilidade menos caótica. As declarações públicas do vice-presidente e as desavenças com Olavo de Carvalho operaram no sentido de confundir e esvaziar uma base social bolsonarista que se mobiliza pela ideia de articulação entre Exército e Judiciário.

Diante dessa situação, Bolsonaro busca recrudescer, a partir da sua atividade direta, os traços autoritários do governo: de alguma forma, ao longo de quase dez meses, houve uma operação que transformou o “bolsonarismo *lato sensu*” (contra a corrupção, por uma saída para a crise da segurança pública, mudar o “que está aí”) em “bolsonarismo *stricto sensu*”, que seria a versão mais radicalizada e nuclear do discurso de



Bolsonaro. O indulto que ele prevê para policiais presos, a maior parte membros de milícia e de grupos de extermínio, é parte do plano de alargar e organizar uma base social e militante para um projeto claramente neofascista.

A violência política também cresce e aumenta o número de lideranças populares perseguidas e inclusive assassinadas por organizar suas lutas, como caso de líderes indígenas e camponeses. O incremento desta violência é outro sintoma da nova situação política brasileira, diretamente articulada com a política que estimula as milícias nas grandes cidades e a ação de justiceiros e jagunços no campo.

Esta crise também se expressa na questão ambiental, com as recentes queimadas na Amazônia chamando a atenção de todo o mundo e simbolizando o nível de degradação promovida pela agenda neoliberal autoritária deste governo. Os consecutivos desastres ambientais, entre os quais se destacam também casos como o rompimento das barragens de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, demonstram os limites do modelo predatório extrativista.

VIII - Cresce a resistência social de forma desigual

A crise envolvendo a Amazônia foi um salto de qualidade na percepção da avaliação de Bolsonaro. O painel do pronunciamento televisivo do presidente foi minoritário, mas mostra uma inflexão no estado de ânimo de setores médios politizados, mesmo em regiões do Sudeste brasileiro e em bairros nobres. No início do governo, consideramos acertada a nossa caracterização de que não havia derrota histórica, mas uma viragem na situação – porém com reservas dispostas ao combate como se viu nos atos “Ele não” e na campanha pelo “vira voto” em 2018. O mês de março contou com entrada em cena de atores importantes da resistência, capitaneada pelas manifestações das mulheres, e por um ano da morte de Marielle, tendo no vitorioso desfile de carnaval da Mangueira



um ponto central. Essa jornada inaugurou a oposição social e popular ao projeto de Bolsonaro.

Os ataques de Bolsonaro foram respondidos de forma contundente com a irrupção da juventude, durante o mês de maio, com dois atos massivos. O chamado “levante dos livros” ou “tsunami da educação” de 15 de maio abriu uma conjuntura marcada pelo ascenso da educação como um todo, com o movimento estudantil e a juventude na vanguarda. Foram atos em mais de 400 cidades, registrando a presença multitudinária de mais de 1,5 milhão de pessoas nas ruas, a ampla maioria estudantes, mas também professores, funcionários da educação e pais. O congresso da UNE refletiu essa politização, com um congresso unitário, ativo e com a oposição chegando a uma votação histórica. As manifestações alusivas à semana do estudante, no dia 13 de agosto, foram menores, influenciadas também pelas férias, mas seguiram marcando a retomada e disposição de luta.

No plano da classe trabalhadora, o cenário é bem mais contraditório. A aprovação da reforma da previdência representou um revés geral, desmoralizando certos setores de vanguarda. A paralisação nacional de 14 de junho não teve o alcance que necessitaria para impor uma derrota ao projeto que unificava a burguesia, ao contrário das mobilizações que resultaram na greve geral de abril de 2017 e na ocupação de Brasília em maio do mesmo ano. O debilitamento da classe trabalhadora organizada é objetivo – levando-se em conta a precarização do trabalho, o alto desemprego e os níveis baixos de organização associativa e por local de trabalho –, porém o “corpo mole” das principais centrais sindicais foi decisivo para esvaziar o conteúdo de greve geral da jornada do dia 14. Trata-se de um resultado da burocratização extrema das centrais, de sua incapacidade de fazer uma campanha ampla que chegue ao povo e da vacilação com relação à mobilização. Tudo isto representou um revés importante, numa pauta cen-



tral, que abriu caminho para mais ataques à classe, como a MP 881, as privatizações e a sugestão, pelo governo, de uma nova reforma trabalhista.

No plano mais amplo da resistência, novas potências democráticas têm sido testadas, como visto no engajamento da pauta da Amazônia, na defesa de Glenn Greenwald, da OAB e na ação comum dos artistas e produtores culturais. O ato realizado na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) em defesa de Glenn e do trabalho de *The Intercept* foi expressão disso.

A greve internacional do clima, marcada internacionalmente pela crise das queimadas, foi uma data que marcou, no Brasil e mundialmente, uma luta de massas contra Bolsonaro no dia 20 de setembro, unificando a energia da luta pela educação e a ciência com a defesa da Amazônia. A luta dos trabalhadores dos Correios pode ser um gesto de unidade para uma greve nacional do setor público, combinando com pesos pesados como os petroleiros na luta contra a privatização. Lutas como dos terceirizados da saúde em Porto Alegre demonstram no âmbito local a necessidade de enfrentamento ao ajuste. São batalhas que precisam ganhar solidariedade da classe e consciência política.

A luta do povo negro, especialmente no Rio de Janeiro, mas como expressão das periferias de todo país, entra em nova fase, com a indignação causada pela covarde morte de Ágatha, contra o governador Witzel. Antes disso, as mobilizações contra a tortura de dois jovens no supermercado Ricoy, em São Paulo, tiveram protestos organizados pela negritude, além dos atos espontâneos que ocorrem nos bairros periféricos em todo país.

O governo, em que pese tenha perdido apoio (como mostraram as últimas pesquisas Datafolha e Ibope), luta para conservar sua base social cativa. Durante o primeiro semestre, atuou para evitar desordem, como a pequena rebelião de um setor das polícias quando da aprovação em primeiro turno da



reforma da previdência ou a tensão do aumento do frete entre os caminhoneiros, que chegaram a discutir a hipótese de novas paralisações, recuando após negociações.

A polarização vai continuar e haverá novos choques. Preparar-se para isso é a tarefa da esquerda, enraizando-se para combater o “déficit organizativo e ideológico” nas bases da sociedade, sobretudo nas periferias do país.

IX – Uma luta política aberta: sobre a oposição política e social

O campo bolsonarista já apresenta suas primeiras defecções. A movimentação de Doria – entusiasta de Bolsonaro na campanha eleitoral apesar das diferenças marcantes – e as rupturas dentro do próprio PSL demonstram uma dificuldade crescente de direção política da extrema-direita. A expulsão de Alexandre Frota, além dos movimentos de Janaína Paschoal e outros personagens no interior do partido de Bolsonaro, sinalizam uma dinâmica de maior contradição dentro da base bolsonarista e um princípio de esvaziamento deste setor. Já existe uma discussão, entre setores da burguesia, sobre as possibilidades de recomposição em busca de uma alternativa a Bolsonaro. Diariamente são noticiadas as articulações de bastidores visando 2022. Parte dessa articulação flerta com a ideia de recomposição sob o argumento de “despolarização”, em que o apresentador de televisão Luciano Huck pode ser uma variante de setores moderados que querem que derrotar Bolsonaro.

Esta caracterização não reduz o perigo da violência política e do fortalecimento extrema-direita. No Rio de Janeiro, isso se expressa fortemente nas ações do governo Witzel e no estímulo a uma posição protofascista que se coloca ainda difusa do ponto de vista organizativo, mas pode se articular com o aprofundamento do cenário de polarização. Fenômeno similar ocorre no interior do país, marcado pelo agronegócio,



onde crescem os ataques dos ruralistas contra lideranças de trabalhadores, indígenas e outras comunidades.

Para enfrentar essa situação, são necessárias amplas unidades de ação com todos os setores democráticos, inclusive setores da direita, para enfraquecer as posições autoritárias e protofascistas. A construção da frente única é parte desta tarefa, atuando sem sectarismo, somando forças em prol de melhores condições de ação política e, nesse contexto, levando adiante uma proposição programática e independente que impeça a diluição de nossas posições nesse movimento de ampliação. O ato da ABI foi a máxima expressão desse processo, que teve outras iniciativas progressivas como o ato no TUCA, em São Paulo, em defesa da democracia.

Polemizamos com setores que não aderem a tais iniciativas pela ausência da palavra de ordem “Lula Livre”: qualquer ação democrática contra as medidas de Bolsonaro deve ser apoiada, sem significar uma frente ou programa comum, mas sim uma unidade ao redor de pontos concretos. Podemos citar vários exemplos de que a unidade democrática deve envolver setores que não se reivindicam de “esquerda”: a linha editorial da Folha, grande parte da Igreja Católica alinhada ao Papa Francisco, o youtuber Felipe Netto, o diplomata Paulo Roberto Almeida e mesmo setores que tem postura vacilante sobre Bolsonaro, mas podem se deslocar para ações democráticas.

O PT insiste na prioridade da linha “Lula Livre” e aprofunda o impasse, pois esta bandeira justa evidentemente é incapaz de mobilizar o povo e não se desenvolveu mesmo após as contundentes revelações de *The Intercept*. Esta aposta carrega um aspecto contraditório, afinal não pode apagar os casos de corrupção tornados públicos nos últimos anos, e busca fortalecer muito mais uma posição que visa aos próximos processos eleitorais do que o combate real contra a extrema-direita. A posição dos governadores do PT perante a reforma da pre-



vidência evidencia as limitações deste campo.

Os setores que atuam por fora da esfera petista (como PC do B, setores do PSB e PDT, além de outros grupos menores) têm limitações quanto à estratégia – como se vê na votação das bancadas destes partidos em vários temas fundamentais –, mas atuam por uma oposição não hegemonzada pela direção lulista.

Por outro lado, para enfrentar Bolsonaro, também é necessária organização por baixo: ações de caráter antifascista, de unidade para impor derrotas práticas e responder às provocações, como o ataque contra o bar Al Jannah em São Paulo.

X – O PSOL como alternativa

A contradição da ausência de uma direção capaz de forjar uma alternativa é uma das marcas centrais da conjuntura. Nesse cenário complexo, o PSOL mantém-se como uma conquista estratégica da esquerda socialista. As movimentações de diferentes setores da vanguarda e da população em direção ao nosso partido colocam-no hoje em um novo patamar, representando as lutas da juventude, mulheres, da negritude e da população LGBT. A intervenção nas mobilizações das ruas e o crescimento das bancadas de parlamentares (muito bem avaliada pelos chamados “formadores de opinião”) indicam nosso patamar e as possibilidades do partido como representante de uma política socialista para o futuro. A expressão política adquirida pelo PSOL, expressão da luta pelas liberdades democráticas, deu um salto com a truculência de Bolsonaro. A luta pelo legado de Marielle Franco transformou-se numa marca combativa pela qual o partido é reconhecido em todo o país.

Entretanto, a grande dificuldade para o cumprimento dessa tarefa são as posições internas que dificultam a afirmação da independência do partido. As grandes possibilidades apresentadas ao PSOL são trocadas pela aproximação sem deli-



mitação com o petismo, que, apesar de sua crise, ainda tem condição de influenciar sobre os rumos do PSOL. O fracasso da articulação do “Vamos” demonstrou os limites da política de aderência ao petismo e continua dificultando os processos de reorganização ao apostar no velho e recusar o diálogo com amplas camadas da população.

O fortalecimento do PSOL passa por quatro grandes desafios: 1) diversificar suas figuras e porta-vozes; 2) garantir e democratizar seu funcionamento; 3) enraizar o partido entre o povo pobre e as trabalhadoras e trabalhadores; e 4) incorporar um programa nacional de emergência. A mobilização para o Encontro Nacional de Mulheres do PSOL refletiu a vivacidade do Partido, protagonizado cada vez mais por companheiras, sendo destaque internacional para o novo momento do feminismo no mundo.

Devemos combinar a presença partidária nas lutas imediatas com o desafio de preparar com muita atenção o desafio eleitoral. O PSOL não pode ter apenas uma figura nacional: temos que insistir numa linha de diversidade de porta-vozes para não repetir o erro de outras experiências como o Podemos espanhol, por exemplo.

XI – Unificar a agitação para o movimento de massas

Para enfrentar os desafios que se apresentam, é essencial promover uma agitação unificada que dialogue com o crescente espírito de indignação e esteja baseado na afirmação das lutas em curso (Amazônia, educação, juventude negra da periferia, contra as privatizações), na defesa das liberdades democráticas e na taxação das grandes fortunas. Este tripé aposta na mobilização e na resistência ao autoritarismo ao mesmo tempo em que propõe uma medida econômica contra a desigualdade marcante no país.

As duas primeiras são consignas que compartilhamos com vários setores, mesmo do PSOL e para além dele. A campa-



nha em prol da taxaço das grandes fortunas é de responsabilidade nossa e queremos agitar sobre todo o povo. Ter essa marca – como teve o MAS argentino nos anos 80 (seus militantes eram conhecidos como os “loucos da dívida”) – ajuda a politizar o momento. O PSOL-RS, em Porto Alegre, já deu a largada com uma campanha de colagem de cartazes nos principais pontos da cidade. Esta bandeira é útil para a explicação dos problemas orçamentários, como os que agitamos ao tratar da crise das universidades. Esta é também uma bandeira histórica do PSOL, que Luciana Genro apresentou como deputada em 2008 e depois defendeu de forma marcante na campanha presidencial de 2014.

As lutas que se desenvolvem, principalmente na juventude, mas atingindo também outros setores, são a ponta de lança da resistência contra a agenda bolsonarista, devendo ser construídas e defendidas em todas as suas expressões. Das enormes marchas estudantis às mobilizações dos caminhoneiros, das lutas do serviço público às iniciativas em defesa da Amazônia e do meio ambiente, verificamos expressões das novas formas de resistência contra a extrema-direita. Ao mesmo tempo, é central combater as posições sectárias similares ao mote “eu avisei”, que dificultam deslocamentos de setores de massa que passam a se movimentar contra Bolsonaro.

A defesa das liberdades democráticas é outro ponto central, pois reúne setores mais amplos contra o autoritarismo do núcleo programático do bolsonarismo. Promovendo defecções mesmo no campo da direita – expresso pelas rupturas do PSL e também em áreas como o jornalismo – o autoritarismo representa um enorme risco à organização não só da esquerda, mas de setores liberais pequeno-burgueses e mesmo de parte da burguesia que não aposta no processo de barbárie em desenvolvimento. Nesse sentido, a unidade de ação em defesa das liberdades democráticas deve buscar todo o diálogo possível, não se restringindo apenas ao campo que compôs



o governo petista.

A taxação dos milionários é o terceiro ponto central porque coloca uma posição clara sobre a desigualdade e apresenta uma formulação bastante compreensível para a saída da crise. O combate aos diversos mecanismos econômicos criadores da desigualdade é imprescindível tanto para dar uma resposta concreta à crise que se amplia como para nos diferenciar de uma oposição realizada por dentro das instâncias do regime, permitindo uma consigna que aponte para uma ruptura concreta contra o modelo capitalista.

A combinação da defesa das liberdades e do igualitarismo sinaliza um conjunto de propostas que responde aos principais anseios da classe trabalhadora e dos setores médios contra a escalada autoritária e neoliberal do governo, colocando também a crítica aos governos anteriores que se recusaram a enfrentar o problema da desigualdade estrutural. Nesse movimento, apresentamos propostas de saída e fortalecemos o PSOL como alternativa independente no cenário político.

O apontamento de uma saída política contra o governo Bolsonaro coloca-se, aos poucos, na ordem do dia, apesar de suas contradições. Ainda que seja um governo que carece de legitimidade devido à manobra eleitoral que o levou ao poder, é importante levar em conta a experiência da população e o sentimento difuso que colocou Bolsonaro no poder. Nesse caminho, o mote “Fora Bolsonaro” procura dialogar com esta situação, ainda não como uma agitação central para a ação, mas como uma palavra de ordem unificadora que dá sentido comum ao repúdio às distintas medidas do governo.

XII– As eleições devem ser um salto na resistência e na construção de alternativas

Nossa tática eleitoral deve ser orientada pelas duas tarefas prioritárias, diante da hipótese de uma maior polarização: responder à expectativa de derrotar Bolsonaro por um lado



e, por outro, construir uma alternativa política onde o PSOL seja o eixo de uma nova esquerda para um novo futuro. Isolar e derrotar Bolsonaro, nas ruas, redes e também nas urnas, é um imperativo que todo ativismo coloca na ordem do dia.

Como se trata de uma eleição municipal, as táticas para um país continental como o Brasil podem e devem ser variadas. No entanto, devemos adotar critérios objetivos para encarar a disputa. Nesse caso, é importante debater os marcos, à luz do sentido geral da luta democrática, da disputa da hegemonia dentro do campo opositor – tudo isto balizado por um programa de mudança, radical e democrático. Devemos postular o PSOL como centro de reorganização do debate político na esquerda, a partir da luta das cidades.

A proposta que estamos fazendo de prévias em Porto Alegre é parte dessa batalha. Como lançado na carta da direção gaúcha, seguimos fazendo exigências à unidade, desenvolvendo hipóteses tanto de unidade eleitoral a partir da figura de Manuela D'Ávila, quanto preparando uma chapa própria. Por sua vez, em São Paulo, estamos ainda num momento inicial, mas o impacto da hipótese da candidatura à prefeitura de Sâmia Bomfim foi muito bem aceito por conta de sua expressão democrática do que é o PSOL, da luta das mulheres e da renovação geracional que vários setores apontam como decisiva. O Rio de Janeiro é um caso mais particular porque existem elementos de decomposição do regime, com a ação das milícias no centro de todo problema: por isso, coloca-se na ordem do dia a necessidade do PSOL impor uma derrota a Crivella, reforçada após sua ação reacionária na Bienal dos Livros.

Combinar a unidade para resistir, no âmbito das cidades, e a postulação de uma alternativa que não se dilua, especialmente no lulismo, são os desafios que se apresentam para nossas direções, locais e nacionais. Eis os parâmetros que devem guiar o debate eleitoral de nossa corrente.



O PSOL aparece em condições de fazer uma disputa de setores de massas em várias capitais, além do Rio de Janeiro, como Belém, Florianópolis, Belo Horizonte, Fortaleza, Salvador, Natal, além de cidades importantes como Sorocaba (SP), Santo André (SP), Niterói (RJ), entre muitas outras.

No âmbito da disputa proporcional, nosso desafio é dar voz e vez às novas lideranças que vêm surgindo nas lutas de resistência democrática, além de reeleger nossos vereadores (Roberto Robaina e Prof. Alex Fraga em Porto Alegre, e Fernanda Miranda em Pelotas) e postular lideranças, mulheres, ativistas, para representar nas câmaras municipais o espaço à esquerda que está se disputando. O nível de polarização e politização ajuda a construir com solidez nossos projetos. O PSOL deve eleger vereadores em centenas de cidades grandes e médias, superar a cláusula de exclusão em 2022 e postular novas lideranças para um novo tempo político.

A eleição de 2020 será uma preparação para luta eleitoral de 2022. É o momento de apresentar candidaturas a serviço de um programa pelo socialismo e pela liberdade no Brasil, que demonstrem, também na luta eleitoral, a necessidade de afirmar um polo político, uma direção e uma alternativa para o país.

XIII – Por um programa de emergência

A importância da agitação está combinada com a necessidade de um programa. A construção da resistência deve ser articulada, como já mencionado acima, com a postulação de uma alternativa: tal é a necessidade de apresentar um programa que sintetize essa alternativa.

Nosso acúmulo programático é grande. Tivemos boas experiências que remontam à fundação do PSOL, às campanhas presidenciais (incluindo a de Luciana Genro em 2014), às atividades políticas parlamentares e às discussões que os setores democráticos da sociedade vêm travando.



Há um exemplo importante nos Estados Unidos, onde a alternativa que se forja contra Trump reabilita a ideia (mesmo genérica) de socialismo, o que significa uma luta contra o neoliberalismo e a desigualdade global. Estamos propondo a discussão de um programa que tenha como eixos os elementos de agitação citados acima: apoio às lutas em curso (Amazônia, educação e contra privatizações); total e irrestrita defesa das liberdades democráticas e a taxação das grandes fortunas.

Contudo, esses são os eixos centrais, um programa mais geral deve ser mais abrangente, um verdadeiro programa de emergência que possa fazer o vínculo entre as lutas mais gerais e a luta mais estratégica, de corte anticapitalista, democrático, feminista e antirracista. Temos pontos de acordo inclusive com setores que se reivindicam desenvolvimentistas, nos temas contra o rentismo, por exemplo, mas nossa luta vai mais além porque busca uma solução de fundo para os trabalhadores, com a afirmação desse sujeito social. Lograr a unidade para ampliar o alcance das nossas palavras de ordem é um dos segredos da política. A luta pela resolução do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes é tema central, pois sua execução representa um marco na escalada de violência política operada no país nos últimos anos.

Pelo exposto ao longo deste documento, fica clara a necessidade da formulação de um projeto que reflita um programa em defesa do socialismo e da liberdade no Brasil para lutar por uma saída contra a barbárie do capitalismo global em crise e suas expressões mórbidas em todo o mundo. Apresentamos, a seguir, uma primeira e sintética proposta de um programa de emergência para o debate em nossas fileiras e no PSOL. Trata-se de um esboço a ser desenvolvido no debate e nas lutas em curso:

1. Taxação das grandes fortunas; Combate aos privilégios; Que os ricos paguem pela crise! Auditoria da dívida públi-



ca; Combate ao rentismo e às famílias multimilionárias; Em defesa do salário e da geração de empregos; Redução da jornada de trabalho sem redução salarial; Aumento salarial de emergência! Por um plano nacional de incentivo às obras públicas para combater o desemprego;

2. Em defesa das liberdades democráticas: nenhuma liberdade a menos! Pela prisão dos mandantes e assassinos de Marielle! Contra a perseguição a Glenn Greenwald! Em defesa da cultura, das artes, da ciência, do cinema e do patrimônio histórico: não às tentativas de censura e ao aparelhamento ideológico pela extrema direita de órgãos e agências públicas;

3. Defesa da Amazônia e do meio ambiente; Por um plano de emergência climática: uma luta fundamental para a sobrevivência da espécie humana, ameaçada pela acumulação capitalista anárquica, que leva à destruição de biomas, à espoliação de recursos naturais e ao aquecimento global; Basta de crimes das mineradoras nas barragens;

4. Não às privatizações! Em defesa da soberania nacional e das empresas públicas, como a Petrobrás e outras empresas estratégicas para o fortalecimento da soberania nacional;

5. Em defesa da educação pública, da ciência e da pesquisa;

6. Pelo direitos das mulheres! Incorporação em nossa agitação e palavras de ordem das formulações e reivindicações do recente Encontro Nacional de Mulheres do PSOL;

7. Contra o genocídio da juventude negra! Combate à violência policial e às propostas do bolsonarismo de “excludente de ilicitude” e de anistia a membros de grupos de



extermínio e milícias presos; Direitos à juventude e à negritude; Periferia é o centro; Abaixo o pacote antipobre;

8. Em defesa do SUS público, gratuito e universal como caminho para a transformação social, considerando a saúde como produto das condições de vida e de trabalho;

9. Contra a LGBTfobia! Direitos para a comunidade LGBT;

10. Fora Bolsonaro! Contra a corrupção e as castas políticas!

XIV – Nosso programa é anticapitalista, feminista e antirracista

A ação política do MES e do PSOL tem, entre seus principais objetivos, a construção de um feminismo anticapitalista, bem como a organização da luta antirracista. O Encontro de Mulheres do PSOL mobilizou milhares de militantes do Brasil inteiro, repercutindo na base militante a presença política que nossas porta-vozes têm tido no conjunto da sociedade. Como parte desse esforço, avançamos bastante na organização das mulheres do MES, participando do seminário da IV Internacional e sistematizando nossas formulações numa tese própria para o Encontro que serve como ferramenta geral de organização de nossa corrente. Como as companheiras afirmaram: “Trata-se de uma visão construída por meio de diversas iniciativas e debates, discussões que naturalmente se intensificaram desde que nos deparamos com uma nova onda feminista”.

Em 2019, o MES completará 20 anos. A história da organização confunde-se com a trajetória de inúmeras mulheres, militantes e revolucionárias, cujas ideias feministas, presentes neste documento, foram semeadas ao longo dessas duas décadas e tomaram forma na construção do PSOL. Um marco importante desses anos de construção foi 2014, durante a



campanha de Luciana Genro, que, como candidata à presidência, defendeu em rede nacional a legalização do aborto e as pautas históricas do movimento feminista, além do combate à transfobia.

Na esteira dessa construção, com a figura de Luciana Genro e de nossas parlamentares nacionais como Sâmia Bomfim e Fernanda Melchionna, temos atuado para organizar e abrir caminho para uma nova esquerda, feminista, marxista e antirracista. Nossas parlamentares como Mônica Seixas (deputada estadual em São Paulo) e Fernanda Miranda (vereadora em Pelotas) são parte dessa construção, que é muito mais abrangente e envolve educadoras populares, lideranças juvenis e sindicais, ativistas, trabalhadoras, lideranças amazônicas, indígenas e mulheres negras das comunidades de todo país.

XV – Aproveitar as oportunidades para construir um polo socialista enraizado no movimento de massas

A alternativa ao autoritarismo e ao neoliberalismo da extrema-direita é a luta por socialismo e liberdade. Socialismo como a única esperança histórica dos povos em busca de igualdade, do fim da anarquia dos mercados, da concentração de riquezas nas mãos dos bilionários e em defesa da vida no planeta Terra. Liberdade como condição inescapável da realização das capacidades humanas e como resposta à barbárie dos campos de concentração de migrantes, do encarceramento massivo de pobres em todo o mundo, da violência crescente nas cidades e no campo, das ditaduras e da perseguição.

Aqui no Brasil, o MES deve auxiliar o PSOL no desafio de ocupar esse espaço, organizando o novo ativismo e dando a batalha de ideias. São dezenas de milhares que buscam saídas pela esquerda para a crise. Para tanto, nossa atividade parlamentar tem se destacado, com figuras públicas e tribunos do povo que se multiplicam. Nossa bancada federal – bem



avaliada nos formadores como visto na enquete do Congresso em Foco – tem respondido ao novo alcance de nossa intervenção política. Estamos junto à bancada do PSOL com Sâmia, Fernanda e David respondendo cotidianamente às lutas e demandas populares no Parlamento. Através dos nossos três deputados, influenciamos nacionalmente a política e a bancada do PSOL construindo um vetor para o movimento de massas.

Em todo o país, nossos parlamentares também se localizam na formulação de pontos de apoio às lutas, como Sandro Pimentel no Rio Grande do Norte (cujo mandato é uma conquista enorme na forte construção do PSOL potiguar), Mônica Seixas (que se consolida em pautas fundamentais como a luta da negritude e em defesa do meio ambiente em São Paulo), além da força acumulada no Rio Grande do Sul, onde Luciana Genro e Roberto Robaina, como referências políticas gerais do MES, atuam como modelo de parlamentares na articulação política e à frente da oposição aos governos. Na Câmara de Porto Alegre ainda temos a presença do Professor Alex Fraga, com mandato bem localizado na luta dos professores do município, onde estamos na direção da associação e disputando, numa chapa de composição, o Simpa. Vale registrar o trabalho comum com Fábio Felix, deputado distrital que tem feito a diferença em Brasília.

A atuação em mulheres, já destaca no ponto anterior, segue sendo prioridade, com uma coluna nacional, diversas referências políticas e elaboração teórico-programática sólida. Seguimos atuando com força na juventude, dada a prioridade votada no primeiro semestre e a entrada em cena do movimento educacional como sujeito. Tivemos a nossa melhor delegação da história de um CONUNE, recuperamos várias direções de DCEs e estamos bastante envolvidos nas atividades de conjunto do Movimento Estudantil. O desafio



de construir uma direção de juventude é grande e compartilhado entre as regionais. O salto orgânico e a profissionalização são duas tarefas imediatas para o Juntos encarar o novo movimento da juventude, muito mais amplo que apenas o movimento universitário e secundarista.

No terreno do movimento popular, a ação da Rede Emancipa, construída como movimento social mais amplo que o MES, tem dado resultados evidentes. A expansão dos cursinhos aponta para direção de uma maior territorialização, cumprindo o papel que parte da esquerda abandonou de disputar os bairros, favelas e periferias. O salto do Emancipa tem possibilitado a seus quadros estabelecerem alianças com setores populares mais abrangentes, com frentes de luta no campo e na cidade. A construção na periferia é estratégica. A aproximação, que vem sendo feita há algum tempo, com atores do hip-hop indica isso. Há um avanço da nossa coluna de quadros na luta popular.

Outro campo aberto, com a entrada em cena da luta climática de massas que movimentou milhões de pessoas na semana do 20 ao 27 de setembro, coloca a Amazônia e a luta do clima no centro dos acontecimentos. Nossa localização nessa batalha – com a presença em Santarém e Belém, onde temos figuras como Heloíse do Sintepp – é privilegiada. No estado do Pará, tivemos um crescimento importante, sendo a maior força da juventude organizada e tendo Vivi Reis como figura pública em ascensão, que atua no coração da luta ambiental e indígena. Devemos atuar para ganhar o PSOL de conjunto para essa batalha, com nossos referentes em toda a região amazônica (Acre, Amazonas, Pará, Roraima, Maranhão) e com o trabalho de quilombolas, indígenas e camponeses do Maranhão.

No meio sindical, seguimos acumulando de forma mais paciente. O trabalho em educadores ganhou reforço com a entrada de companheiros do SEPE. Estamos atuando dentro



da CSP-Conlutas, sabendo das suas insuficiências, atuando para organizar frentes e composições mais amplas para o movimento sindical – como forma de responder à necessidade de construção de uma frente única contra Bolsonaro –, colocando como critério uma metodologia democrática e o direito à independência política. Seguimos com importantes posições em várias categorias, sobretudo na educação (professores, funcionários e docentes das universidades, sindicatos dos IFs e na educação básica) e na saúde, em que temos nossa referência política no trabalho da direção do Sindsaúde-RS.

Também devemos seguir atuando sobre as categorias da segurança pública, apoiando sindicatos de referência como o Sinpol-PE e atuando em movimentos como o que os companheiros de Natal estão organizando – os “vigilantes antifascistas”. De imediato, devemos atuar para a unificação das lutas, em especial dos trabalhadores estatais, para a construção de um calendário comum para derrotar o projeto privatista e autoritário do governo.

Estamos jogados para construir as ferramentas de luta para o período, disputando o PSOL como referência de uma nova esquerda para amplas massas do povo brasileiro. Na questão da propaganda e do marxismo, estimulando novas publicações da Editora Movimento e organizando seminários e eventos sob a forma da “Escola Marx”, pela qual lançaremos uma publicação audaz para a iniciação ao marxismo no início de 2020.

Nossa ação na esfera das Relações Internacionais no PSOL está a serviço de fazer do partido uma ferramenta internacionalista, com posições corretas por fora da lógica campista. O lugar das organizações que atuam ou são próximas da IV dentro do PSOL é fundamental para desenvolver essa perspectiva.



XVI – 20 anos do MES: celebrar as conquistas e caminhar para novas sínteses

Em nossos 20 anos, seguimos afirmando o socialismo e a liberdade como nossa bandeira de luta. Estamos dispostos a reafirmar, com orgulho de nossa tradição, a necessidade de construir novas sínteses políticas e sociais. Queremos estabelecer conexões com as diferentes frentes de luta do povo, sempre referindo e disputando o PSOL para que seja uma alternativa política geral, não apenas na arena parlamentar ou eleitoral. Por isso, levantamos a bandeira da unidade na diversidade.

Queremos seguir desenvolvendo nossos organismos e espaços como a *Revista Movimento*, seus boletins e publicações. Como parte deste ambicioso projeto, relançamos uma obra basilar do marxismo, *Reforma ou Revolução?*, de Rosa Luxemburgo, numa edição apresentada por Luciana Genro.

Nossa organização tem a responsabilidade de passar pelo teste da derrota do projeto de Bolsonaro. Somos parte viva dessa luta, carregando também a tradição internacionalista, como parte da recomposição da IV Internacional, mas também nos relacionando com setores mais diversos, apoiados na experiência que o DSA está realizando nos EUA e outros fenômenos da nova esquerda mundial. Há mais de 20 anos estamos lutando pelas teses do reagrupamento, rompendo com a autoproclamação. Nesse sentido, é positiva a experiência que estamos fazendo de síntese com os companheiros da IV (antigo SU) que, mesmo insuficiente, pode ser um polo de aglutinação, durante o período de interregno que vivemos.

Queremos novas sínteses com grupos, setores, correntes e indivíduos que atuem sob a bandeira do socialismo e da revolução, nos marcos do PSOL e da compreensão comum dos acontecimentos e tarefas. Assim, poderemos nos organizar mais e melhor para construir um forte projeto superador, capaz de construir uma linha de vitória sobre a barbárie e levantar a bandeira do socialismo com liberdade.



Documentos históricos dos 20 anos do MES







Carta de princípios do Movimento Esquerda Socialista

I Encontro do MES – Porto Alegre, 6 de novembro de 1999

1) Só a luta conquista

A concepção de que a luta e a mobilização direta das massas são a única forma da classe trabalhadora alcançar avanços nas suas reivindicações, o que é um patrimônio do qual não se pode abrir mão, é um princípio que deve ser defendido sempre pela esquerda com o objetivo de impulsionar as mobilizações como prioridade permanente.

Isto não significa desprezar as eleições, que são um importante momento da disputa política, onde podemos ganhar a consciência dos trabalhadores e disputar postos na institucionalidade que sirvam para fortalecer a nossa luta. No entanto, as mudanças profundas só podem ocorrer pelas mãos da própria classe trabalhadora através das greves, das ocupações, das passeatas, enfim, da força da sua mobilização.

2) Não é possível reformar o capitalismo

É preciso lutar para derrotar o sistema capitalista que, em sua fase de crise, está gerando cada vez mais miséria e menos direitos para a classe trabalhadora. Para isso, é necessário defendermos um programa que leve à derrota desse sistema. Estratégia que, infelizmente, vem sendo abandonada pela maioria da direção de nosso partido cada vez mais adesista da tese de que podemos lutar por melhorias dentro do próprio sistema com a construção de um capitalismo “mais humano”.

Um programa anticapitalista que tenha como ponto de partida o não pagamento da dívida externa, a realização de uma ampla reforma agrária sob controle dos trabalhadores, a estatização do sistema financeiro e dos setores estratégicos da economia, com a expropriação dos grandes monopólios



capitalistas e a construção de uma democracia para os trabalhadores. Sem tomar estas medidas e outras que caminhem no mesmo sentido nenhum governo resolverá de fato os problemas da classe trabalhadora.

3) Pela independência política dos trabalhadores

Na luta para conquistar um governo que tome essas medidas, isto é, um governo efetivamente dos trabalhadores, os partidos da burguesia jamais serão nossos aliados. São nossos inimigos de classe e derrotá-los é uma tarefa imprescindível. Por isso defendemos a independência política da classe trabalhadora contra qualquer aliança eleitoral com os partidos patronais e burgueses que, a exemplo do PDT, tem um discurso populista, mas governam a favor dos capitalistas.

4) Democracia ampla e irrestrita

Para lutar, os trabalhadores e seus aliados de classe necessitam de organizações profundamente democráticas. Por isso, defendemos o método da discussão política permanente e da mais ampla democracia nos sindicatos, partidos políticos e organizações. É assim que atuamos, por exemplo, nos sindicatos que coordenamos. E é desta forma que estamos construindo o MES: oportunizando o debate e a discussão democrática para que possamos encontrar a melhor forma de defender estas bandeiras e batalhar por uma esquerda de luta, classista e socialista.

Aqui também fica o nosso convite aos militantes socialistas que não abriam mão da coerência e da defesa de nossas bandeiras históricas a realizar um amplo debate acerca da validade e atualidade destes temas, com o objetivo de fortalecer a luta por construir um forte polo de esquerda consequente, tarefa para a qual o MES está firmemente empenhado.

Além disso, coloca-se ainda o desafio de estender esta experiência à esquerda socialista do país. Pois acreditamos que



são muitos os companheiros e companheiras que estão descontentes com os rumos que vem sendo tomados pela direção de nosso partido. Unir todos com base nesses princípios será decisivo para o futuro da esquerda.





Notas sobre a ruptura com o PT e algumas propostas

Coordenação Nacional do MES – Dezembro de 2003

1) No dia 14 de dezembro a Direção Nacional do PT confirmou a expulsão dos parlamentares Heloisa Helena (AL), Luciana Genro (RS), Babá (PA) e João Fontes (SE). O clima na reunião não refletia em nada os inúmeros apelos contrários às expulsões vindos de todo o país. As denúncias não partiam apenas de militantes organizados ou ativistas sociais. Conceituados escritores como Luis Fernando Veríssimo denunciavam a perseguição como uma mancha na história do PT. Também do exterior chegavam protestos de ativistas e intelectuais como o linguista norte-americano Noam Chomsky. Os ecos destes protestos pareciam esbarrar na porta de entrada da antessala de reunião do luxuoso hotel de Brasília, o Blue Tree Park.

Alguns passos dali os integrantes do DN escutaram, no sábado, primeiro o ministro Celso Amorim defender o suposto triunfo para o Brasil representado pelo curso atual das negociações da ALCA e, em seguida, a exposição do ministro Antônio Palocci bancando uma vez mais a política do governo de ajuste e o acordo com o FMI, tudo como se fossem necessárias medidas para o bem-estar do povo, cantilena enfadonha e mentirosa, para usar uma expressão tão cara à senadora recém-expulsa. No dia seguinte, o veredicto decidido antes da reunião pela cúpula dirigente do campo majoritário – de acordo com a determinação dada pelo presidente Lula – foi confirmado na votação: por 56 votos a favor e 27 contrários, os parlamentares foram desligados do partido.

2) Na verdade, desde o início do ano, as cúpulas do partido e do governo trabalharam para excluir das fileiras parti-



dárias qualquer questionamento intransigente às linhas políticas adotadas pelo governo seguindo os ditames do Fundo Monetário Internacional. As expulsões dos que não capitulassem pelo menos parcialmente estavam anunciadas quando o governo garantiu aos chamados mercados duas blindagens, uma econômica e outra política: o acordo com o FMI, por um lado, e a disciplina da bancada parlamentar, por outro.

A decisão do DN representou, portanto, mais do que um ato de restrição qualitativa dos espaços democráticos no interior do PT, mas a confirmação pública da transformação do PT em um partido já totalmente contrário aos interesses dos trabalhadores, agente da aplicação dos planos de ajuste capitalistas. A medida disciplinar foi apenas o coroamento, o símbolo – junto com o novo acordo com o FMI – da afirmação do “New PT”.

3) No mesmo dia em que os parlamentares estavam sendo expulsos, intelectuais históricos da esquerda brasileira e do PT anunciavam seu desligamento do partido. De SP, rompeu Chico de Oliveira, sociólogo que está entre os mais importantes intelectuais brasileiros. Em artigo publicado pela Folha de S. Paulo, “Tudo que é sólido desmancha ...em cargos”, expôs suas razões: “Me afasto do PT porque não votei nas últimas eleições presidenciais e proporcionais no Partido dos Trabalhadores para vê-lo governando com um programa que não foi apresentado aos eleitores. Nem o presidente nem muitos dos que estão nos ministérios nem outros que se elegeram para a Câmara dos Deputados e para o Senado da República pediram meu voto para conduzir uma política econômica desastrosa, uma reforma da previdência antitrabalhador e pró-sistema financeiro, uma reforma tributária oligarquizada, uma campanha de descrédito e desmoralização do funcionalismo público” (...) “para não me alargar, um governo que é o terceiro mandato de FHC”.



Do RJ, romperam com o PT o professor Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder e o jornalista Milton Temer, ex-deputado federal e por duas vezes candidato da esquerda partidária a presidente do PT. Chico de Oliveira e o trio do RJ serão acompanhados por muitos outros, como Paulo Arantes, Ricardo Antunes, assim como as correntes organizadas (MES, a CST, o Socialismo Revolucionário, o MTP) acompanharam os parlamentares expulsos e se definiram rompidos com o PT e em defesa da construção de uma nova alternativa partidária. Mais de 6 mil militantes assinaram a declaração com este conteúdo impulsionada pelos mandatos de Luciana Genro e Babá, pelos os agrupamentos políticos citados e os companheiros do Socialismo e Liberdade e MTL. Com ela, trabalharam inúmeros dirigentes sindicais, especialmente dos funcionários públicos, trabalhadores da educação e da saúde, entre muitos outros. Também a subscreveu um importante intelectual paulista, Roberto Romano, professor de Ética e Filosofia da Unicamp.

Finalmente, no dia seguinte às expulsões, militantes da tendência interna Democracia Socialista do RJ e do Paraná anunciaram seu desligamento do PT, Espontaneamente, sem organização, um número incerto, mas certamente que chega a alguns milhares, começou a se desfiliar, um processo, aliás, que já começou durante os encaminhamentos da reforma da previdência.

4) A ruptura atual, portanto, tem uma importância significativa, histórica. Logicamente o processo de ruptura não terminou. É certo que novas levas de simpatizantes, amigos e militantes deixarão o PT. A crise da esquerda partidária, por exemplo, é gritante. A ausência de discurso é total porque já ninguém pode realmente acreditar na possibilidade de se resgatar o PT, ao mesmo tempo em que o discurso em defesa do socialismo no interior do partido se mostra cada



dia mais vazio, já que não tem nada que ver com a que faz todos os dias o governo petista. O entusiasmo com o qual Lula e o governo brasileiro foram recebidos pela Internacional Socialista, dirigida pela velha socialdemocracia europeia, hoje convertida em agente do capital imperialista europeu, durante seu congresso realizado em outubro em SP, foi mais do que demonstrativo do real significado do PT. Por isso é possível que outros setores organizados venham a sair.

O incompatível, o inviável, é a manutenção de uma política socialista coerente e o acomodamento no PT, a ausência de uma denúncia pública, aberta, de que o governo e o PT estão do lado da burguesia, de sua dominação de classe. Milhares de apoiadores do partido tomaram consciência deste fato e decidiram se afastar. O desafio de aglutiná-los começa já. Mais uma razão para que a expulsão dos parlamentares tenha se transformado no momento decisivo da ruptura do PT, o ponto de qualidade capaz de marcar um antes e um depois da expulsão na história deste partido que foi o maior partido de esquerda da América Latina e que se converteu em seu contrário.

5) A ampla cobertura da mídia nacional acerca da reunião do DN – com repercussão em órgãos da imprensa da América Latina e da Europa – não foi por um motivo qualquer. O interesse despertado pelo fenômeno dos radicais foi resultado do interesse em acompanhar as profundas transformações do PT em sua passagem da oposição ao governo nacional. Praticamente toda a população que acompanha a política nacional reconheceu que o PT mudou. É quase unânime a opinião de que os radicais defendem as bandeiras históricas do partido.

É claro que parcelas importantes da população concordam com as mudanças ou pelo menos não têm opinião formada. Nisso a mídia joga um papel, elogiando invariavelmente o suposto amadurecimento do PT, seu reconhecimento de que a



responsabilidade de governo deve ser assumida, uma responsabilidade que os “radicais” se recusam a assumir, sempre segundo o ponto de vista deles. Este enfoque da mídia, expressão da ideologia da burguesia, tem enorme influência e reproduz os interesses da própria cúpula partidária.

Por outro lado, e isso é um dado fundamental, o reconhecimento de que os parlamentares expulsos mantêm a coerência das ideias do PT quando estava na oposição nos abre uma ligação com o movimento de massas impressionante, um patrimônio que ninguém tem, pelo menos na defesa das bandeiras que empunhamos. São bandeiras de referência para centenas de milhares, talvez alguns milhões de trabalhadores e jovens, parcelas do povo que não abriram mão das mesmas. Podemos dilapidar este patrimônio ou podemos aproveitá-lo para construir uma alternativa à esquerda, anticapitalista e anti-imperialista. Esta alternativa depende do sucesso desta atual ruptura.

6) Resumindo, três questões interligadas se destacam, não necessariamente nesta ordem, para marcar a importância da ruptura em curso:

- a) O peso próprio dos parlamentares (Luciana Genro, Babá e João Fontes, são expressões de massas em seus estados, conhecidos e respeitados em todo o país, enquanto a senadora Heloísa, além do peso de massas qualitativo em seu estado – que lhe colocava como favorita na disputa pela prefeitura de Maceió – tem uma representatividade que dialoga com parcelas de massas em todo o país;
- b) Foram acompanhados por representativos intelectuais da tradição de esquerda – que antecipam, tal como as folhas das árvores – a direção dos ventos das lutas sociais e da organização da esquerda socialista;



c) O ano que termina forneceu um lastro social fundamental aos movimentos dos chamados radicais não apenas porque ocorreu um descontentamento genérico com o governo por parte dos servidores públicos, mas porque os servidores realizaram uma poderosa greve nacional. Então, esta ruptura tem um lastro social organizado na base do funcionalismo público. Inúmeros sindicalistas, dirigentes da greve nacional da previdência – a mais forte da história do movimento – assumiram a ruptura com o PT e articulam uma alternativa política. Assim se abre uma nova situação no país, ou pelo menos na esquerda brasileira.

7) Para enfrentar este momento e discutirmos os próximos desafios, vale começar por definições gerais. A mais importante é que o governo do PT não é uma representação dos trabalhadores e do povo pobre. Seu governo é de alianças com partidos burgueses tradicionais, como PL, PTB, PMDB, incluindo em sua base de sustentação o PP e as oligarquias regionais de vários estados do Nordeste. O sociólogo Chico de Oliveira já fez uma definição social nova do próprio PT bastante ilustrativa. Em suas próprias palavras, “as transformações estruturais na posição de classe de um vasto setor que domina o PT, que indicam uma real mudança do caráter do partido”. Seguindo em sua linha, a cúpula petista se transformou em uma casta privilegiada com interesses comuns com a burguesia, uma irmã do PSDB, interessada em manter a dominação capitalista, seu domínio privilegiado dos fundos públicos e da máquina estatal.

Este significado do governo foi anunciado na carta ao povo brasileiro, de antes das eleições, no acordo com o PL e na aceitação do acordo do FMI feito por FHC, em setembro de 2002. Logo depois foi confirmado cabalmente na definição do ministério. Por isso mesmo nossa corrente, o MES, havia decidido sequer fazer parte do governo e se preparou



para um enfrentamento estratégico, cujos desdobramentos resultaram numa ruptura com o partido, cuja direção majoritariamente havia decidido atacar os interesses dos trabalhadores. A reforma da previdência foi o símbolo maior deste ataque. As expulsões o confirmam uma vez mais.

8) Tal definição da natureza reacionária do governo petista, de suas reformas constitucionais e de sua política econômica é fundamental para orientar os desafios do próximo período. A validade de tal definição foi confirmada muito antes das expulsões, tal como assinalamos acima. Trocando em miúdos, o PT mudou completamente desde o momento em que deixou de ser obstáculo mais ou menos coerente para a aplicação do ajuste capitalista para ser, no governo nacional, seu fiel aplicador, administrador principal do Estado burguês a serviço da burguesia. Aí fez a travessia do Rubicão, deixando em definitivo para trás o velho PT.

Por isso mesmo as expulsões, efetuadas quase um ano depois de assumir o governo, mais do que a morte do PT do ponto de vista da defesa dos interesses dos trabalhadores, representaram a abertura de um novo ciclo na vida política da esquerda brasileira. Um ciclo longo, de reagrupamento e reorganização da esquerda socialista e do movimento dos trabalhadores, cujo desafio estratégico é a construção de um bloco social e político anticapitalista e anti-imperialista e de um novo partido capaz de traduzir a experiência das classes trabalhadoras em suas lutas, apoiá-las, incentivá-las, sempre tratando de desenhar um programa de emergência capaz de enfrentar a terrível crise social, a terrível situação do povo pobre.

9) A construção de uma nova alternativa partidária é um processo. Um novo partido não se decreta nem se constrói de um dia para a noite. Seria um erro pré-determinar datas e



prazos de sua fundação. Ao mesmo tempo é preciso evitar um erro tão ou mais grave: diluir a necessidade da construção de uma alternativa política, um novo partido dos trabalhadores que seja uma superação do PT. É preciso, portanto, uma ampla discussão entre os que romperam com o PT agora e os que já haviam rompido antes para por de pé uma nova ferramenta. Uma discussão paciente, que respeite as diversidades de consciências e experiências e que busque os pontos comuns para alavancar um movimento por uma nova alternativa. Em nossa opinião esta nova alternativa precisa ser um partido porque este é o instrumento daqueles que lutam pelo poder político. E uma nova alternativa tem que ter como horizonte a luta pelo poder dos de baixo, contra a dominação dos capitalistas.

10) Somos conscientes de que não é um desafio fácil. Mais adiante abordamos algumas de nossas maiores dificuldades. E o apoio dado a Lula e ao governo por amplas parcelas do povo num certo sentido não é a mais complicada. O governo segue apoiado, como muitos governos burgueses o foram, mas mesmo seus discursos populistas, mesmo a habilidade e o carisma pessoal de Lula não conseguem deter a erosão de uma parte da histórica base social do PT. Os funcionários públicos foram os mais significativos, mas o distanciamento atinge mais setores, como refletem os ecologistas descontentes com a liberação dos transgênicos (o desligamento de Gabeira foi parte disso) ou os familiares dos desaparecidos políticos quando veem a capitulação do governo diante dos crimes dos governos do regime militar ou ainda como expressa a recente crise com Luis Eduardo Soares, ex-secretário de segurança, cuja demissão, motivada pelas pressões no ministério da justiça pela continuidade da política de segurança do governo anterior, levou a seu desligamento do partido.

Mais importante ainda é o descontentamento geral que



a continuidade do arrocho salarial, do desemprego, da vida cada vez difícil vai provocando em milhões de trabalhadores. Num país em que em um ano de governo mais de 500 mil trabalhadores perderam o emprego e onde a participação dos salários no PIB nacional caiu 16%. Assim, a experiência com o governo é um processo já em curso. O apoio dado ao governo pela maioria do povo, portanto, não impede a existência de um espaço social à esquerda. Este espaço já existe hoje e pode se ampliar. O PT é um partido de costas para o futuro. As bandeiras históricas do PT, patrimônio da esquerda em geral, como a luta contra o FMI contra a ALCA, por melhores salários e condições de trabalho, contra os bancos, em defesa da reforma agrária, entre tantas outras, foram abandonadas pelo PT. Os trabalhadores mais conscientes da necessidade destas bandeiras para garantirem uma melhoria de suas vidas são a base social deste novo projeto. E eles são muitos. No momento em que o PT assumiu o social-liberalismo, a construção de uma esquerda socialista ganhou peso. As necessidades concretas empurram neste sentido, assim como as forças sociais que de uma forma ou outra tratam de encontrar sua representação política própria. Um novo partido, portanto, responde a uma necessidade social, não às elaborações deste ou daquele intelectual, grupo político ou reformador social.

11) Ademais, para visualizar as perspectivas de um novo partido com maior amplitude não podemos deixar de olhar o país como parte do continente latino-americano. De modo muito esquemático podemos dizer que o Brasil está inserido num continente marcado por importantes lutas sociais. A crise econômica e social tem sido generalizada na América Latina. Os planos de ajuste dos capitalistas têm provocado inúmeras mobilizações de massas, derrotas de golpes reacionários, levantes populares, greves gerais, quedas de governos



e até insurreições. Venezuela, Colômbia, Argentina, Peru, Equador, em todo o continente as mobilizações parecem se alastrar. A mais recente foi a insurreição da Bolívia com a queda revolucionária do governo. Tivemos ainda nas últimas semanas as greves do Panamá e da República Dominicana, a vitória do referendo contra as privatizações no Uruguai e a manifestação na cidade do México de mais de 200 mil pessoas contra o governo. É visível, portanto, que a ofensiva do neoliberalismo no continente nos anos 90 não logrou estabilizar politicamente a região. Ao contrário, a atual crise do neoliberalismo e dos planos de ajuste capitalistas em geral está desencadeando, com seus lógicos altos e baixos, um ascenso de massas cada vez mais decidido e generalizado.

12) O governo do presidente Lula trata de atuar como bombeiro regional, como fez na recente crise boliviana ao apoiar a posse de Carlos Mesa, não sem antes ver as possibilidades da simples manutenção do assassino Sánchez de Lozada na presidência. O governo brasileiro parece consciente de que está cercado por situações convulsionadas; Este não é o cenário político brasileiro, até porque, no Brasil, o descontentamento contra o neoliberalismo foi canalizado de modo considerável para a disputa eleitoral e o apoio à candidatura de Lula. Houve uma válvula de escape das tensões sociais. Sua eficácia, entretanto, é relativa. As contradições objetivas, a situação social, as condições de vida do povo, porém, se mantêm inalteradas e até piores. São as mais evidentes bases comuns com a situação latino-americana: desemprego, arrocho salarial, vida cara, falta de serviços básicos, tudo se agravando para o povo.

Assim, embora num ritmo mais atrasado do que em alguns dos seus vizinhos, a luta de classes no Brasil está muito distante do marasmo. Vimos este ano, apesar do neopeleguismo da direção majoritária da CUT, a forte greve nacional



dos servidores públicos, a greve dos correios, dos bancários, as lutas e mobilizações de diversas categorias, como os metalúrgicos da GM, da Volks, da Ford, os metroviários de Porto Alegre, os professores estaduais de várias unidades do país, além das ocupações e explosões populares localizadas como os camelôs do RJ, os perueiros de Recife e Goiânia. Tivemos a rebelião estudantil de agosto em Salvador, na Bahia, Enfim, foram inúmeras mobilizações urbanas. No campo, embora a direção do MST, pelo menos sua maioria, tenha apoiado abertamente o governo, as ocupações não cessaram. Em síntese, estamos vendo e veremos ainda mais importantes lutas sociais, num caso clássico de desenvolvimento desigual e combinado com a situação latino-americana.

As prisões de José Rainha, Mineirinho e Diolinda também movimentaram politicamente o país. Neste caso, aliás, a campanha pela liberdade dos presos encabeçada pelos parlamentares radicais contribuiu para pautar este debate, além de nos ter proporcionado laços maiores com estas lideranças dos pobres do campo, razão de orgulho para todos os militantes por um novo partido.

13) Assinalar este contexto e olhar a construção do novo partido nesta perspectiva geral não é sinônimo de diluição das dificuldades que temos pela frente. Elas são muitas e de vários tipos. No momento, basicamente duas nos parecem as maiores: primeiro, o ceticismo geral de parcelas do povo que, ao perderem a confiança no PT, perdem a confiança na política e na esquerda em geral. No povo em geral, porém, não nos parece ser o mais importante. Embora sejamos também atingidos pelo descrédito de parcelas do povo, há no Brasil uma razoável força da consciência associativa e uma importante movimentação das classes subjugadas pelo capitalismo para que possamos forjar nossas forças na construção e no interior deste processo. Mais grave é o ceticismo daquelas parcelas da



superestrutura política de esquerda que ajudaram a construir o PT ou acompanharam sua experiência.

Então, os reflexos da experiência com o PT deslegitimando as ideias socialistas na consciência de uma parcela do povo atingem também a superestrutura. Um fenômeno que, guardadas as devidas proporções e diferenças, lembra o desânimo representado em parcelas da esquerda quando caiu o muro de Berlim, quando desmoronou o chamado socialismo real, ou o socialismo realmente inexistente. Os sucessos ou insucessos de partidos e agrupamentos que atuaram por fora do PT ao longo destes anos também trabalham no mesmo sentido. Para todos acaba pesando então o desânimo com o PT somado aos dez anos de ofensiva do neoliberalismo.

14) Um segundo problema é nossa capacidade de organização, a debilidade das correntes envolvidas na ruptura/reorganização. Nenhuma das correntes organizadas que decidiram romper ou que estão trabalhando por um novo projeto tem uma sólida estrutura nacional de quadros. A ausência destas estruturas logicamente não pode ser suprida por parlamentares – por mais populares, talentosos e esforçados que sejam, nem por intelectuais, por mais importantes que sejam suas contribuições. Assim, a debilidade das forças em questão impede a ocupação plena do espaço existente, em nossa opinião considerável, o que às vezes induz a conclusões equivocadas de que o espaço é pequeno, completando o ciclo vicioso, realimentando o ceticismo, a sensação de que não se pode fazer nada ou de que temos que partir do zero, de que praticamente não há acumulação teórica, política ou organizativa que se possa aproveitar. O crescimento de cada uma das correntes consideradas isoladamente tem sido também um fato evidente, mas nenhum crescimento deste tipo é capaz de resolver esta lacuna, esta ausência de uma força organizada nacional sem um trabalho unificado, num espírito de partido, onde as tendências, subtendências, grupos,



etc., etc., encontrem um marco comum de atuação. Onde os militantes sem tendência tenham espaço e capacidade real de intervenção. Este é o desafio. Única forma de ir resolvendo a contradição entre o espaço existente e nossas forças para organizar a influência do movimento por uma alternativa. Único caminho para evitar a dispersão.

15) Tal desafio de trabalho unificado é uma necessidade não apenas para ocupar os espaços que se abrem para um projeto a esquerda do PT. Trata-se de uma resposta correta ao processo de reagrupamento em curso na esquerda brasileira. Um processo que tem dois trilhos, dois pontos nos quais se estrutura a possibilidade de convergência: o primeiro, a rejeição ao social-liberalismo do governo petista; o segundo, a compreensão da natureza democrática, aberta, ampla, do movimento por um novo partido, o que se materializa no direito de existência de tendências, entre outras medidas. O PSTU, por exemplo, faz parte do acordo em relação ao primeiro ponto. Recusou-se, porém, em relação ao segundo, optando por seguir seu caminho em faixa própria, centrado na autoconstrução. Pelo menos por enquanto.

De nossa parte, estamos convencidos de que o trabalho necessário é de confluência de forças. O esforço atual deve reunir os parlamentares radicais, suas correntes por inteiro ou setores de suas correntes, os dirigentes dos servidores públicos, os militantes e dirigentes socialistas independentes, os intelectuais socialistas, as correntes que se construíram em faixa própria até então, como o Movimento Terra e Liberdade (MTL) e os setores que romperam com PSTU recentemente e fizeram a opção pelo reagrupamento, como o Socialismo e Liberdade e o agrupamento de Pernambuco, o Polo de Resistência Socialista (PRS). E incorporar os setores que com certeza vão aderir à necessidade de uma nova alternativa, mantendo-se o convite para o PSTU enquanto um todo.



16) Assim, sem desconhecer as dificuldades, reafirmamos a existência de um importante espaço à esquerda. Basta ver a popularidade de Luciana Genro, Babá, João Fontes e com mais destaque de Heloísa Helena. A senadora de Alagoas é hoje possivelmente a política mais popular no país depois de Lula. Pelo menos nas parcelas da classe trabalhadora mais identificadas historicamente com o PT.

Joga a favor da construção de uma alternativa, sobretudo, as perspectivas de mobilização social, mesmo que isso não seja necessariamente sinônimo de ofensiva dos trabalhadores. Não temos hoje uma ofensiva de lutas sociais e é provável que no próximo ano tampouco tenhamos, ainda mais com o mecanismo eleitoral tratando de desviar as atenções do país. Isso é um fato. A ausência de ofensiva não quer dizer, porém, necessariamente, passividade. Teremos, com certeza, diversos conflitos sociais, lutas, greves, marchas, ocupações urbanas e de terras, campo privilegiado da construção de um projeto de esquerda.

As primeiras mobilizações do próximo ano podem novamente ficar por conta dos servidores públicos federais em luta por melhores salários. O moral elevado com o qual saíram da greve, apesar do revés do ponto de vista das reivindicações, estimula novas lutas. Podemos também ver os estudantes em cena, em oposição à reforma universitária promovida pelo governo e formulada pelo Banco Mundial.

Este será o primeiro e maior esforço que devemos garantir: ser presença constante em cada luta, incentivá-las, tratando de apoiá-las para que triunfem. É com esta orientação que podemos ir armando campanhas políticas estruturadoras do perfil nacional do movimento por um novo partido, campanhas contra a ALCA, por melhores salários, contra o desemprego, etc.

17) Para a construção de um movimento por um novo partido é preciso ir definindo quais são as tarefas concretas, imediatas, postas pelo momento político. O primeiro sem dúvida



é reunir todos os que querem construir uma alternativa. Com uma reunião nacional de todos certamente surgirão muitas propostas com condições de responder aos nossos novos desafios. O ex-deputado Milton Temer tem animado propostas fundamentais para ir vertebrando este movimento nacional. Já apontou com clareza a necessidade de dialogar com setores petistas ao mesmo tempo em que afirma a necessidade de avançarmos na construção de uma alternativa partidária. Sugeriu a realização de um fórum nacional. Somos a favor desta proposta. As articulações unificadas ganham substância no início da discussão programática, dos debates sobre concepção de partido e funcionamento, as definições de políticas de intervenção unitárias, etc., assim como nas medidas práticas relativas à necessária legalização deste projeto. Teremos que entre todos discutir cada um destes passos.

18) Concretizar sedes em varias capitais, garantir o funcionamento de uma coordenação nacional unificada bem como de coordenações nos estados, com plenárias, reuniões de cidades e categorias, até finalmente documentos de acordo, manifestos e um jornal nacional unificado são passos concretos de que necessitamos e que estão sendo apontados por distintos agrupamentos e militantes envolvidos nesta construção. Assim como de uma página comum na internet. Na sistematização e na hierarquização destas tarefas, o tema da legalidade terá sua importância. Inclusive os tempos políticos não são os mesmos que os tempos legais. Isso se quisermos constituir um partido que possa participar das eleições de 2006 (na de 2004 já é impossível). De nossa parte, estamos totalmente contra construir um movimento eleitoralista, estruturado ao redor apenas de parlamentares, com estratégia alicerçada em disputa eleitoral, seja nas proporcionais seja para presidente da República. Queremos organismos coletivos de decisão, um novo partido cuja mobilização seja a prioridade, etc. Enfim, somos contra o cretinismo parlamentar que marcou o PT e que resultou no mito de Lula, um mito oposto a sua re-



alidade como político. Porém, sempre há um porém, o desvio oposto e também muito grave, pelo menos tão grave quanto o anterior: o cretinismo antiparlamentar.

Para construir uma referência, um polo com influência em setores de massas, é muito importante termos figuras públicas, particularmente parlamentares e lideranças de lutas. É decisivo encontrar as condições de disputar processos eleitorais com nomes capazes de empolgar setores de massas. Temos nomes com peso de massas em alguns estados e, além disso, um nome com importante peso nacional. É dispensável anunciá-lo, todos sabem qual, e a melhor forma de construir sua força, a força novamente do nordeste, não é centrar a agitação do movimento ao redor deste tema, mais estruturar um movimento democrático e socialista por um novo partido que se construa tendo como estratégia a mobilização direta da classe trabalhadora. Tal estratégia não anula a hábil utilização das eleições. Para tanto é preciso garantir as condições legais que exigem quase meio milhão de firmas de apoio até meados de 2005, o que pressupõe que nos primeiros meses de 2004 somemos esforços para garanti-las.

Logo, os tempos da discussão política e da construção coletiva serão mais esticados do que os tempos exigidos pela legalidade. A equação desta questão não é complexa. Basta tomar a resolução do tema da legalidade com variáveis de caráter mais formal, que não estejam em contradição com o conteúdo do movimento real, mas que se baseiem em acordos mais simples, que possibilitem a apresentação de uma proposta formal de programa e de estatuto. Tais exigências legais, talvez esse seja o maior inconveniente, exigirão a definição de um nome do partido e os seus 101 fundadores.

Entre todos teríamos que debater o mecanismo mais democrático de escolha, que nos tempos da internet poderia envolver uma consulta ampla, uma forma de plebiscito, como nos sugeriram companheiros de SP de uma corrente aliada, ou seja, um mecanismo que pudesse envolver algumas dezenas de milhares de pessoas.



19) Para concluir estas notas não podemos deixar de apelar para a internacionalismo militante. É dispensável dizer que a construção de uma alternativa anticapitalista e anti-imperialista no Brasil não será – e já não tem sido – uma tarefa fácil. Sabemos também que nossos esforços serão acompanhados por milhares de militantes de outros países, por lutadores sociais, pelos marxistas revolucionários, pelos ativistas da alterglobalização. Queremos que nos acompanhem e que nos apoiem. Nossa vinculação com a vanguarda latino-americana é fundamental neste sentido, bem como com os partidos anticapitalistas da Europa.

Experiências como a construção de um novo partido anticapitalista na França, tal como proposto pela LCR (Liga Comunista Revolucionária) certamente nos estimulam e ensinam. Da mesma forma como as experiências dos ingleses do SWP (*Socialist Workers Party*), da coalizão de movimentos e partidos anticapitalistas europeus e do movimento anti-guerra, parte indissociável do movimento antiglobalização capitalista.

Relações com estes processos nos permitirão extrair lições, adquirir uma visão global, evitar erros, visualizar os progressos, apontar caminhos. Assim também ensinaremos enquanto aprendemos na medida em que, com certeza, nossa rica experiência nacional, tanto da falência do PT quanto da nova alternativa em construção, ao ser socializada, também será útil para que os socialistas de outros países desenvolvam suas ações com alicerces cada vez mais sólidos.





Levante juvenil e popular no Brasil: o povo venceu o primeiro round!

Coordenação Nacional do MES – 19 de Junho de 2013

Seguir mobilizados para arrancar nossas reivindicações

Quando publicávamos este texto era noticiada a vitória da luta contra o aumento das passagens em SP e no Rio. A grande vitória que a juventude e o povo arrancaram mostrou que nosso país nunca mais será o mesmo. Apresentamos algumas das nossas posições, após este primeiro triunfo. Este é um texto inicial, incompleto, escrito no calor da luta e de seus desdobramentos.

O dia 17 de junho de 2013, a segunda-feira desta semana, entrou na história do Brasil. Foi o maior levante juvenil dos últimos 21 anos. Centenas de milhares de jovens tomaram as ruas do país. Um acontecimento que quebrou a normalidade burguesa, deixou perplexa a burguesia e sua mídia, paralisou o governo federal e grande parte dos governos estaduais, desestabilizou a democracia do capital abrindo uma nova conjuntura. É claro que esta situação é excepcional. Estamos em pleno auge deste acontecimento, escrevendo esta minuta entre a segunda-feira histórica, data do início do levante, e quinta-feira, dia 20, onde novamente o gigante, o imenso povo brasileiro vai tomar as ruas, expressando com toda força o peso do seu número, de suas demandas, de sua consciência. Uma consciência marcada, sobretudo, pelo descontentamento com as condições econômicas e sociais de existência e pela negação da política atual com sua superestrutura burguesa e burocrática, expressa, entre outras instituições, pelo Congresso Nacional e os governantes de modo geral.

Um dos pontos de unidade da indignação em todo o país tem sido com o desrespeito da classe dominante que pensou que o povo aceitaria indefinidamente viver sem protestar com



apenas pão e circo, com bilhões gastos em obras faraônicas, enquanto falta o básico para a saúde, a educação e as necessidades realmente importantes da população. Como se sabe, o estopim dos protestos foi o aumento das tarifas de ônibus. Mas o estopim foi apenas a gota que fez o copo transbordar. Na defesa do pão (muito pouco alias) e circo estão todos os partidos burgueses tradicionais, PSDB, PMDB, DEM, PSD, PP, além, é claro dos partidos que um dia ou outro se identificam com a “frente popular” comandada pelo PT e que hoje governa a serviço do capital. Entre estes partidos é claro que está o PSB de Eduardo Campos e o PCdoB, que controla o Ministério dos Esportes há mais de dez anos atolado até o pescoço em esquemas de corrupção. Do lado do povo, além do próprio povo com suas demandas, há organizações juvenis, entidades estudantis, alguns sindicatos, sobretudo sindicalistas que não comandam as entidades, organizações sociais como o MPL e partidos da chamada extrema-esquerda, entre eles o PSOL, o PSTU, e partidos menores como o PCR e PCB.

Agora, nossa tarefa imediata é ser parte da luta de nosso povo. Não temos nada a temer. Quando o povo se mobiliza são as classes dominantes que devem se assustar. Isso não quer dizer que o povo esteja preparado e organizado para vencer e impor o seu programa. Em primeiro lugar porque a população não tem um programa unificado. Há inúmeras demandas. Felizmente, há um ponto que une e mobiliza a todos, no Brasil inteiro: as tarifas de ônibus devem cair. Este ponto é uma questão de honra. Qualquer passo atrás ou para o lado, qualquer mesa de negociação, qualquer coisa que não comece com a exigência básica de que as tarifas caiam seria uma evidente traição. Mas isso é muito básico. O povo já sabe que não pode recuar. O povo seguirá nas ruas até que baixem as tarifas. Nossa hipótese é que a burguesia e os governantes já sabem disso. Nossa hipótese é que esta bandeira seja conquistada. Tivemos este prognóstico em Porto Alegre, primei-



ra cidade em que os preços das tarifas de ônibus baixaram, e acertamos. Agora a mobilização é muito superior. Agora é um levante nacional. Não acreditamos que o governo aceite brincar com fogo. De qualquer forma, esta é a bandeira básica e tal conquista será uma demonstração clara de que o povo não apenas acordou, mas venceu este primeiro e importante round.

É importante saber que esta é a hora de chamar ainda mais a mobilização. Assim, como no início do ano impulsionamos em Porto Alegre e em seguida em SP, tomamos iniciativas de convocação da luta em Natal, em São Gonçalo, em Belém, e seguimos firmes neste propósito. Vencida a batalha das tarifas nas maiores cidades será difícil de saber como seguirá o movimento. Talvez a onda comece a baixar. A falta de um programa e de uma direção fortalece esta tendência. Mas o processo não voltará ao ponto anterior. A dinâmica mais provável é que tenhamos uma multiplicação de conflitos no próximo período. Esta é a nova conjuntura. Finalmente, o ascenso passou a ser o centro da situação nacional. A burguesia e o PT, partido convertido em gerente dos capitalistas, com o PSDB, velho partido burguês e todos seus aliados, queriam que a pauta do país se limitasse às eleições e às Copas.

O povo mudou a pauta. O ascenso entrou de modo surpreendente e nada indica que seja desmontando facilmente. Nosso trabalho é para que este processo se desenvolva e gane em consciência e organização. Por isso escrevemos esta minuta e apresentamos uma série de pontos programáticos que nos darão um perfil na luta pela construção de um programa alternativo contra a crise do país e de defesa das reivindicações juvenis, populares, de trabalhadores, sem teto, sem terra, indígenas e camponeses. Este sistema de consignas ou palavras de ordem começa com o apoio a todos os que lutam pelas demandas destes setores sociais. A partir daí defendemos uma série de outros pontos que em linha geral buscam



sintetizar as mais sentidas bandeiras que respondem a necessidade do movimento de massas e são capazes de contribuir na mobilização com maior ou menor intensidade.

Nosso programa deve mobilizar a partir das tarefas concretas:

1. Pela redução das tarifas de ônibus em todas as cidades do Brasil. Por um transporte público de qualidade. Rumo ao passe livre.
2. Abaixo a repressão. Nenhum preso por lutar. Fim dos processos. Investigação e castigo para todos os envolvidos com a repressão. Fim dos serviços secretos das polícias.
3. Que se abaxem todas as tarifas e se bote na conta da FIFA. Significa investir nas áreas sociais, especialmente transporte público, saúde e educação, tudo que foi investido na preparação da Copa das Confederações, Copa do Mundo e Olimpíadas.
4. Derrotar a PEC 37. Este é um ponto nevrálgico da disputa contra a direita nas marchas. Essa é a única bandeira de enfrentamento ao governo que os setores conservadores podem convencer a multidão a marchar. A PEC 37 é uma reação do PT às condenações do Mensalão. Objetivamente, essa Proposta de Emenda Constitucional alimenta a impunidade. Temos que relacionar ela com um conjunto de demandas que só a esquerda seja consequente e verdadeira. Esse enfrentamento deve ser postulado ao Congresso pela ala esquerda dos protestos. Abertura de sigilo fiscal e telefônico dos parlamentares.
5. Democratização da mídia. Precisamos avançar sobre os oligopólios midiáticos, em que poucas famílias possuem o



monopólio das comunicações de massa no Brasil, através da propriedade cruzada de veículos, em que dominam a grade da TV aberta, quase a totalidade das concessões de rádio, TVs a cabo, jornais, revistas e portais de internet. Todos estes comprometidos com os interesses da classe dominante e de sua própria reprodução. É inaceitável que a opinião homogênea nestes meios sobre os protestos seja “vândalos que geram violência”. O movimento de massas derrotou essa opinião, com uma adesão massiva aos protestos.

6. Fora Feliciano, a luta continua. O pastor ganhou uma sobrevida com a mudança da pauta das mobilizações para passagem e, antes disso ainda, pelo pacto conservador da governabilidade, que o pôs no cargo e mesmo com toda a pressão permitiu que Feliciano permanecesse na Comissão de Direitos Humanos na Câmara. Queremos embaralhar a cena política. Feliciano é o elo mais débil da direita reacionária e fascista. Aprovou nessa semana histórica de lutas o projeto da “cura gay” na Comissão que preside. Devemos voltar nossas baterias a este crápula. Com centro em Brasília e na retomada das atividades da setorial LGBT do Juntos.

7. Por ultimo, mais não o menos importante, insistimos que é fundamental as lutas por luz, por água, por direitos básicos, além das lutas das categorias por salários e melhores condições de trabalho.

8. Auditoria da dívida! Chega de dinheiro para os banqueiros!

É claro que a burguesia seguirá dominante, em especial os meios de comunicação de massas, e vão buscar recupe-



rar o terreno perdido, tanto do ponto de vista da disputa das consciências quanto do ponto de vista organizativo. Sabemos, por exemplo, que quando a Globo incentiva as palavras de ordem e as ações nas manifestações contra os partidos políticos, o objetivo deste verdadeiro partido da classe dominante brasileira é impedir que o movimento de massas empalme com partidos como o PSOL, e os demais partidos da chamada extrema-esquerda, entre os quais estão o PSTU e o PCB. E muitos setores do povo acabam identificando na própria forma partido o conteúdo de seu rechaço aos partidos da ordem. Os setores que se dizem de esquerda e dizem que este movimento de massas pode ajudar de uma forma ou outra a direita e a burguesia está na verdade atuando para desmontar o movimento e livrar a cara do governo, do PT e da própria burguesia, que no pavor dos últimos dias teve que abrir espaço para as ações de massas para poder conter o movimento, baixar a onda e retomar a “normalidade”. Os que acham que não se pode baixar a bandeira do seu partido não percebem que os partidos de esquerda devem demonstrar para as massas sua utilidade, respeitando a vontade da maioria – que é de que as bandeiras de partido não sejam erguidas, até porque as pessoas estão desconfiadas, depois da traição do PT, diante de qualquer possibilidade de manipulação partidária.

Mais uma vez, repetimos, nada deve nos assustar. O PSOL pode estar nas marchas com seus adesivos, camisetas, figuras públicas. Nós do MES apoiamos o desenvolvimento do Juntos, juventude que está se destacando em muitas destas lutas iniciais. Somos confiantes de que construímos o partido que tem maiores condições de mostrar ao povo sua utilidade. Ao mesmo tempo sabemos também que é preciso apostar na organização autônoma e não eleitoral da juventude, razão pela qual somos entusiastas da defesa do Juntos como ferramenta independente. Apresentadas estas considerações, afirmadas estas posições e propostas, queremos agora expor algumas de



nossas análises, com elementos de balanço e perspectivas, do levante que mudou a cara do Brasil.

A repressão ao protesto na capital econômica do país despertou o gigante

Depois de uma semana de mobilizações em São Paulo, na esteira das vitórias contra o aumento da tarifa em Porto Alegre e Goiânia, milhares saíram as ruas no dia 13 de junho na capital paulista. A dura repressão da polícia tucana desencadeou um amplo movimento de repúdio contra a violência e tonificou ainda mais os atos. A concentração convocada para segunda-feira desbordou qualquer expectativa. Foram cerca de 120 mil marchando nas diferentes concentrações na cidade de São Paulo. As manifestações de solidariedade tomaram as principais capitais do país. Foram atos multitudinários em 12 capitais e mais de 30 cidades. Os números descontraídos remetem a mais de 500 mil manifestantes, com destaque para o Rio de Janeiro com mais de cem mil, Belo Horizonte com quase 50 mil, Porto Alegre com 15 mil, entre muitas grandes concentrações. Em muitos países atos foram realizados. As cenas do Jornal da Globo, onde a linha editorial da burguesia se expressa, foram emblemáticas: mostravam o tamanho do triunfo do ato e também cenas da violência dos combates de rua. A ocupação da marquise da entrada do Congresso Nacional pelos manifestantes assustou os políticos e mesmo o governo. Esta foi a noite que a Guarda Nacional foi acionada para cerca o Palácio do Planalto. Foi um dia histórico.

Apostamos na luta contra o aumento das passagens de ônibus desde o início

Embora a magnitude do movimento não pudesse ser prevista, podemos nos orgulhar de termos apostado, desde o início, na luta que serviu como estopim de todo este processo: a luta contra o aumento das passagens de ônibus. Conscientes



das tendências favoráveis para uma mudança na conjuntura, já no início do ano, na circular interna de fevereiro de 2013, dizíamos o seguinte:

No plano nacional, o fato é que o governo encontra dificuldades no terreno econômico, na contramão do que afirma quando diz que o país não será atingido pela crise internacional. A política que Dilma e Mantega estão tendo para o tema do reajuste das tarifas do transporte público é de evitar a agressão inflacionária que resultaria de uma nova rodada de aumentos. Geralmente, este tipo de reajuste é feito em períodos de férias escolares, diminuindo assim a expressão pública dos efeitos, impedindo uma maior mobilização e resistência, sobretudo por parte dos setores mais organizados do estudantado. Com a posse dos novos prefeitos, Mantega garantiu que importantes cidades como SP e RJ, em acordo com Paes e Haddad tenham o reajuste empurrado para depois do final do primeiro trimestre do ano. Ou seja, num período de maior fluxo nas cidades e em pleno calendário letivo. No ano passado, importantes cidades do Nordeste como Teresina e Natal tiveram lutas vitoriosas, protagonizadas pela juventude contra o aumento dos transportes.

Estes elementos levam a uma maior necessidade de intervir sobre essa pauta. Uma pauta que sintetiza a luta econômica, reivindicativa, contra os altos preços das tarifas e o direito à cidade, com a luta política com os governos municipais que acabam de assumir, envolvendo inclusive o governo federal, que não tem como esconder que a crise econômica já tem reflexos severos na vida cotidiana. Vamos intervir com política para unir a luta, chamando o conjunto do PSOL para ser ativo numa campanha nacional contra o aumento, incentivando e participando dos processos que já começam a surgir. Esse processo articulado entre juventude, estudantes e rodoviários já produz boas mobilizações em Porto Alegre (Circular do MES – fevereiro de 2013).

Em Porto Alegre, as mobilizações começaram em fevereiro. Até o final de março foram pequenas mobilizações de vanguarda. No início de abril a Polícia reprimiu o movimento. A repressão contou com o apoio da mídia burguesa, mas motivou a solidariedade de um setor de massas da juventude



da cidade. Os vereadores do PSOL de Porto Alegre entraram com uma ação cautelar na justiça. No dia em que mais de dez mil jovens tomaram as ruas na capital gaúcha, o juiz acatou a demanda do PSOL e reduziu a tarifa. Esta vitória alimentou o movimento nacional. Com a entrada em cena de SP o processo se nacionalizou e se transformou no levante do dia 17 de junho cuja onda não baixou e que não baixará pelo menos até o momento em que não revogarem os aumentos dos preços das passagens.

A conclusão é óbvia: o fenômeno dos indignados apareceu no Brasil. As mobilizações marcam a conjuntura. A luta contra o aumento da tarifa foi a faísca, foi a gota d'água para abrir espaço para tantas demandas represadas.

A expressão dos indignados do Brasil

Desde 2007 há uma mudança de período histórico no mundo. A crise do capitalismo abriu as portas das mobilizações de massas e das revoluções, essa foi nossa caracterização no momento. Em 2011, com o início das revoluções árabes, a pauta das revoluções confirmou o signo de um novo período de ascenso do movimento de massas e de polarização. Nenhum país de peso ficaria de fora desta dinâmica. Estamos insistindo há tempos que há um novo período histórico cujos desdobramentos atingem o conjunto do mundo, incluindo, por óbvio, o Brasil. E a partir deste marco apontar a mudança essencial já em curso na situação nacional que comprova um espaço qualitativamente superior para a construção do PSOL.

O eixo de nossas teses e de nossa intervenção é discutir o espaço que está aberto para construir uma nova direção para o movimento de massas no Brasil. A tarefa do PSOL é sacudir de seus ombros qualquer tipo de conservadorismo e se incorporar nas lutas sociais e políticas que já começaram e que tendem a crescer, respeitando o movimento de massas, estimulando suas instancias autônomas de decisão e se pos-



tulando como alternativa política.

Em 2011 mesmo tivemos os primeiros sinais da mudança na situação nacional. A greve dos bombeiros do Rio de Janeiro, em junho daquele ano impôs uma derrota no governo Cabral. Em seguida, no ano seguinte, a nova conjuntura do Rio de Janeiro teria uma clara expressão eleitoral: Marcelo Freixo teve quase 30% dos votos na disputa da prefeitura. A passeata dos 100 mil de ontem confirma que este processo no Rio de Janeiro segue aberto.

Mas as mobilizações de SP produziram uma mudança de conjuntura em escala nacional. Em questão de horas e dias, em incontáveis cidades, capitais e inclusive no exterior, o levante juvenil se produziu. A influência do processo mundial, as rebeliões européias e revoluções árabes é evidente.

Nas teses do MES escrevemos:

A repercussão da “primavera árabe” no mundo foi acompanhada de uma onda juvenil que em alguns de seus aspectos pode ser comparada com a de maio de 1968. A juventude saiu às ruas para protestar contra o ajuste da Troika, sob a bandeira da “juventude sem futuro”, dando origem ao movimento dos “indignados”, com base na Espanha. O resultado da articulação foi um primeiro dia de “indignação global”, em 15 de outubro de 2011, em 982 cidades do mundo. Este movimento em escala global teve outro ápice nos Estados Unidos, ganhando a forma de “occupy Wall Street”. Tivemos movimentos análogos em outras partes do mundo, como a primavera de Quebec, ou mesmo movimentos juvenis massivos no Estado de Israel. De conjunto, trata-se de uma combinação complexa de um método radicalizado de “ocupação das praças”, com negação do velho, da partidocracia e dos velhos “políticos”, com a disposição de novas ferramentas de comunicação. Um processo que sintetiza a ideia de “ruas e redes” como forma de multiplicar a capacidade de mobilização bem como democratizar a informação.

Tudo isso indica um novo horizonte na situação mundial, mostrando que também no terreno da ação direta das massas estamos diante de uma mudança histórica. Já não está mais o



stalinismo como aparato contrarrevolucionário para deter o movimento. Trata-se de algo que apenas começa.

Agora, no calor da luta, não é possível aprofundar comparações deste momento histórico com as mobilizações que derrubaram Collor mas cabe ressaltar que naquele período não havia a internet como meio de comunicação de massas e que a superestrutura partidária ainda tinha peso real no movimento de massas. O PT aparecia como um partido de oposição ao capital.

Desta vez a erupção foi contra o regime atual, contra seus partidos, seus governos, expressando um descontentamento diante da carestia, do abandono da saúde pública, da educação pública e os escândalos de corrupção recorrentes e impunes. Desta vez o PT está gerenciando os interesses do capital. O estopim de tudo foram os aumentos das tarifas de ônibus nas principais cidades do país.

Também afirmamos nas nossas teses que o fato do PT estar profundamente integrado e sendo parte fundamental do reforço do regime burguês provoca uma mudança histórica, ainda em curso, na direção do movimento de massas, do movimento operário, juvenil e popular no Brasil. E esta mudança abre possibilidades revolucionárias. Atualmente, a principal faceta desta mudança é a existência do que chamamos de vazio de direção. Com sua gestão burguesa do estado, o PT foi se afastando cada vez mais de sua identidade histórica, se convertendo num partido da ordem e paulatinamente perdendo capacidade de influenciar o movimento de massas. Este deslocamento deixou um espaço vazio que tem aumentado. E não é negativo este aumento do vazio de direção porque quer dizer que o movimento de massas está se liberando de sua velha direção reformista, conciliadora, burocrática e hoje em grande parte burguesa.

Ao mesmo tempo, é no desdobramento desse processo de



experiência e de ações que podem ir surgindo novas direções. É este processo que estamos vendo ocorrer nas mobilizações que tomaram conta do país, e temos que estar atentos a ele para poder ser parte da construção desta nova direção. Temos muito orgulho de ter contribuído em estabelecer as conexões entre Porto Alegre e São Paulo.

O ministro da Justiça, que tem suas mãos sujas de sangue dos indígenas, não precisa usar sua Polícia política para investigar os que estiveram impulsionando este movimento. Assumimos de cara aberta nossa responsabilidade. Temos certeza que os outros atores tem o mesmo orgulho de assumir. Felizmente nossas melhores previsões foram superadas. Conscientes de que este tema era a possibilidade de uma mobilização real em capitais importantes, um acontecimento extraordinário e imprevisto se desenvolveu. O Brasil acordou, como se dizia nas passeatas.

É fundamental que o PSOL possa extrair lições destes movimentos e adotar uma posição ativa de apoio decidido. Em todo o país este tem sido o lugar de nosso partido. Estamos do lado e juntos com o povo.

Uma lição importante é que se pode, com ações e políticas acertadas, se cumprir um papel objetivo na realidade das lutas sociais, e contribuir para o seu impulso e desenvolvimento. E o mais importante, apoiar agora, com todas as suas forças, todas as lutas em curso. Concretamente, a tarefa presente, é apoiar a luta para que se reduzam imediatamente o preço das tarifas de ônibus em todas as cidades. No calor destas lutas seguir defendendo que a mobilização é o método privilegiado de ação, o melhor caminho para arrancar conquistas e o único para efetivamente mudar o Brasil.

Há um processo dinâmico, marcado ainda pela negação do velho e sem alternativa política, mas que pode seguir se desenvolvendo, um desenvolvimento com suas contradições que impõe aos revolucionários a necessidade de uma profun-



da reflexão para que atuem de modo realmente revolucionário, apostando que a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos trabalhadores mesmos, de que a juventude deve aprender com seus próprios erros e não ser tutelada, de tal forma que as ideias revolucionárias e marxistas possam de fato contribuir na auto-organização democrática do movimento de massas e as organizações marxistas revolucionárias possam se postular na prática como alternativa, conquistando com suas ações e elaborações o reconhecimento do movimento.

O povo brasileiro sai mais forte e confiante. Depois de anos de preparação, começaram, apenas começaram, as primeiras batalhas. Nada será como antes depois destas Jornadas de Junho. Com esta certeza, vamos seguir construindo o PSOL como uma ferramenta anticapitalista.





Lutar, com um PSOL mais forte, por outro Brasil

Executiva Nacional do PSOL – 10 de novembro de 2014

1. O PSOL cresceu nas eleições de 2014. Dobramos nossa votação em relação a 2010. Agradecemos a cada um dos 1.612.186 eleitores que destinaram seu voto ao fortalecimento das bandeiras que defendemos durante a campanha eleitoral. Fomos o único partido que apresentou candidaturas a governador ou vice em todos os 27 estados da federação e conseguimos dobrar a representação parlamentar do PSOL, que alcançou cinco deputados federais e doze deputados estaduais. Essas bancadas farão a diferença nos seus estados e no Congresso Nacional na luta por mais direitos. Nosso projeto sai fortalecido das urnas, conquistando o quarto lugar em uma eleição marcada pela desigualdade da cobertura da imprensa, dos erros das pesquisas, do impacto do poder econômico e do desequilíbrio no tempo de televisão. Nada disso teria sido possível sem a militância do PSOL, que fez a diferença e conquistou esse expressivo resultado. Cumprimos o nosso papel, apresentando a melhor candidata e as melhores propostas para o Brasil. Luciana Genro constituiu-se como a principal referência da esquerda coerente e este é um patrimônio do PSOL. O programa que defendemos é o programa necessário para que se avance em direção a um Brasil justo e igualitário, livre da exploração e de todos os tipos de opressão. Esta foi nossa principal missão política nestas eleições, e avaliamos que a cumprimos bem.

2. As eleições de 2014 foram as primeiras realizadas após as mobilizações populares ocorridas em junho do ano passado. Essas manifestações revelaram os limites do modelo político e econômico das elites no poder e na oposição conser-



vadora, na medida em que o agravamento da crise urbana e a necessidade de maiores investimentos em transporte público, educação, saúde e moradia contrastaram com os altos custos da realização da Copa do Mundo no Brasil e a forte repressão policial aos protestos. O resultado foi percebido na corrida presidencial deste ano, na qual os candidatos das principais coligações buscaram dialogar desde o início com o desejo de mudanças que junho de 2013 revelou e que foi confirmado por todas as pesquisas.

3. Essas eleições foram marcadas pelo signo da mudança. Mesmo a candidata de situação, Dilma Rousseff, teve que dialogar com esse sentimento, através da consigna “muda mais” e “governo novo, ideias novas”. Os demais candidatos da oposição conservadora, embora compartilhassem do mesmo programa em aspectos essenciais, também empreenderam o esforço de apresentar-se como representantes da “verdadeira mudança”. Aécio Neves chegou a ressuscitar o slogan do avô, Tancredo Neves, em 1985: “muda Brasil”.

4. Os limites do atual modelo, porém, não se revelaram apenas através do aumento das mobilizações populares, cuja repressão aos movimentos de rua, aliás, chegou a ser uma política comum de todos os governos (federal e estadual), unificando a maioria dos partidos, do PT ao PSDB, em torno do discurso favorável à Copa do Mundo tal como realizada, sendo o PSOL o único partido a votar em bloco contra a Lei Geral da Copa, que garantiu amplos poderes para a FIFA, e a questionar na Câmara dos Deputados a “Garantia da Lei e da Ordem”, projeto que visava autorizar as forças armadas a intervir em protestos de rua. Além disso, os dados da economia também demonstram o esgotamento da estratégia de crescimento via exportação de commodities e estímulo do mercado interno com a manutenção da ortodoxia dos juros



altos, câmbio sobrevalorizado e superávits primários. A expectativa de queda drástica do PIB (de 2,3% em 2013 para menos de 1% em 2014) é só a face mais visível deste processo. A desaceleração da economia se sente na estagnação da geração de empregos – embora ainda não redunde num aumento do desemprego – e na desaceleração da atividade industrial, que cresceu bem abaixo do PIB em 2013 (1,5%).

5. Amparada nas exportações de bens primários, no mercado interno – em franca desaceleração – e nas grandes obras de infraestrutura estimuladas pela Copa do Mundo e Olimpíadas, muitas delas ainda inacabadas pelo país afora, a economia mostra sinais de enfraquecimento. A dependência externa e a indução ao consumo e endividamento desenfreado dos trabalhadores nos últimos anos cobram seu preço. Assim, as eleições se iniciaram com um enorme desgaste do atual governo, causado, dentre outras razões, pelo aumento da sensação de corrupção desenfreada a partir das denúncias envolvendo a Petrobrás. A oposição conservadora, porém, não foi capaz de apresentar um projeto substantivamente distinto.

6. As três principais candidaturas defensoras do atual modelo (Dilma, Aécio e Campos) iniciaram a campanha com cautela e reafirmando seus compromissos com a agenda macroeconômica dos bancos, empreiteiras e agronegócio. O cenário só se alterou com o acidente aéreo que vitimou o candidato do PSB em agosto. A comoção criada em torno da morte de Campos permitiu que Marina Silva, que havia obtido 20 milhões de votos em 2010 e aceitara a condição de vice na chapa do PSB, surgisse como a grande novidade das eleições. Atenta ao desejo de mudanças, Marina buscou apresentar um discurso que negasse a “velha política” e afirmasse um novo projeto para o país.



7. Não demorou, porém, para que o discurso de Marina se desfizesse no ar. Defendendo autonomia do Banco Central, aconselhando-se com economistas neoliberais, associando-se a uma das principais acionistas do Banco Itaú, distribuindo afagos ao agronegócio e alterando temas polêmicos de seu programa de governo, Marina revelou a face conservadora de seu projeto. Sob fortes ataque do PT e PSDB, desmoronou em poucas semanas, permitindo a “virada” de Aécio Neves na última semana de campanha. A derrocada de Marina mostra que as elites brasileiras não estão dispostas a aventuras e o povo não se deixa enganar por falsos discursos de renovação.

Luciana Genro e a vitória do PSOL

8. O PSOL enfrentou todo o primeiro semestre tendo como pré-candidatos à Presidência e à vice, respectivamente, o senador Randolfe Rodrigues (AP) e a companheira Luciana Genro. A renúncia do candidato escolhido no Congresso Nacional do partido, apenas quinze dias antes de nossa Convenção, trouxe dificuldades. Felizmente, a companheira Luciana Genro se mostrou disposta de pronto a cumprir a tarefa de representar o PSOL na disputa, trabalhando em conjunto com a direção do partido para unificar todos em torno da campanha. Para isso, foram promovidos pela Fundação Lauro Campos e pelo partido seminários programáticos em diversas capitais, que contribuíram com o objetivo de fortalecer a unidade partidária.

9. A Convenção Nacional, realizada em Brasília, foi uma demonstração de unidade partidária, afirmando por consenso o nome de Luciana e aprovando as diretrizes gerais para o Programa de Governo. Iniciada a campanha, fosse nas atividades de rua, nas agendas de imprensa ou nos debates de televisão, Luciana expressou uma boa síntese das posições do PSOL. Resultado disso foi a construção de um Progra-



ma de Governo muito completo, construído a muitas mãos e apresentado no final de setembro. Eventuais divergências de leitura sobre a conjuntura ou de abordagem sobre determinados temas foram, em geral, secundarizados, garantindo uma campanha bastante unitária. Não obstante algumas críticas de setores minoritários do partido – o que é legítimo – a avaliação geral do desempenho do PSOL e de sua candidata é altamente positivo.

10. Destacando-se nos debates e diferenciando-se das demais candidaturas, Luciana cresceu na reta final. O resultado eleitoral – 1,55% dos votos – além de registrar um crescimento em relação a 2010 (quando obtivemos 0,88% dos votos), consolidou o PSOL como uma força política relevante no país, nos separando das candidaturas consideradas menores. Mesmo partidos mais bem estruturados nacionalmente, como o PV e o PSC (este com o apoio de dezenas de igrejas evangélicas pelo país) tiveram um resultado muito aquém do obtido pelo PSOL. A abissal diferença da votação de Luciana em comparação às demais candidaturas da esquerda socialista – PCB, PSTU e PCO – fala por si. Somadas, essas candidaturas obtiveram menos de 10% da votação total de Luciana.

11. Assim, nossa chapa expressou um importante acúmulo nos movimentos sociais mais dinâmicos da conjuntura após as jornadas de junho. Estivemos junto com o MTST, MLB, Brigadas Populares, entre outros movimentos de moradia. Nossa campanha empalmou com a luta da comunidade LGBT, mobilizando esse setor ao redor da linha “por mais direitos”. Recebemos apoios de intelectuais e da opinião pública contemporânea, como Gregório Duvivier, Márcia Tiburi, Marina Lima, blogueiros e blogueiras da esquerda. A juventude realizou eventos de grande impacto, “viralizando” a campanha nas ruas e nas redes.

12. A presença de Jorge Paz, histórico militante da luta



operária de São Paulo como candidato a vice-presidente, expressou o compromisso de todos os setores partidários com a campanha de Luciana. A formação de uma coordenação de campanha ampla – tendo como coordenador-geral o companheiro Luiz Araújo, presidente nacional do PSOL – foi um gesto de unidade partidária. O mesmo pode-se dizer da bancada federal e de outras lideranças, que se engajaram fortemente na campanha.

13. Com uma boa campanha presidencial, os resultados para a Câmara dos Deputados e para as Assembleias Legislativas também foram positivos. Além de reeleger nossos atuais deputados federais – companheiros Chico Alencar (RJ), Jean Wyllys (RJ) e Ivan Valente (SP) – o PSOL ampliou sua bancada na Câmara dos Deputados, com a eleição dos companheiros Daciolo (RJ), líder da histórica greve dos bombeiros em 2012, e do companheiro Edmilson Rodrigues (PA), ex-prefeito de Belém e deputado estadual mais votado da história do Pará em 2010.

14. Na disputa aos parlamentos estaduais o PSOL também cresceu. Passamos dos quatro deputados estaduais eleitos em 2010 para doze vagas, sendo uma no Rio Grande do Sul, duas em São Paulo, duas no Amapá, cinco no Rio de Janeiro, uma em Pernambuco e uma no Ceará. O desempenho das nossas candidaturas a governador também mostra um crescimento. Na maioria dos estados, o PSOL apresentou-se como alternativa à polarização das velhas máquinas partidárias, alcançando bons resultados, dentre os quais merecem destaque o do companheiro Tarcísio, no Rio de Janeiro, e do companheiro Robério Paulino, no Rio Grande do Norte, que alcançaram quase 10% dos votos cada um.

15. Outro saldo altamente positivo é a construção de um



Programa de Governo unitário. Foi a primeira vez que o PSOL teve um documento dessa envergadura aprovada por suas instâncias. Abordando 23 temas diferentes, de política externa à saúde, de segurança pública a direitos humanos, o Programa de Governo do PSOL mostrou que é possível construir consensos internamente quando necessário.

O segundo turno

16. O PSOL esteve presente no segundo turno em apenas uma disputa: no Amapá, onde compusemos a chapa de Camilo Capiberibe (PSB) contra o retrocesso representado pelo sarneyzismo. Com isso, além de eleger dois deputados estaduais, conseguimos influenciar os rumos da luta contra o retrocesso representado pelos aliados de Sarney no segundo turno, que, apesar disso, saíram vitoriosos.

17. Em nível nacional, a disputa presidencial repetiu a polarização das últimas cinco eleições entre PT e PSDB. Polarização falsa no que diz respeito à gestão da política macroeconômica, ganhou profundidade com a disputa em torno da manutenção dos programas sociais e do papel dos bancos públicos, dentre outros temas trazidos ao debate pela candidata petista. Isso levou a candidatura tucana a encarnar no segundo turno uma diferenciação ideológica, atraindo para si forças reacionárias do espectro político e social brasileiro e favorecendo, assim, uma polarização acentuada que viria a animar contra si forças progressistas não mobilizadas no primeiro turno.

18. O PSOL, de forma acertada, se posicionou rápido. A resolução aprovada por sua Executiva Nacional vetava qualquer manifestação de seus militantes em favor de Aécio Neves e permitia tanto a defesa do voto nulo ou branco quanto a defesa do voto crítico em Dilma Rousseff. As manifestações



em favor da petista não comprometeram a resolução aprovada, uma vez que o PSOL enquanto partido preservou sua autonomia e independência durante todo o segundo turno.

Perspectivas para o futuro

19. Os primeiros sinais de Dilma após a vitória foram contraditórios. Num dia, aponta uma reforma política com contornos progressistas como prioritária. No outro, aumenta a taxa de juros para 11,25% para alegria dos especuladores do mercado financeiro e anuncia o aumento da gasolina. No essencial, não deve deixar de ser um governo de pacto com frações da burguesia. O que está em questão é se a vitória por pouco mais de 3% vai fazer com o que o PT e o governo retomem algum tipo de relação com a agenda dos movimentos que esperam algum avanço ou se fará com que ambos se inclinem ainda mais à direita, buscando recuperar terreno junto aos setores médios mais conservadores e às elites que apostaram em Aécio.

20. A proposta de reforma política do Congresso Nacional é retrógrada. Precisamos construir ampla unidade para defender a pauta da nossa reforma política, com base nos pontos apresentados no programa de Luciana Genro e, ao mesmo tempo, evitar qualquer retrocesso contra os partidos da esquerda combativa, explícito, por exemplo, na proposta da chamada cláusula de exclusão. Por essas razões, o PSOL seguirá vigilante, mantendo sua coerência e independência política e sua condição de oposição programática e de esquerda. Defenderá as medidas que representem avanços para os trabalhadores e trabalhadoras, como ocorreu recentemente diante da ofensiva conservadora contra a Política Nacional de Participação Social (PNPS). Mesmo limitada, esta medida é um avanço democrático que contou com o apoio da nossa bancada na Câmara dos Deputados. Prova de que o PSOL não



a apoiava por ser uma proposta do governo, é que tão logo a coalizão conservadora a derrotou, a bancada do PSOL a reapresentou na forma de Projeto de Lei, porém sem alguns vícios de origem que o projeto governista continha. Diante das medidas que representem ataques ao povo brasileiro, o PSOL se levantará como tem feito desde sua fundação, denunciando o governo e quem a ele estiver associado. Este é o papel de um partido de oposição de esquerda e programática.

21. O crescimento do fundamentalismo religioso, da bancada ruralista e das empreiteiras (hoje majoritárias entre os 513 deputados federais), da bancada da bala e de outras aberrações como essas, exigirão do PSOL uma melhor articulação para frear as investidas contra os direitos do povo. Fora do parlamento precisaremos de apoio dos movimentos sociais combativos para fazer frente – de fora pra dentro – aos ataques do conservadorismo. O crescimento da direita é também reflexo das opções políticas do PT com vistas a assegurar a chamada “governabilidade” com setores da burguesia. Cada vez mais, os sintomas da crise econômica e social anunciam mais choques. Dilma anunciou a realização de ajustes como o aumento da taxa de juros para 11,5%, assim como o anunciado aumento da gasolina. Nomes são especulados em meio ao sistema financeiro para a chefia do Ministério da Fazenda. Como afirmamos, o governo seguirá, em essência, um cartilha conservadora, para que a conta dos ajustes seja paga pelos trabalhadores, enquanto beneficia o bancos, agronegócio e empreiteiras.

22. A prioridade do partido é preparar a luta contra quaisquer ajustes e fortalecer a luta por mais direitos. Devemos denunciar desde já quaisquer medidas regressivas, como forma inclusive de dialogar com a desilusão que deve tomar os setores que apoiaram Dilma no segundo turno como veto ao



Aécio. Devemos denunciar o problema dos juros e da dívida de forma pedagógica, ou seja, explicando que as cinco mil famílias mais ricas do país seguem lucrando, enquanto o povo paga com cortes nas áreas sociais, penando com serviços públicos precários, aumento das tarifas e crise energética e hídrica. O PSOL participará de forma ativa das lutas que se aproximam, desde a sua organização e formulação, convocando sua militância, pela reforma política e pela democratização dos meios de comunicação, também pelos direitos LGBTT e pela desmilitarização da PM, pela demarcação das terras indígenas e contra o avanço das terceirizações; lutando pelo aumento do salário mínimo, a revisão da Lei de Anistia e a regulamentação do imposto sobre grandes fortunas, colaborando nas articulações de movimentos e partidos por reformas estruturais, exigindo do governo avanços no cumprimento dessa pauta e combatendo o conservadorismo em parceria com os movimentos sociais.

23. Com o bom resultado eleitoral da companheira Luciana Genro, com a ampliação de nossa representação parlamentar em nível federal e nos estados, com uma política acertada de independência no segundo turno, concluímos que as eleições de 2014 trazem um saldo positivo para o PSOL e para a luta pela construção de uma alternativa de poder popular, em aliança com outros atores sociais e políticos, para a construção do socialismo no Brasil.

Viva o PSOL!

Viva o Brasil!

Viva o Socialismo!



Entrevista com Nancy Fraser







A luta feminista e o MES: uma breve introdução à entrevista de Nancy Fraser

Luciana Genro¹

Na entrevista a seguir, Nancy Fraser fala do desafio ao qual se lançou ao elaborar o manifesto *Feminismo para os 99%*, junto com Cinzia Arruzza e Tithi Bhattacharya: articular o fortalecimento de um feminismo antissistema, anticapitalista e que seja referencia para as mulheres da classe trabalhadora e pobres. Foi neste manifesto que nos inspiramos para escrever nossa contribuição ao Encontro Nacional de Mulheres do PSOL, intitulado *Por um feminismo anticapitalista e antirracista*². Nossa tarefa é construir um feminismo que responda aos interesses da imensa maioria do povo, pois os interesses das mulheres trabalhadoras e das mulheres pobres são os mesmos da maioria do povo.

As mulheres vivem na própria pele de forma direta os ataques que o neoliberalismo tem intensificado. Falta de creches e apoio para as mães e crianças, saúde pública em petição de miséria, ausência de políticas de habitação popular, dificuldades cada vez maiores para garantir aposentadoria, transporte caro e ruim. A tarefa de garantir a reprodução da vida – que recai fundamentalmente sobre as mulheres – está cada vez mais dura. Por isso as lutas da classe trabalhadora por melhores condições de vida têm, em grande medida, mulheres à frente.

As lutas feministas não são exclusivamente lutas pelos direitos das mulheres, são lutas por melhores condições de reprodução da vida: boa moradia, saúde pública, transporte bom e barato, educação de qualidade. Ao mesmo tempo a luta de classes não acontece apenas no âmbito do trabalho assa-

¹ Deputada estadual (PSOL-RS) e dirigente do MES e do PSOL.

² Publicado na *Revista Movimento* n. 13, abr.-jun. 2019.



lariado. As mulheres que realizam o trabalho doméstico, um trabalho não pago, contribuem de forma intensa para a acumulação de capital. Neste sentido, a visão expressa por Fraser e consolidada no manifesto *Feminismo para os 99%* é um passo fundamental para que possamos compreender a luta feminista como uma luta de todos os 99% que sofrem as consequências nefastas do neoliberalismo, atual fase do capitalismo.

A tese elaborada pelas mulheres do MES como contribuição ao Encontro do Mulheres do PSOL foi um salto de qualidade neste esforço de elaboração e de construção de um feminismo antirracista, antilgbtfóbico e conectado com as lutas da classe trabalhadora. Vamos seguir nesta construção!



“O feminismo dos 99% não é uma alternativa à luta de classes, é outra frente dentro dela”¹

– Entrevista com Nancy Fraser

Rebeca Martínez²

Nancy Fraser se mostra contundente contra o feminismo liberal de mulheres como Hillary Clinton que só buscam galgar posições dentro das empresas. Frente a este feminismo das privilegiadas, Fraser aponta a urgência em se criar um feminismo que esteja do lado da maioria das mulheres: das trabalhadoras, das migrantes, das lésbicas e trans, e de seus problemas, que têm mais a ver com o racismo institucional que elas suportam e com a exploração que vivem dentro de seus locais de trabalho e de suas casas, onde se encarregam da maior parte dos cuidados. É precisamente sobre isto que fala no manifesto *Feminismo Para os 99%*, que assina junto com Cinzia Arruzza e Tithi Bhattacharya (...).

A professora de Filosofia na *New School* de Nova York esteve em Madri recentemente, em uma visita coordenada pelo Grupo de Estudos Críticos, e falou com a *Viento Sur* sobre este feminismo para a maioria e sobre o ataque que está sendo levado a cabo pelo neoliberalismo contra aspectos vitais tão importantes como a criação de meninos e meninas, o cuidado dos idosos, a saúde, a educação e a moradia.

Rebeca Martínez – Sobre o manifesto *Feminismo para os 99%* que assinou junto a outras mulheres, o que ele é e por que ele foi lançado agora?

Nancy Fraser – É um ensaio curto que pretendíamos que fosse popular e que fosse lido facilmente. Não é uma escrita

¹ Artigo originalmente publicado na *Revista Viento Sur* n. 164, de junho de 2019, sob o título “El feminismo del 99% no es una alternativa a la lucha de clases, es otro frente dentro de ella”, disponível em: <<https://vientosur.info/spip.php?article14983>> . Tradução de Pedro Micussi.

² Pesquisadora em comunicação.



acadêmica, tem a forma de um manifesto. Escrevi junto com outras duas pensadoras feministas: uma é a italiana Cinzia Arruza, que agora vive em Nova York, e a outra Tithi Bhat-tacharya, que é indiana e é professora nos Estados Unidos.

Esta foi a primeira vez, desde que comecei meu ativismo nos anos sessenta ou setenta, que escrevi um ensaio como esse, de autêntica agitação política, tendo em conta que sou professora de Filosofia. Contudo, os tempos agora são tão du-ros, a crise da sociedade e da política é tão severa, que senti que tinha que dar o salto e escrever para uma audiência mais ampla.

O manifesto é uma tentativa de articular uma nova via para o movimento feminista, que durante as últimas duas dé-cadas esteve dominado pelo feminismo corporativo e liberal representado por Hilary Clinton nos Estados Unidos. Este é o feminismo de mulheres profissionais e diretoras, de mu-lheres relativamente privilegiadas, em sua maioria brancas, com formação e de classe média ou média-alta, que tentam colocar a cabeça no mundo dos negócios ou nos meios de co-municação. Com esse projeto o que pretendem basicamente é escalarem na hierarquia das empresas para serem tratadas da mesma forma que os homens de sua mesma classe e ter o mesmo salário e o mesmo prestígio.

Este não é um feminismo igualitário, é um feminismo que não tem muito a oferecer a uma vasta maioria de mulheres que são pobres ou da classe trabalhadora e que não tem esses privilégios: mulheres imigrantes, mulheres trans... Este fe-minismo do 1%, ou como muito dos 10%, tomou o nome do feminismo, associando-o à liderança, ao individualismo e à vida empresarial. Deu ao feminismo um mau nome e o asso-ciou com o neoliberalismo, a financeirização e a globalização, com políticas que vão contra a classe trabalhadora.

Nós três queremos propor uma alternativa a isso, e não estamos sozinhas, porque há outras feministas de esquerda



que também tentaram fazê-lo. E, com efeito, a alternativa está crescendo coma as enormes marchas e as manifestações do 8 de março, que têm um caráter anticapitalista e antisistêmico, que protestam contra a austeridade e o ataque à reprodução social.

Pensamos que era um bom momento para dar o salto e tentar criar um feminismo que seja realmente antissistema, anticapitalista e que se referencie nas mulheres pobres e da classe trabalhadora para melhorar suas vidas. O interessante é que é um movimento que deve se centrar em temáticas tradicionais, como o direito ao aborto e outros pontos, que são sem dúvida fundamentais, mas que tem que pensar também além, na grande crise da sociedade, para articular políticas e programas que beneficiem todo mundo. Por isso, o feminismo dos 99% não significa apenas 99% das mulheres, significa os 99% dos seres humanos do planeta. Essa é a ideia geral do manifesto.

RM – Desde 2017 foram organizadas três greves feministas internacionais em muitos países, incluindo a Espanha. E não apenas isso. Aqui, os protestos trabalhistas dos últimos anos foram protagonizados sobretudo por mulheres, as trabalhadoras domésticas, as camareiras dos hotéis, faxineiras de residências, entre outras. Estamos diante de uma nova onda feminista? Se sim, ela responde a qual momento do capitalismo neoliberal?

NF – Acho que estamos sim diante de uma nova onda, ou que ao menos há um potencial para que assim seja se fizermos uma ruptura real com esse feminismo liberal corporativo.

O neoliberalismo perpetuou um ataque brutal contra o que chamamos de reprodução social, contra todas as atividades destinadas à manutenção e à reprodução de pessoas: a criação das crianças, a educação, o cuidado dos idosos, coisas



como a educação pública, a saúde, o transporte, as pensões e a moradia. Porque tudo isso faz parte da reprodução social e não apenas do cuidado das crianças, dos idosos e de outras atividades realizadas dentro dos lares.

O neoliberalismo esmagou tudo isso. Hoje em dia, as mulheres têm que estar em tempo integral no trabalho assalariado, num momento em que o Estado precisa cortar o gasto social, como parte de sua política de austeridade e de financeirização. De modo que, por um lado, temos o corte no fornecimento público dessas áreas e, por outro lado, a insistência em que as mulheres dediquem seu tempo para produzir lucros para o capital. Isso significa que há uma autêntica crise dos cuidados ou uma crise da reprodução social e é precisamente isso o que está dando lugar às greves mencionadas.

Na crise dos anos oitenta, o centro das revoltas ativistas era o trabalho industrial: as lutas pela sindicância, pelos direitos trabalhistas, etc. Hoje, a situação é outra. Em parte devido à desindustrialização e à realocação da produção no sul global; agora o centro é a reprodução social.

Você mencionou antes greves de mulheres muito significativas, as quais eu adicionaria a greve de professoras nos Estados Unidos. As professoras têm salários tão baixos que muitas delas precisam realizar trabalhos complementares durante a tarde para poder se manter, manter elas próprias e suas famílias. Essas mulheres fazem greve não somente para conseguir melhores salários, também pedem mais recursos para a educação, para melhorar as escolas e estão tendo muito apoio. São exemplos que colocam a esfera da reprodução social como um eixo amplo de luta. E, pelo que eu sei, as enormes greves do 8M na Espanha também protestam contra os cortes em todas essas áreas.

Eu diria que hoje em dia as lutas pela reprodução social são a vanguarda da esquerda anticapitalista e antissistema. As mulheres estão na frente e isso significa formar parte da



centralidade, de uma nova forma de pensar o que é a política feminista.

RM – Sobre as lutas pela reprodução social, como elas se relacionam com a luta de classes, o movimento antirracista e o movimento LGBTQI?

NF – Primeiramente, acho que temos que repensar o que entendemos por luta de classes. Essa imagem dos anos trinta dos operários industriais organizados em sindicatos é uma parte do que é a luta de classes, mas eu diria que a luta pela reprodução social também é luta de classes, porque não há produção nem trabalho industrial se você não tem alguém que realize o trabalho de produzir trabalhadores e repô-los, que cuide da próxima geração que vai substituí-los. Por isso, a reprodução social é central para a produção capitalista e o trabalho que toda essa gente produz e que constitui sua sociabilidade supõe muito trabalho, tanto como o trabalho nas fábricas.

O que constitui uma classe não é somente a relação da produção na fábrica, é também a relação da reprodução social que produz os trabalhadores. Tudo isso é parte da luta de classes. A ideia da luta de classes no passado era bastante estrita. Não acho que o feminismo dos 99% seja uma alternativa à luta de classes, não acho que esteja em competição com a luta de classes, acho que foi constituída outra frente na luta de classes, que deveria aliar-se com o movimento operário mais clássico e ser um aliado também do que você mencionou, da luta antirracista, da luta pelos direitos das pessoas migrantes, e a luta pelos direitos das pessoas LGBTQI.

A conexão com a raça e a etnicidade é muito forte, porque o que ocorre agora é que temos uma nova divisão de classe racializadas entre as mulheres. As mulheres empresárias, de classe média-lata e com formação, lutam para superar a



discriminação e subir aos postos mais altos. O que fazem para poder trabalhar sessenta horas por semana em trabalhos que exigem muito é contratar mulheres, frequentemente imigrantes e muito mal pagas, para que realizem o trabalho do cuidado: cuidados das crianças, a limpeza da casa, a cozinha, o cuidado de seus pais dependentes e outros mais. Essas mulheres do chamado feminismo liberal se apoiam em todo esse trabalho das mulheres racializadas, que são as mulheres mais vulneráveis porque não têm direitos trabalhistas, recebem muito pouco e estão expostas a agressões e abusos. Por tudo isso, precisamos colocar no centro do feminismo a dimensão de classe e raça. O feminismo para os 99% tem que ser um movimento antirracista, tem que fazer suas as problemáticas das mulheres pobres e racializadas, que são a maioria das mulheres, e colocar suas necessidades à frente, não as necessidades das empresárias e suas demandas para romper o teto de cristal. E isso vale também para a luta LGTBIQ.

Aqui acontece também algo interessante, porque eu diria que neste movimento [LGTBIQ] também há uma ala liberal que é hegemônica e um setor mais amplo de gente cujas necessidades e problemas são marginalizados. Há uma luta similar no seio do movimento LGTBIQ e eu gostaria que o nosso feminismo dos 99% falasse também pelas mulheres trans, queer e lésbicas, que o movimento LGTBIQ para os 99% fosse o aliado natural do feminismo dos 99%.

RM – Falamos das lutas pela reprodução social, que podem constituir um bloqueio contra as dinâmicas do neoliberalismo, mas e as relações patriarcais? Podemos combater as violências machistas a partir da luta pela reprodução?

NF – É uma boa pergunta. Eu gostaria de começar fazendo alusão ao movimento #MeToo. Como você sabe, a ideia mais



difundida do que é esse movimento se centra em Hollywood, em atrizes muito bem pagas e em artistas que têm visibilidade nos meios de comunicação. Entretanto, o setor composto por mulheres muito menos privilegiadas é mais vulnerável a agressões sexuais e ao assédio no trabalho. Pensemos, por exemplo, nas jornalistas. Muitas delas não têm nem carteira de trabalho, e, ao terem menos poder e recursos, são muito mais vulneráveis às demandas dos chefes. E o mesmo acontece com as trabalhadoras de hotéis, por exemplo, recordemos o caso de Dominique Strauss-Kahn, ou quem trabalha limpando residências privadas, as trabalhadoras domésticas, que são vítimas de agressões sexuais frequentemente.

O movimento #MeToo, se o pensarmos de uma maneira mais ampla, é uma luta operária. É a luta por um ambiente de trabalho mais seguro, onde não se possa ser vítima de abusos. O fato de que os meios se centram apenas em casos de personalidades conhecidas, infelizmente, faz com que não se pareça como uma luta de classe, mas é na realidade outra forma de luta de classes.

A questão da reprodução social tem muito que fazer para mudar a relação entre a produção e a reprodução e, por tanto, para mudar o equilíbrio de poder dentro das casas. O trabalho da reprodução social não deveria estar generizado, ser uma coisa somente de mulheres. É um trabalho importante para toda a sociedade, alguns aspectos dele mesmo são inclusive prazerosos e criativos, de modo que os homens também deveriam ter acesso a ele, sentir a responsabilidade de fazer a parte que corresponde a eles. Isso vai mudar a dinâmica dentro dos lares e, evidentemente, o feminismo dos 99% é contra todo tipo de violência: contra as mulheres, contra as pessoas trans, contra as pessoas não cis e contra as racializadas.

O patriarcado é um conceito que, pessoalmente, eu não gosto de usar porque sugere uma imagem de poder didática: tem o amo e seus servos submissos. Alguma coisa disso ainda



existe, sem dúvida nenhuma, mas a forma central do poder em nossa sociedade hoje em dia opera de uma maneira mais impessoal, mais estrutural, o que restringe as opções para os pobres e trabalhadores. Acho que é importante ter uma imagem do poder diferente que vem dos bancos, do FMI, das organizações financeiras e industriais, através da construção do mercado de trabalho, o mercado de trabalho generizado, racializado. Isso é o que determina quem tem acesso aos recursos e pode reivindicar suas reclamações, quem pode funcionar como igual, inclusive dentro das famílias e das relações pessoais.

RM – Quando você fala nos seus trabalhos de justiça social, distingue três níveis: o econômico (redistribuição), o cultural (reconhecimento) e o político (representação). Até que ponto os três estão presentes no novo ciclo de greves feministas?

NF – Acho que existe uma preocupação por todos esses aspectos e que estão estreitamente relacionados. Não se pode mudar a esfera econômica, redistribuir as relações de produção, se não mudar essas outras coisas que estão interconectadas. O que importa no âmbito político é frequentemente definido em termos do que importa no âmbito econômico, ainda que as forças capitalistas insistam que o que acontece no local de trabalho deve ser decidido pelo mercado e pelos chefes, como se isso não fosse uma questão política e de democracia.

Há todo um debate sobre onde está a linha que separa aquilo que o mercado decide e as forças privadas do capitalismo e aquilo que decide uma maioria democrática. E tudo isso tem muito a ver com a cultura, com as linguagens que estão a nossa disposição e que nos ajudam a entender a situação.

Temos conceitos como o de assédio sexual, o de degradar, temos a terminologia para dizer o que está mal na nossa so-



cidade, e isso tem a ver com como traduzimos a experiência própria para expressar uma demanda. O feminismo enfrentou um grande desafio e criou uma linguagem nova que muda a cultura, que muda o conceito que as pessoas têm sobre os seus direitos, sobre o que elas não precisam aguentar, o que está mal, aquilo sobre o que podem protestar. Isso amplia a esfera do discurso político, a esfera do que são as decisões democráticas e não privadas da família e da empresa. Hoje em dia estamos avançando muito no âmbito cultural e isso repercute em uma mudança institucional nas outras duas esferas: a política e a econômica. Mas se trata sempre da inter-relação entre esses três níveis.

RM – Você apontou muitas vezes que o neoliberalismo se apropriou do potencial crítico e das demandas da segunda onda do feminismo e as incorporou em seu próprio benefício. Poderia acontecer outra vez com essa nova onda? É possível evitar isso de alguma maneira?

NF – Acho que o feminismo liberal, junto com o antirracismo liberal, o movimento LGBTBIQ liberal e o que chamamos capitalismo verde, todos esses movimentos que foram hegemônicos, foram incorporados ao bloqueio hegemônico de poder que nos EUA constituiu o neoliberalismo progressista. Esses movimentos prestaram seu carisma e sua ideologia para criar a ilusão de que esta política horrível da financeirização, a precarização do trabalho, a redução de salários etc, poderia ser progressista, pró-gay, pró-mulheres e tudo isso.

Isso aconteceu assim e por isso é tão importante que a nova onda feminista rompa com esse tipo de feminismo e abra um novo caminho. Sempre é possível ser hegemônico e apropriado por forças que são mais poderosas, existe sempre essa possibilidade e é importante que os movimentos emancipatórios estejam em alerta.



Hoje em dia, nos dizem que temos duas opções para decidir: o populismo autoritário de direita, que é racista, xenófobo e bastante desagradável, ou voltar à proteção liberal, ao neoliberalismo progressista, que poderia ser antirracista e tudo mais. Mas essa é uma escolha falsa. Temos que rechaçar as duas opções, não apenas o populismo racista e supremacista, também o neoliberalismo progressista. Vivemos um momento de crise monumental em que temos a oportunidade de tomar um novo caminho para criar um movimento antissistema para os 99% no qual o feminismo dos 99% esteja conectado com os outros movimentos para os 99%: o operário, o que luta pelo clima, o dos imigrantes etc.

RM – Para terminar, uma pergunta mais teórica. Em suas obras você aponta que o Estado-nação (o que se conhece como marco wesfaliano-keynesiano) entrou em crise com o neoliberalismo e que suas fronteiras são agora mais difusas, menos claras. Chama esse processo de política de desembarque. Mas qual é o papel do Estado-nação agora? Podemos dizer que ele desapareceu completamente?

NF – Não, não desapareceu. Historicamente, a força principal que forneceu qualquer nível de proteção e segurança aos trabalhadores frente ao capital foi o Estado-nação, e o Estado-nação ainda segue sendo o principal destinatário das demandas. Quando queremos proteção ou apoio social, a quem demandamos? Demandamos a nossos governos que se responsabilizem. Entendemos que a política está organizada ainda sobre as bases da nação, por isso as campanhas eleitorais são nacionais, as principais atividades políticas se realizam em escala nacional. Mas, em última instância, isso não é totalmente certo e podemos ver isso quando olhamos para a imigração, que é um enorme ponto de conflito e crise.

Há gente de todo o mundo que não tem um Estado que os



proteja, que possa dar a elas algo que nós pedimos ao nosso Estado nos países desenvolvidos. Vivem em campos de refugiados, estão forçados a viver a violência política e perseguições religiosas pelo fato de terem invadido seu país e estarem destruindo tudo, por conta das crises climáticas, das características dessa crise global que vivemos.

Essa gente vem fugindo e o movimento populista de direita dobra o nacionalismo e a exclusão. Qual é o slogan de Trump? *Make America great again* (Fazer com que a “América” volte a ser grande), como era antes de todas essas pessoas aparecerem e arruinarem nosso país. Esta é a ideologia desse populismo e suponho que acontecerá o mesmo com alguns partidos aqui também. Precisamos pensar de uma forma mais transnacional e global como podemos assegurar direitos sociais para todas as pessoas do mundo, para que ninguém tenha que se meter em um bote e arriscar sua vida para buscar uma oportunidade na outra parte do planeta.